

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**ALEX DE OLIVEIRA SILVA**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO: O PENSAR E O FAZER NO ENSINO MÉDIO**  
**INTEGRADO EM INFORMÁTICA DO IFCE**

**JOÃO PESSOA – PB**

**2024**

**ALEX DE OLIVEIRA SILVA**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO: O PENSAR E O FAZER NO ENSINO MÉDIO  
INTEGRADO EM INFORMÁTICA DO IFCE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal da Paraíba como requisito obrigatório para a obtenção do grau de mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

**Orientadora:** Profa. Dra. Deyse Morgana das Neves Correia

**JOÃO PESSOA – PB**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Nilo Peçanha - *Campus* João Pessoa, PB.

S586e Silva, Alex de Oliveira.  
Estágio supervisionado : o pensar e o fazer no ensino médio integrado em informática do IFCE / Alex de Oliveira Silva. – 2024. 119 f. : il.

Inclui o Produto educacional.  
Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2024.  
Orientação : Profa. Dra. Deyse Morgana das Neves Correia.

1. Estágio supervisionado. 2. Ensino médio integrado. 3. Educação profissional e tecnológica. 4. Trabalho. 5. Prática profissional. I. Título.

CDU 37.046:373.5(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL**

**ALEX DE OLIVEIRA SILVA**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO: O PENSAR E O FAZER NO ENSINO MÉDIO  
INTEGRADO EM INFORMÁTICA DO IFCE**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB - Campus João Pessoa.

**Aprovado em 13 de junho de 2024.**

Membros da Banca Examinadora:

**Dra. Deyse Morgana Das Neves Correia**

IFPB - PROFEPT

**Dr. Italan Carneiro Bezerra**

IFPB - PROFEPT

**Dr. Fábio Do Nascimento Fonseca**

UEPB

Documento assinado eletronicamente por:

- **Deyse Morgana das Neves Correia**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 17/07/2024 15:23:40.
- **Italan Carneiro Bezerra**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/07/2024 10:00:50.
- **FÁBIO DO NASCIMENTO FONSECA**, PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, em 25/07/2024 15:51:39.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/07/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 579919

Verificador: 61a9445cda

Código de Autenticação:



Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, JOAO PESSOA / PB, CEP 58015-435  
<http://ifpb.edu.br> - (83) 3612-1200

A todos os professores que lutam por uma educação emancipatória.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir a realização de um sonho.

À minha família, em especial à minha mãe, Clécia Alves de Oliveira Silva, por acreditar e investir nos meus estudos.

À minha companheira, Maria Cleidiane Nunes de Oliveira, pelo apoio e palavras de incentivo tão necessárias durante essa jornada.

Aos meus filhos, Bianca Nunes de Oliveira e Heitor Nunes de Oliveira, pela inspiração e compreensão manifestada em abraços e sorrisos.

À minha orientadora, Profa. Dra. Deyse Morgana das Neves Correia, pelas sugestões, ensinamentos, dedicação e paciência. Suas contribuições e orientações fizeram toda a diferença durante o curso, escrita e direcionamentos do produto educacional.

Aos professores do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal da Paraíba, Campus João Pessoa, por contribuírem de forma efetiva para minha formação.

Ao Instituto Federal do Ceará, em especial, ao Prof. Me. Kelvio Felipe dos Santos, Diretor-geral do Campus Acopiara, pelo apoio e cessão do espaço para realização da pesquisa e desenvolvimento do produto educacional.

Aos professores e estudantes do Instituto Federal do Ceará, Campus Acopiara, que aceitaram participar da pesquisa, pela disponibilidade, empatia e contribuições valiosas, e, acima de tudo, por acreditarem na ciência e na educação.

Às instituições e empresas que sinalizaram, gentilmente, a participação no produto educacional, pois esse apoio foi fundamental para o andamento e conclusão da proposta de intervenção na realidade dos sujeitos da pesquisa.

Ao Instituto Federal da Paraíba, Campus João Pessoa, pela oportunidade e incentivo para o meu desenvolvimento profissional.

Aos colegas da turma 4/2022, que compartilharam saberes, dicas e trabalhos, tornando a trajetória mais leve, doce e divertida.

Essa conquista só foi possível com a contribuição de todos.

“A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”.

(Paulo Freire)

## RESUMO

A presente pesquisa, produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, tem como objetivo analisar o estágio supervisionado no currículo do Ensino Médio Integrado com base nas concepções de trabalho como princípio educativo e de prática profissional como princípio pedagógico na formação integral dos estudantes. Partindo dessa base, orienta-se uma proposta curricular de integração entre o pensar e o fazer no estágio supervisionado na Educação Profissional e Tecnológica. Para alcance do objetivo proposto, a metodologia caracteriza-se por uma pesquisa empírica dedicada ao estudo do estágio supervisionado no Curso Técnico Integrado em Informática do Instituto Federal do Ceará, Campus Acopiara. Com abordagem quali-quantitativa, recorre-se às etapas de pesquisa documental, visando a análise do referido componente curricular no Projeto Pedagógico do Curso, e de pesquisa de campo, com a finalidade de investigar as concepções dos professores e alunos sobre o objeto de estudo. O referencial teórico aponta que o Ensino Médio Integrado constitui-se como uma proposta pedagógica comprometida com a formação integral dos sujeitos. O trabalho enquanto princípio educativo na Educação Profissional contribui para a superação de uma formação pautada nos ditames econômicos e mercadológicos, que visa, prioritariamente, a manutenção da força de trabalho. A prática profissional como princípio pedagógico, mediante as contribuições da Didática Profissional, favorece a utilização de técnicas que possibilitam um conhecimento aprofundado do ambiente de trabalho no qual o estudante é inserido para realização da sua atividade. O estágio, por sua vez, configura-se como ato educativo que oportuniza o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, contribuindo para a contextualização curricular. A pesquisa documental registra que o estágio supervisionado está presente no Projeto Pedagógico do Curso de forma não-obrigatória, tendo como finalidade a troca de experiências e aprendizado com os profissionais que atuam no mundo do trabalho. Já os resultados da pesquisa de campo evidenciam que, para os professores, o estágio supervisionado caracteriza-se como uma atividade formativa essencial e momento de aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do Curso, aproximando os estudantes do campo de atuação profissional. Para os estudantes, o estágio é uma atividade prática de aprendizagem realizada sob supervisão, que possibilita a aquisição de experiência para o “mercado” de trabalho. Visando incentivar a vivência do estágio supervisionado na instituição pesquisada, o produto educacional, denominado vitrine de estágio, é voltado para professores e estudantes e indica instituições/empresas que oferecem oportunidades para realização do estágio, acompanhado de uma cartilha contendo o passo a passo para realização dessa atividade curricular no âmbito do Instituto Federal do Ceará. Compreende-se que esse trabalho assume uma concepção de currículo integrado, sendo o estágio parte integrante dessa proposta, e aponta caminhos que se alinham com a visão de uma Educação Profissional e Tecnológica pautada na centralidade do ser humano e no seu enfrentamento da realidade imposta pelo capitalismo.

**Palavras-Chave:** Estágio Supervisionado. Ensino Médio Integrado. Educação Profissional e Tecnológica. Trabalho. Prática Profissional.

## ABSTRACT

The present research, produced within the scope of the Postgraduate Program in Professional and Technological Education, aims to analyze the supervised internship in the Integrated High School curriculum based on the conceptions of work as an educational principle and of professional practice as a pedagogical principle in training of students. Based on this basis, a curricular proposal for integration between thinking and doing in the supervised internship in Professional and Technological Education is guided. To achieve the proposed objective, the methodology is characterized by empirical research dedicated to the study of the supervised internship in the Integrated Technical Course in Informatics at the Federal Institute of Ceará, Campus Acopiara. With a qualitative-quantitative approach, the stages of documentary research are used, aiming to analyze the aforementioned curricular component in the Pedagogical Project of the Course, and field research, with the purpose of investigating the conceptions of teachers and students about the object of study. The theoretical framework points out that Integrated High School constitutes a pedagogical proposal committed to the integral education of subjects. Work as an educational principle in Professional Education contributes to overcoming training based on economic and market dictates, which aims, as a priority, to maintain the workforce. Professional practice as a pedagogical principle, through the contributions of Professional Didactics, favors the use of techniques that enable in-depth knowledge of the work environment in which the student is inserted to carry out their activity. The internship, in turn, is configured as an educational act that provides the opportunity to learn skills specific to professional activity, contributing to curricular contextualization. The documentary research records that the supervised internship is present in the Pedagogical Project of the Course in a non-obligatory way, with the purpose of exchanging experiences and learning with professionals who work in the world of work. The results of the field research show that, for teachers, the supervised internship is characterized as an essential training activity and a moment to apply the knowledge acquired throughout the Course, bringing students closer to the field of professional activity. For students, the internship is a practical learning activity carried out under supervision, which allows them to acquire experience for the job “market”. Aiming to encourage the experience of supervised internship at the researched institution, the educational product, called internship showcase, is aimed at teachers and students and indicates institutions/companies that offer opportunities to carry out the internship, accompanied by a booklet containing step-by-step instructions for carrying out the internship of this curricular activity within the scope of the Federal Institute of Ceará. It is understood that this work assumes an integrated curriculum conception, with the internship being an integral part of this proposal, and points out paths that align with the vision of a Professional and Technological Education based on the centrality of the human being and in facing the reality imposed by the capitalism.

**Keywords:** Supervised internship. Integrated High School. Professional and Technological Education. Work. Professional practice.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	— Identificação dos participantes.....	60
Gráfico 2	— Você sabe o que é o estágio supervisionado?.....	61
Gráfico 3	— Você já realizou o estágio supervisionado previsto no Projeto Pedagógico do Curso?.....	63
Gráfico 4	— Se ainda não cumpriu o estágio supervisionado, qual o seu grau de interesse em realizar essa atividade curricular?.....	64
Gráfico 5	— Você já recebeu alguma orientação da instituição ao longo do curso sobre a possibilidade de realização do estágio supervisionado?.....	65
Gráfico 6	— Você tem conhecimento da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Lei de Estágio?.....	65
Gráfico 7	— Você já teve contato com o Manual de Estágio do IFCE?.....	66
Gráfico 8	— Você acha que o estágio supervisionado deveria ser obrigatório em seu curso?.....	67
Gráfico 9	— Você sabe quais os procedimentos necessários para realização do estágio?.....	67
Gráfico 10	— Você acha suficiente a prática profissional desenvolvida ao longo do curso?.....	71
Gráfico 11	— Avaliação do formato da vitrine de estágio e cartilha.....	78
Gráfico 12	— Avaliação da atratividade da vitrine de estágio e cartilha.....	79
Gráfico 13	— Avaliação do conteúdo da vitrine de estágio e cartilha.....	79
Gráfico 14	— Avaliação do acesso à vitrine de estágio.....	80
Gráfico 15	— Avaliação da utilidade da vitrine de estágio e cartilha.....	80
Gráfico 16	— Avaliação da indicação de empresas e instituições na vitrine de estágio.....	81

Gráfico 17 — Avaliação da contribuição da cartilha para o entendimento do fluxo e documentação de estágio.....	81
Gráfico 18 — Avaliação da indicação, aplicabilidade e contribuição do produto educacional.....	82

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Nuvem de palavras indicativa do conceito do estágio supervisionado.....	62
Figura 2 — Nuvem de palavras indicativa da necessidade de obtenção de maiores informações sobre o estágio supervisionado.....	68
Figura 3 — Nuvem de palavras indicativa da importância do estágio no percurso formativo.....	69
Figura 4 — Nuvem de palavras indicativa do contato dos estudantes com empresa, instituição ou campo de trabalho ao longo da formação.....	71
Figura 5 — Nuvem de palavras indicativa de concepções sobre as aprendizagens adquiridas com a realização do estágio supervisionado.....	72
Figura 6 — Sujeitos do estágio supervisionado.....	76
Figura 7 — Apresentação do Espaço Saiba +.....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC: Base Nacional Comum Curricular  
CAAEE: Certificação de Apresentação de Apreciação Ética  
CBO: Classificação Brasileira de Ocupações  
CEP: Comitê de Ética em Pesquisa  
CNCT: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos  
CNE: Conselho Nacional de Educação  
CNS: Conselho Nacional de Saúde  
CONSUP: Conselho Superior  
DCN: Diretrizes Curriculares Nacionais  
DP: Didática Profissional  
EBTT: Ensino Básico, Técnico e Tecnológico  
EMI: Ensino Médio Integrado  
EPT: Educação Profissional e Tecnológica  
FIC: Formação Inicial e Continuada  
IFCE: Instituto Federal do Ceará  
IFMS: Instituto Federal do Mato Grosso do Sul  
IFPB: Instituto Federal da Paraíba  
IFSUDESTEMG: Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC: Ministério da Educação  
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional  
PDF: *Portable Document Format*  
PE: Produto Educacional  
PPC: Projeto Pedagógico do Curso  
PROFEPT: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica  
RFEPCT: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1.1</b>	<b>Contextualização e relevância do tema.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2</b>	<b>Estado da arte do problema de pesquisa.....</b>	<b>19</b>
<b>1.3</b>	<b>Metodologia da pesquisa.....</b>	<b>21</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1</b>	<b>A concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.....</b>	<b>25</b>
<b>2.2</b>	<b>O trabalho como princípio educativo.....</b>	<b>31</b>
<b>2.3</b>	<b>A prática profissional como princípio pedagógico: uma perspectiva da Didática Profissional.....</b>	<b>36</b>
<b>2.4</b>	<b>A integração entre o pensar e o fazer profissional no estágio supervisionado.....</b>	<b>42</b>
<b>3</b>	<b>O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFCE: DISCUTINDO OS ACHADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>47</b>
<b>3.1</b>	<b>O estágio supervisionado no IFCE.....</b>	<b>47</b>
<b>3.2</b>	<b>Concepções dos professores do IFCE sobre o estágio supervisionado.....</b>	<b>50</b>
<b>3.3</b>	<b>Concepções dos estudantes do IFCE sobre o estágio supervisionado.....</b>	<b>60</b>
<b>4</b>	<b>PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>74</b>
<b>4.1</b>	<b>Elaboração.....</b>	<b>74</b>
<b>4.2</b>	<b>Aplicação.....</b>	<b>77</b>
<b>4.3</b>	<b>Avaliação.....</b>	<b>78</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>
	<b>APÊNDICE A - TCLE - PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A).....</b>	<b>94</b>
	<b>APÊNDICE B - TCLE - ESTUDANTE.....</b>	<b>97</b>
	<b>APÊNDICE C - TCLE DIRECIONADO AOS PAIS/RESPONSÁVEIS.....</b>	<b>100</b>
	<b>APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>103</b>
	<b>APÊNDICE E - ENTREVISTA.....</b>	<b>107</b>
	<b>APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>108</b>
	<b>APÊNDICE G - AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>110</b>

<b>ANEXO A - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO B - CERTIFICAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE APRECIÇÃO ÉTICA.....</b>	<b>113</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1 Contextualização e relevância do tema**

O estágio supervisionado é componente presente na organização curricular dos cursos em instituições de Ensino Superior, Educação Profissional, Ensino Médio, Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos. Na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio é concebido como um ato educativo escolar supervisionado, que deve ser desenvolvido no ambiente de trabalho, visando à preparação para o trabalho produtivo dos educandos (BRASIL, 2008).

O estágio supervisionado deve integrar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), compondo o itinerário formativo. Além disso, os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização do estágio, respeitando a legislação federal sobre a matéria (BRASIL, 1996). Nesse sentido, o estágio se constitui em um importante instrumento que visa ao aprendizado de competências da atividade profissional, bem como ao desenvolvimento do educando para a cidadania e o mundo do trabalho.

Ao longo da experiência na execução do estágio supervisionado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo, como ponto de partida para o desenvolvimento da temática, a prática laboral do pesquisador como professor orientador de estágio no âmbito do Instituto Federal do Ceará (IFCE), percebe-se a sua importância enquanto ato educativo capaz de promover a integração entre o pensar e o fazer, a partir da articulação entre a teoria e a prática. Ressalta-se que a EPT é uma modalidade educacional que almeja a formação integral do aluno, tendo como foco principal o seu preparo para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade. Desse modo, o estágio supervisionado configura-se como um componente curricular capaz de propiciar a vivência da prática e o desenvolvimento de competências profissionais em situação real de trabalho.

Conforme a legislação federal vigente, o estágio pode ser obrigatório ou não-obrigatório, em consonância com a determinação do PPC e das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino (BRASIL, 2008). No IFCE, autarquia que integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), em seu Regulamento do Estágio Supervisionado, estabelecido pela Resolução nº 108, de 08 de setembro de 2023, há previsão dessa atividade curricular de forma obrigatória e não-obrigatória. O estágio é obrigatório conforme definição das diretrizes e do PPC. No caso do estágio não-obrigatório, considera-se

aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso (IFCE, 2023).

Nesse contexto, busca-se, com a presente pesquisa, analisar o estágio supervisionado no currículo do Ensino Médio Integrado (EMI) à Educação Profissional, considerando a relevância desse componente no processo de formação dos estudantes, de modo a contribuir com o incentivo institucional para o desenvolvimento de uma cultura de valorização da aprendizagem profissional prática. Ressalta-se que:

O Ensino Médio, concebido como Educação Básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida. Trata-se de uma base para o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, da qual fazemos parte. Dominar no mais elevado nível de conhecimento estes dois âmbitos é condição prévia para constituir sujeitos emancipados, criativos e leitores críticos da realidade onde vivem e com condições de agir sobre ela. Este domínio também é condição prévia para compreender e atuar com as novas bases técnico-científicas do processo produtivo (FRIGOTTO, 2012, p. 76).

A partir das novas demandas e complexidades do mundo do trabalho, aprovou-se o currículo do novo Ensino Médio que é composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos, contemplando diferentes arranjos curriculares, dentre eles, situações de trabalho mediante a formação técnica profissional (BRASIL, 2017). Nesse contexto, a formação técnica e profissional integra a carga horária formativa e, ao final da etapa, os sistemas de ensino certificam o aluno no Ensino Médio e no curso técnico escolhido.

No entanto, Hernandes (2020) aponta em seus estudos que a proposta de inovações para o currículo do novo Ensino Médio, apresentada pela Lei nº 13.415/2017, sem a devida política de financiamento para as escolas públicas realizarem essas alterações, e as vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação para aprendizagem profissional podendo ser ministradas por profissionais graduados com notório saber, podem vir a ser fatores que afastem a escola de sua função social e da qualidade do ensino.

Zabalza (2015) destaca que, mesmo no contexto da universidade, quando o estágio supervisionado não se realiza em boas condições pode causar efeitos negativos nos aprendizes em sua formação, dentre eles a falta de êxito na integração entre a teoria e a prática e a exploração dos estudantes como mão de obra barata.

Contrapondo um Ensino Médio em que “as escolas podem oferecer para seus estudantes formação técnica e profissional, não integrada à BNCC” (HERNANDES, 2020, p. 592), compreende-se a necessidade da EPT relacionar escola e trabalho, possibilitando ao aluno o

contato consciente com o mundo do trabalho, que não pode ser confundido com o imediatismo do trabalho produtivo, mas relacionado a uma concepção educativa integrada que permita a formação de trabalhadores com ampla participação na vida em sociedade. Assim, a realização da pesquisa apresenta uma direção de luta e defesa de uma Educação Profissional gratuita, unitária e politécnica.

A pesquisa propõe investigar as contribuições do estágio supervisionado no currículo do EMI, a partir das concepções identificadas nesse componente curricular ao longo do estudo. Formula-se, portanto, o seguinte problema de pesquisa para nortear o caminho metodológico: quais concepções de estágio supervisionado estão presentes no currículo do EMI que reforçam os princípios necessários para uma formação integral do aluno e o seu preparo para o mundo do trabalho?

De tal forma, a pesquisa mostra-se relevante ao passo que preconiza, com o estudo da temática do estágio supervisionado, reforçar a importância de uma formação integral, pautada nos princípios da EPT que articulam educação, prática social e setores produtivos do país, promovendo a integração dos conhecimentos e a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem.

Para o desenvolvimento desse estudo, tem-se como objetivo geral analisar o estágio supervisionado no currículo do EMI com base nas concepções de trabalho como princípio educativo e de prática profissional como princípio pedagógico na formação integral dos estudantes. Para alcançá-lo, tem-se como objetivos específicos: a) Discutir o trabalho como princípio educativo e a prática profissional como princípio pedagógico na proposta de integração entre o pensar e o fazer no estágio supervisionado; b) Investigar as concepções de estágio supervisionado no currículo da Educação Profissional, em especial, no âmbito do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, Campus Acopiara; e c) Construir uma vitrine de estágio na área de Informática acompanhada de cartilha de orientação voltada para os sujeitos que integram essa atividade curricular.

Essa pesquisa está organizada em capítulos. Exposta a contextualização e relevância do tema, apresenta-se, nos subtópicos seguintes, o estado da arte do problema de pesquisa, realizado a partir de publicações sobre o estágio supervisionado na EPT no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), seguido do percurso metodológico com o delineamento dos participantes e instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados.

O segundo capítulo contempla o referencial teórico, evidenciando a concepção de EMI, a partir de estudos sobre as bases conceituais e princípios didático-pedagógicos da EPT,

especificamente: o trabalho como princípio educativo e a prática profissional como princípio pedagógico. Além disso, nessa seção, é apontado o estágio supervisionado como proposta para integração entre o pensar e o fazer na EPT.

O terceiro capítulo versa sobre os achados da pesquisa mediante estudo realizado no Manual de Estágio do IFCE e no projeto do Curso Técnico Integrado em Informática do Campus Acopiara, bem como sobre os resultados da coleta e análise de dados com os professores e alunos que integram o universo da pesquisa, visando identificar suas percepções acerca do estágio supervisionado.

Por fim, o quarto capítulo apresenta os processos de elaboração, aplicação e avaliação do Produto Educacional (PE), uma vitrine *web* com indicação de estágio na área de Informática, a partir da catalogação de empresas e instituições locais e regionais que ofertam vagas de estágio, acompanhada de uma cartilha com a indicação do passo a passo para realização dessa atividade curricular no âmbito do IFCE, como recurso para aproximação dos estudantes e professores com os ambientes de atuação profissional e o fortalecimento da integração entre a teoria e prática na Educação Profissional.

## **1.2 Estado da arte do problema de pesquisa**

Com base em pesquisa realizada no Observatório do PROFEPT, há três dissertações desenvolvidas diretamente com a temática do estágio supervisionado no contexto da EPT: Castro (2020), Santana (2020) e Raulino (2021). Considera-se um número pequeno de produções acerca da temática. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de ampliação e aprofundamento de estudos e pesquisas em torno do problema norteador dessa pesquisa.

Castro (2020) desenvolve sua dissertação com o objetivo de analisar a contribuição do estágio supervisionado na oferta da EPT de forma integrada no Campus Rio Pomba do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG) para a formação integral dos indivíduos, definindo como percurso metodológico a abordagem explanatória sequencial, de caráter quantiquantitativo. As etapas do estudo em questão perpassam pela pesquisa bibliográfica, análise documental e coleta de dados, com aplicação de questionários aos estudantes e realização de entrevista com os coordenadores dos cursos de Agropecuária e Alimentos e com os servidores da seção de estágio.

Entre os principais resultados obtidos está o reconhecimento da importância do estágio pela instituição, pelos estudantes e pelos servidores. Castro (2020) destaca que a efetivação do estágio supervisionado proporciona o contato com o mundo do trabalho, tendo potencial de

deixar de ser uma mera forma de trabalho precarizado e ser valorizado como uma ação pedagógica transformadora, quando se criam elos entre a escola, o currículo e o setor produtivo. A pesquisa registra a confecção de um PE em formato de *e-book*, denominado “Papo de estagiário”.

Santana (2020) busca compreender como as diferentes partes operacionalizam o estágio supervisionado na EPT e de que modo uma cartilha pode orientar o processo de execução dessa atividade, a partir da concepção do trabalho como princípio educativo. Evidencia a necessidade de compreensão do componente curricular estágio supervisionado a partir de uma perspectiva educacional que contemple a integralidade do ser humano, pautada numa perspectiva de ensino com caráter emancipatório.

O autor desenvolve seu trabalho por meio de uma abordagem metodológica de natureza qualitativa. Apresenta a cartilha “Estágio supervisionado” como PE voltado ao atendimento dos estudantes, concentrando-se em produzir um material educativo pautado na concepção de formação humana integral de caráter emancipatório em contraposição à visão do cidadão produtivo no Ensino Médio.

Em sua pesquisa, Santana (2020) expressa, com base em Ciavatta (2012), a compreensão da importância da relação trabalho-educação, de maneira a proporcionar a formação do aluno não apenas para o desempenho de determinada função no mercado de trabalho, mas aproveitando das contradições do capital para a promoção de uma formação que assegure o pleno desenvolvimento de conhecimentos e saberes profissionais/pessoais que formem um trabalhador capaz de atuar amplamente na vida cidadã e profissional.

Já Raulino (2021) realiza uma análise qualitativa do estágio desenvolvido no Campus Campo Grande do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), no Curso Técnico Integrado em Mecânica, partindo da perspectiva do trabalho enquanto princípio educativo e no EMI como superação da dualidade teoria-prática. Como metodologia, há aplicação de questionário com os estudantes para levantamento de dúvidas, experiências e expectativas. Os resultados indicam a necessidade de orientar os estudantes quanto ao objetivo pedagógico do estágio. Assim, o PE é uma série de *podcasts*, com o título “Estágio supervisionado: informações importantes para quem irá iniciar o estágio”.

Sobre a concepção do estágio supervisionado enquanto local de ação, Raulino (2021) reforça a ideia de que o estágio oferece ao estudante a possibilidade de colocar em prática o conhecimento construído na parte teórica de sua formação. Percebe-se, nesse contexto, o entendimento acerca do estágio enquanto local em que a teoria desenvolvida ao longo do curso é colocada em prática. Essa compreensão:

[...] acaba prejudicando, em nosso entender, o processo de ensino aprendizagem e implica em não conceber o trabalho como princípio educativo, estando a instituição de ensino dessa forma deixando de aproveitar as contradições do capital para preconizar uma formação humana integral e corroborando com a visão de que formação técnica é voltada para atender as necessidades do mercado ao apresentar no PPC um perfil de formação eminentemente tecnicista (SANTANA, 2020, p. 19).

Santana (2020) destaca que o estágio percebido apenas como um complemento do que é aprendido na teoria implica no não reconhecimento de sua importância no processo formativo. A centralidade do trabalho, entendido como princípio educativo no contexto da EPT, possibilita a construção de competências profissionais e integração dos sujeitos com a ciência, a cultura e a tecnologia.

Castro (2020), com base nas ideias de Moura, Garcia e Ramos (2007), destaca que, ao se considerar o trabalho como princípio educativo, compreende-se o ser humano como produtor da sua realidade e, esse, por conseguinte, pode se apropriar dela e transformá-la, fazendo-se sujeito de sua própria história e de sua própria realidade.

Portanto, trabalho e educação são atividades especificamente humanas que resultam na transformação da natureza e na produção da própria existência. Desse modo, o trabalho humano é intencional e consciente, contrapondo os padrões capitalistas de produção que reforçam os mecanismos de exploração, alienação e desumanização (CASTRO, 2020). Assim, fundamenta-se uma crítica em relação a uma educação voltada para o atendimento às necessidades do mercado.

A pesquisa e produção em torno da abordagem do estágio na EPT, com enfoque nas concepções do trabalho como princípio educativo e de prática profissional como princípio pedagógico, se mostram essenciais para contribuir com o processo formativo de sujeitos críticos e emancipados, que compreendam o mundo e os desafios da vida cidadã e profissional.

Nesse contexto, o estágio supervisionado merece atenção na produção de conhecimentos, produtos e processos que contribuam para a valorização e o aprimoramento dessa atividade nos cursos ofertados pela RFEPCT.

### **1.3 Metodologia da pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa empírica dedicada ao estudo do estágio supervisionado no Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, Campus Acopiara. Demo (2000, p. 21) destaca que esse gênero de pesquisa dedica-se ao tratamento da “face empírica e factual da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e factual”.

Esse tipo de pesquisa oferece maior concretude às argumentações. Além disso, é importante frisar que nenhum tipo de pesquisa é autossuficiente. Demo (2000) argumenta que todas as pesquisas carecem de fundamentação teórica e metodológica. Na prática, mesclam-se todos os tipos, acentuando-se um ou outro tipo no desenvolvimento da pesquisa.

Caracteriza-se também como pesquisa quali-quantitativa, uma vez que possibilita a combinação dos dados oriundos das abordagens qualitativas e quantitativas para compreensão e aprofundamento sobre as contribuições do estágio supervisionado no currículo do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, Campus Acopiara.

A pesquisa quali-quantitativa proporciona ao pesquisador a compreensão de eventos, fatos e processos mediante análise e reflexão sistemáticas. Nessa perspectiva, essa abordagem de pesquisa “[...] interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106).

Minayo (2001) enfatiza que a pesquisa qualitativa contempla o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, portanto, não pode ser reduzida à operacionalização de variáveis. Gatti (2004), por sua vez, destaca que os métodos quantitativos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. A combinação desse tipo de dado com outros oriundos de metodologias qualitativas pode enriquecer a compreensão dos fatos analisados. Nesse sentido, as duas abordagens demandam esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado.

No que tange aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, uma vez que há necessidade de aprofundamento na problemática a fim de melhor compreendê-la. Corroborando com essa ideia, Silveira e Córdova (2009, p. 35) entendem que “este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”, o que se aplica ao estudo proposto.

Gil (2002) ressalta que o planejamento da pesquisa exploratória é bastante flexível. Essa característica possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. As pesquisas exploratórias envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas e análises de exemplos que facilitam a compreensão, assumindo, na maioria dos casos, as etapas de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso.

Quanto aos procedimentos utilizados, o estudo inicia-se pela etapa de pesquisa documental, recorrendo ao projeto do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, Campus Acopiara como fonte primária da pesquisa.

Gil (2002) destaca que a pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, sendo que a diferença primordial entre ambas constitui-se na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza das contribuições dos diversos autores sobre o assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com o objeto de pesquisa.

Ressalta-se que a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens, pois os documentos constituem-se em uma fonte estável de dados. Além disso, Gil (2002) evidencia que os documentos subsistem ao longo do tempo, tornando-se importante fonte de dados em quaisquer pesquisas de natureza histórica.

A segunda etapa do estudo configura-se como pesquisa de campo, que, por sua vez, “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 59). Consiste, portanto, na observação de fenômenos que ocorrem espontaneamente, possibilitando o registro para análise. Assim, o estudo de campo busca um maior aprofundamento das questões propostas. “Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa” (GIL, 2002, p. 53).

Nesse sentido, o estudo configura-se como pesquisa documental e de campo, visto que a análise do projeto do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, Campus Acopiara, bem como a coleta de dados com os estudantes e professores, é o caminho trilhado para conhecer as concepções de estágio no EMI, buscando articular o objeto pesquisado ao contexto da EPT.

O universo da pesquisa constitui o “agregado teórico e hipotético de todos os elementos” (FONSECA, 2002, p. 52). Nesse sentido, no que se refere à etapa de pesquisa de campo, visando a coleta de dados para etapa de análise, tem-se os professores e os alunos envolvidos na atividade do estágio supervisionado do Campus Acopiara do IFCE como sujeitos da pesquisa.

Segundo o projeto do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, Campus Acopiara (IFCE, 2019), o quadro de professores estimado para o funcionamento do referido curso corresponde ao total de 24 profissionais distribuídos entre a base nacional comum (13), parte diversificada (4) e profissional (7). O curso é integral com funcionamento nos turnos matutino e vespertino, duração de 3 anos e oferta anual de 40 vagas, sendo estimado o total de 120 alunos com matrícula ativa. Portanto, o universo da pesquisa constitui-se no total de 144 participantes.

Prodanov e Freitas (2013) destacam que a amostra pode ser probabilística e não probabilística (não causais). As técnicas de amostragem possibilitam reduzir os sujeitos estudados sem o risco de invalidar os resultados da pesquisa. As amostras não probabilísticas são compostas de forma intencional. Considerando que o estudo configura-se como exploratório, a amostra utilizada é não probabilística intencional para coleta de informações dos sujeitos que viabilizam a atividade do estágio supervisionado.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 225), a amostra “é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Nesse caso, a amostra refere-se ao subconjunto do universo definido para pesquisa. Sendo assim, tem-se como critérios de inclusão: para os professores, ser orientador e ter formação na área de Informática; para os alunos, estar matriculado a partir do segundo ano no Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, Campus Acopiara. Desse modo, a amostra corresponde a 30% dos professores orientadores (2) e alunos matriculados (36), totalizando 38 participantes. Como critério de exclusão, tem-se: professores orientadores em gozo de licença saúde ou capacitação e alunos ausentes no dia da aplicação do questionário.

Registra-se a necessidade de coleta de dados por meio de dois instrumentos distintos. Com os professores, tem-se a realização da entrevista semiestruturada; com os alunos, a aplicação de um questionário, contendo perguntas abertas e fechadas sobre a temática da pesquisa. Com relação aos resultados, registra-se a realização de análise estatística descritiva simples, no que tange aos dados numéricos, e análise de conteúdo focada na categorização, para as respostas subjetivas, mediante a utilização da nuvem de palavras com apoio do *software* gratuito de análise textual Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), versão 0.7 alpha. Esse método agrupa as palavras e as organiza graficamente em função da sua frequência. Com isso, as palavras são graficamente dispostas em tamanhos diferentes, sendo maiores aquelas que apresentam maior importância no *corpus* textual.

Salienta-se que a pesquisa atende às recomendações da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), tendo aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), sob a Certificação de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 67175622.1.0000.5185.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a educação abrange os processos formativos que se iniciam na vida familiar, na convivência humana e se desenvolvem, especialmente, nas instituições de ensino e no trabalho (BRASIL, 1996). A Educação Profissional, por sua vez, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Considera-se, portanto, uma modalidade estratégica para o desenvolvimento socioeconômico nacional, bem como para a redução das desigualdades regionais e sociais.

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, tem por finalidade, entre outras, a preparação para o trabalho e a cidadania do educando, de modo a considerar sua formação integral e direcioná-lo para formação técnica e profissional (BRASIL, 1996). O Ensino Médio articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se como direito social e subjetivo e, portanto, precisa vincular-se em todas as esferas e dimensões da vida (FRIGOTTO, 2012). Nesse sentido, quanto ao processo formativo dos estudantes, busca-se estabelecer a relação entre o trabalho, a cultura e o conhecimento científico.

Na Educação Profissional, a articulação entre o trabalho, a cultura e a ciência fornece a base para o entendimento crítico do funcionamento e constituição da sociedade humana em suas relações sociais e o conhecimento da dinâmica do mundo da natureza. A apreensão de tais conhecimentos constitui-se condição prévia e necessária para “construir sujeitos emancipados, criativos e leitores críticos da realidade onde vivem e com condições para agir sobre ela” (FRIGOTTO, 2012, p. 76). Essa apreensão também é essencial para compreensão e atuação com as novas bases técnico-científicas do processo produtivo.

A relação do Ensino Médio com o mundo do trabalho não pode ser confundida com o imediatismo do mercado do trabalho, tampouco com o vínculo ao setor produtivo. Trata-se, por sua vez, de uma relação mediata com o trabalho na sua natureza ontocriativa, que desperta no sujeito sua capacidade de pensar, criar e produzir sua própria existência (FRIGOTTO, 2012). Essa concepção ontocriativa baseia-se no conceito de Marx de trabalho como produção humana transformadora da natureza, sua distinção enquanto espécie pensante e atuante historicamente, que se constrói enquanto constrói a cultura e a materialidade ao seu redor.

Entretanto, como reflete o próprio Marx, a lógica da propriedade privada do sistema capitalista desvirtua esse sentido do trabalho, ao expropriar uma classe (proletariado) dos meios de produção e utilizar a força de trabalho como mercadoria, precificando o tempo dedicado e a

produção resultante do trabalho proletário, não mais consciente e criativo, mas operacional e alienado. A mercantilização do trabalho instrumentaliza a dominação de uma classe sobre a outra. Segundo Marx e Engels (2018), ao longo da história do capitalismo, a sociedade não extinguiu esses antagonismos de classes, pelo contrário, vem substituindo as antigas por novas formas de exploração e maximização dos lucros.

Ao mesmo tempo em que a grande indústria suprime tecnicamente a divisão do trabalho, provocando a redução vitalícia de um ser humano inteiro a uma operação fragmentada e detalhista, o modo de produção capitalista também reproduz essa divisão de trabalho de maneira intensa, por meio da transformação do trabalhador em acessório autoconsciente de uma máquina parcial e do trabalho mecânico (MARX, 2023).

A expropriação dos trabalhadores, aliada ao aparelhamento das leis, da moral e da religião aos preceitos e interesses burgueses, edifica a superestrutura das camadas que integram a sociedade e obstaculiza a tomada das forças produtivas sociais pela classe trabalhadora. Os discursos burgueses sobre a família e a educação sinalizam uma igualdade de oportunidades, mas, na concretude da sociedade, se materializam numa classe trabalhadora tratada como artigos de comércio e instrumentos de trabalho.

Nesse contexto, a construção de sociedade justa e igualitária implica socializar o capital e os instrumentos de produção, tendo como aliada nessa caminhada a escola pública e gratuita que combine educação com a produção material (MARX; ENGELS, 2018).

Marx e Engels, ao defenderem uma educação pública e gratuita, sobretudo articulada com a produção material, estão propondo a concepção de escola politécnica, tendo como princípio a contribuição do trabalho na transformação social e no pleno desenvolvimento humano. Trata-se, portanto, da retomada da concepção do trabalho com seu potencial (trans)formador do homem e da sociedade.

Marx evidencia a possibilidade de formação de um novo homem, consciente de suas potencialidades históricas, mediante uma educação aliada à práxis social (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2008). Nesse sentido, Marx defende que do próprio sistema de produção deve brotar o germe da educação do futuro, pois o trabalho produtivo, unido ao ensino, deve ser empregado não só como forma de incrementar a produção social, mas como método para produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões (MARX, 2023).

Gramsci, opositor do fascismo italiano, tendo como base Marx e as contradições da experiência soviética, a partir da reflexão pedagógico-política, desenvolve uma análise da crise da organização escolar e apresenta o trabalho como princípio educativo, partindo da relação entre o desenvolvimento científico-técnico e a escola. Com isso, destaca que:

A escola profissional não deve tornar-se uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para uma profissão, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, só com um golpe de vista infalível e a mão firme. Mesmo através da cultura profissional se pode fazer transformar a criança em homem, contanto que seja cultura educativa e não apenas informativa, não apenas prática manual (GRAMSCI, 1976, p. 101).

Uma tendência crescente consiste na abolição de qualquer tipo de escola desinteressada e formativa destinada a uma pequena elite que não deve se preocupar com o exercício de uma profissão futura. Por outro lado, é crescente a difusão de escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade profissional são predeterminados (GRAMSCI, 2022).

Para Gramsci (2022), a solução é uma escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente ou tecnicamente com as capacidades do trabalho intelectual. A partir desse tipo de escola única, mediante repetidas experiências, o aluno passa para uma escola especializada.

A formação integral defendida pela escola unitária oferece aos sujeitos os elementos culturais mais desenvolvidos, moldados pela ciência, tecnologia, filosofia e arte, cuja síntese encontra-se nos clássicos de cada área de conhecimento. Ao tomar posse desse patrimônio cultural produzido pela humanidade, pode acontecer a elevação do nível de consciência dos educandos (MARTINS, 2021).

A consciência de si e do mundo configura-se como condição necessária para que o sujeito promova ações com vistas à superação das contradições que o cercam na vida em sociedade e que desafiam sua própria existência. Nesse aspecto, Gramsci (2022, p. 41) salienta que:

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre o trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, irá se refletir em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo.

A escola, de caráter unitário para todos, deve possibilitar uma efetiva articulação entre o trabalho manual, técnico, industrial e intelectual. Assim, concretiza-se uma educação comprometida com a criação e com o trabalho independente e autônomo dos sujeitos em toda a vida social, potencializando a relação entre a cultura e o povo.

Martins (2021, p. 13) ressalta que a escola unitária “articula no mesmo processo de ensino-aprendizagem o saber e o fazer”. O saber atende ao propósito do sujeito se reconhecer, conhecer o mundo e os problemas nele presentes. Já o fazer tem por finalidade capacitar os

educandos a operarem no mundo do trabalho, mediante o domínio do processo de produção social da existência, das habilidades, bem como dos princípios científicos presentes na sociedade.

O EMI constitui-se como uma proposta pedagógica comprometida com uma formação integral, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e “que compreende como direito de todos o acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais” (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 62).

No caso da formação integrada proposta no EMI, busca-se que a formação geral se torne parte inseparável da Educação Profissional em todos os aspectos em que ocorrem a preparação para o trabalho (CIAVATTA, 2012). Sobre o termo integrado, remete-se

[...] à forma de oferta do Ensino Médio articulado com a Educação Profissional; mas, por outro, também a um tipo de formação que seja integrada, plena, vindo a possibilitar ao educando a compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso. Tratando-se a educação como uma totalidade social, são as múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos (CIAVATTA, 2014, p. 198).

Portanto, a visão da formação integrada torna-se uma condição necessária para se fazer a travessia para uma educação politécnica e omnilateral. A politecnia, em seu sentido pleno, é “entendida como sinônimo de formação humana integral ou omnilateral” (MOURA, 2013, p. 707). A omnilateralidade contrapõe a ideia de homem e sociedade fragmentados, provocada pela divisão do trabalho. A divisão do trabalho condiciona a divisão da sociedade em classes, provocando a dualidade entre o trabalho manual e intelectual e as dimensões de um homem dividido (MANACORDA, 2007).

Nesses termos, retoma-se a discussão trazida por Marx de que o processo de alienação do homem origina-se com a divisão do trabalho. Marx (2010) destaca que o trabalhador não tem que lutar apenas pelos seus meios físicos de vida, mas também precisa lutar pela aquisição do trabalho, ou seja, pelos meios de poder efetivar sua atividade. O trabalhador reduzido à condição de mercadoria, põe-se em situação diversa da classe dos proprietários.

No contexto capitalista, o proletário se torna mais pobre quanto mais riqueza produz. Em outras palavras, o trabalhador se torna uma mercadoria tão barata quanto a demanda produzida por ele. Nesse sentido, Marx (2010) afirma que o trabalho se transforma em um objeto e o trabalhador só consegue se apossar dele com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. Nessa relação de estranhamento ou alienação, quanto mais objetos o trabalhador cria, menos ele se apropria, ficando sob domínio do capital o seu produto. Assim:

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, 2010, p. 82).

Na configuração da divisão do trabalho em classes, o homem se apresenta como trabalhador e não-trabalhador, provocando sua alienação e perda da própria humanização. Por outro lado, como o trabalho constitui-se em uma atividade vital humana, no próprio “trabalhador está contida também uma possibilidade humana universal” (MANACORDA, 2007, p. 78). Com isso, compreende-se que, na omnilateralidade, reúnem-se todas as perspectivas positivas do homem, contribuindo para sua autonomia e consciente oposição ao presente estado de coisas.

Segundo Machado (2006, p. 52), os educadores que atuam no EMI manifestam os anseios de:

[...] fornecer uma sólida e atualizada formação científica, tecnológica, cultural e ética aos seus alunos; de promover as oportunidades que levem ao desenvolvimento da criatividade e do pensamento autônomo e crítico; de fomentar o gosto pela aprendizagem e hábitos de autoaprendizagem; de formar, enfim, pessoas abertas, interessadas, curiosas, críticas, solidárias e de iniciativa.

Considera-se a omnilateralidade como a principal finalidade da educação. Sendo assim, o currículo, considerado por Silva (2020) como lugar, espaço, território e relação de poder, deve fundamentar-se no compromisso ético da instituição em relação à concretização da identidade do perfil profissional de conclusão do curso.

Silva (2008, p. 23) destaca que “a formação humana tem-se constituído em processos de socialização que têm privilegiado a adaptação, especialmente nos meios mais elaborados, intencionais e planejados, como é o caso da escola”. Na instituição escolar, prevalece certo tipo de organização do trabalho que institui uma dimensão conservadora e conformadora ao incorporar no currículo a racionalidade dominante na sociedade do capitalismo.

No contexto educacional brasileiro vigente, a EPT, nos termos da LDB, abrange os cursos de: Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional; Educação Profissional Técnica de Nível Médio; e por fim, a Educação Profissional Tecnológica, de Graduação e de Pós-Graduação.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, objeto desse estudo, desenvolve-se nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica (BRASIL, 2012). Os cursos e programas são

organizados por eixos tecnológicos, proporcionando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, respeitando os interesses dos sujeitos e as possibilidades das instituições educacionais.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012), os itinerários formativos são compreendidos como o conjunto das etapas que integram a organização da oferta da Educação Profissional por determinada instituição de EPT, no âmbito de um determinado eixo tecnológico, tendo como base para o planejamento dos cursos, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), mantido pelos órgãos próprios do Ministério da Educação (MEC) e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para EPT destacam que, no processo de estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, deve-se considerar, entre os diversos princípios, o diálogo com os diferentes campos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, como referência fundamental no processo formativo dos estudantes, bem como a promoção dos saberes exigidos para o exercício da profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, evidenciando o compromisso com a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária (BRASIL, 2021).

O currículo contemplado no PPC deve ter como base o princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, bem como a observância das orientações da legislação e normas vigentes, sendo prerrogativa e responsabilidade de cada instituição de ensino, seja pública ou particular, sua implementação (BRASIL, 2021). As instituições de ensino devem, portanto, formular e implantar coletivamente suas correspondentes propostas pedagógicas.

No que tange a essas propostas, no seu processo de organização e planejamento, as instituições de ensino necessitam observar os diversos princípios norteadores presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012). Para esse estudo, evidenciam-se os seguintes princípios: o trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua articulação com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular; e a prática profissional em sua indissociabilidade com a teoria no processo de ensino-aprendizagem, pelo viés da Didática Profissional (DP) e da conceituação na ação.

## 2.2 O trabalho como princípio educativo

O trabalho caracteriza-se como um processo entre o homem e a natureza. Nesse processo, o homem, por meio de sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza, confrontando-se com a matéria natural, a fim de se apropriar de maneira útil para sua vida. A partir dos movimentos das forças naturais de sua corporeidade, o homem age sobre a natureza externa e a modifica, também transformando a sua própria natureza (MARX, 2023).

Gramsci (2021, p. 147) evidencia que “toda sociedade vive e se desenvolve porque adere a uma produção historicamente determinada: onde não existe produção, onde não existe trabalho organizado (ainda que de modo elementar), não existe sociedade”. Com isso, compreende-se que a sociedade moderna viveu e se desenvolveu até a sua fase atual em razão da adesão a um sistema de produção.

Na perspectiva de Marx, o trabalho não se relaciona com as suas primeiras formas primitivas ou animais; trata-se de uma forma que diz respeito unicamente ao homem que é capaz de imprimir ou subordinar sua vontade. Sendo assim, além dos órgãos do corpo que se movimentam, a atividade laboral exige a vontade orientada a uma finalidade, manifestada conscientemente pelo trabalhador durante a execução da tarefa.

O processo de trabalho configura-se, em primeiro lugar, como uma atividade orientada a um fim. Em segundo lugar, compreende o seu objeto. Em terceiro, seus meios. Desse modo, compreende-se que o objeto de trabalho transforma-se em matéria prima quando já sofreu uma modificação realizada pelo próprio trabalho. O meio de trabalho, por sua vez, é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador emprega entre si e o objeto do trabalho, servindo de guia de sua atividade (MARX, 2023).

O trabalho, na concepção de Engels (1979), ao lado da natureza, fornece ao homem a matéria que é transformada em riqueza. Consiste, portanto, em um conceito muito mais amplo, pois torna-se condição fundamental de toda vida humana. Em sentido mais abrangente, o trabalho, por si mesmo, cria o homem.

A própria terra é seu armazém original de meios de subsistência, bem como seu arsenal originário de meios de trabalho. Contudo, pressupõe que, para servir, por exemplo, na agricultura, emprega-se uma série de outros meios de trabalho previamente elaborados e um alto desenvolvimento da força de trabalho. Nesse contexto, o uso e a criação de meios de trabalho, embora já existam na natureza de algumas espécies de animais, é uma característica do trabalho humano (MARX, 2023).

O homem consegue imprimir sua marca sobre a natureza não apenas mudando as plantas e animais, mas também transformando o aspecto e o clima de seu lugar de habitação. O desenvolvimento por sua mão, cérebro e consciência cria condições necessárias para o alcance de determinados efeitos práticos e úteis aos povos, aumentando os meios para reação sobre a natureza (ENGELS, 1979).

Em contraste com o animal, que é regulado e programado, não sendo capaz de projetar e modificar sua existência, o homem cria e recria pela ação consciente do trabalho, sua própria existência (FRIGOTTO, 2008). Sob essa perspectiva ontológica, compreende-se que o trabalho permeia toda a essência do homem, correspondendo às suas necessidades elementares para sobrevivência.

Conforme Marx (2010), o trabalhador não pode criar sem o apoio da natureza, ou seja, sem o mundo exterior sensível. A natureza é a matéria na qual o trabalho humano se efetiva e, por meio dela, oferece os meios de vida em que o próprio trabalho não pode existir sem os objetos, e também promove a subsistência física do trabalhador. Por isso, quanto mais o trabalhador se apropria do mundo externo, tanto mais ele se priva dos meios de vida, pois o mundo exterior deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho e cessa, enquanto meio de subsistência.

Os meios de vida apresentam um duplo sentido: primeiro, descortinam um trabalhador servo de seu próprio objeto, pois ele recebe trabalho; segundo, porque também necessita e recebe os meios de subsistência. Assim, o homem passa a existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como sujeito físico. Portanto, “o auge dessa servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador” (MARX, 2010, p. 82).

Na fase atual, reconhece-se, na sociedade, a existência de duas classes antagônicas: a classe capitalista, proprietária dos meios de produção, e a classe trabalhadora, que vive a serviço da primeira, sendo subjugada mediante o vínculo do salário e da ameaça que perdura para não morrer de fome (GRAMSCI, 2021).

No entendimento de Engels (1979), enquanto o trabalho, principal atividade histórica do homem que o elevou da animalidade à humanidade, estiver submetido ao jogo flutuante de influências indesejáveis, sobretudo com o avanço da produção nos contextos industriais, têm-se como resultados o excesso de trabalho e a crescente miséria das massas. Nesse sentido, somente por meio de uma organização social consciente se pode elevar os homens sobre o mundo.

Marx (2010) destaca que se o produto do trabalho não pertence ao próprio trabalhador, conseqüentemente se torna parte e fruição de um outro homem, considerado senhor do objeto. Nesse contexto, todo o autoestranhamento do homem e com a natureza surge da relação que ele outorga a si e à natureza para com outros homens distintos dele mesmo. Essa relação do trabalhador com o trabalho gera o relacionamento do capitalista com o trabalho.

O advento da máquina a vapor, o fortalecimento do contexto industrial e o modo de produção capitalista dão lugar à concentração de riquezas nas mãos de uma minoria e a miséria da imensa maioria (ENGELS, 1979).

Como bem afirma Gramsci (2021), para os industriais, denominados burgueses, torna-se mais útil ter operários-máquinas, em vez de operários-homens. Faz-se necessário que o proletariado esteja atento para a superação de novos abusos. E mesmo por meio da cultura profissional, é possível contribuir com o surgimento de um novo homem, contanto que o processo educativo não seja apenas informativo.

Mészáros (2008) aponta que somente a mais ampla das concepções de educação pode ajudar a perseguir a finalidade de uma mudança radical, possibilitando a criação de instrumentos de pressão que rompam com a lógica mistificadora do capital, visto que reformas ou reparos superficiais apenas corroboram para manutenção dessa lógica que é cultivada e propagada pelas elites nas sociedades.

O proletariado necessita de uma escola desinteressada. Esse modelo de escola deve possibilitar a formação do trabalhador e de seus filhos, adquirindo critérios gerais para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista, que não limite o futuro da criança, sua vontade, inteligência e consciência em formação. Uma escola que valorize a liberdade e a livre iniciativa, e diga não à escravidão e à mecanicidade (GRAMSCI, 2021).

A contradição entre as classes reverbera na questão educacional e no papel da escola, constituindo uma acentuada diferença entre as escolas da elite, destinadas de modo predominante à formação intelectual, e as escolas para as massas, que se limitam à escolaridade básica ou formação profissional. Sobre essa dualidade, Saviani (1994, p. 159) destaca que:

A contradição entre as classes marca a questão educacional e o papel da escola. Quando a sociedade capitalista tende a generalizar a escola, esta generalização aparece de forma contraditória, porque a sociedade burguesa preconizou a generalização da educação escolar básica. Sobre esta base comum, ela reconstituiu a diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente à formação intelectual, e as escolas para as massas, que ou se limitam à escolaridade básica ou, na medida que têm prosseguimento, ficam restritas a determinadas habilitações profissionais.

No século XX, no Brasil, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas sobretudo aos “pobres e humildes”, há a introdução do trabalho no processo educacional visando a preparação de operários para o exercício profissional. Segundo Ramos (2014), a criação das Escolas de Aprendizes Artífices evidencia o redirecionamento da Educação Profissional, ampliando o seu horizonte de atuação no atendimento das necessidades emergentes no país.

A partir do avanço nos campos da agricultura, indústria e tecnologia, registra-se também o embate entre um projeto de desenvolvimento autônomo e outro vinculado ao grande capital. No entanto, Ramos (2014) salienta que esse tenso equilíbrio é rompido e deslocado em favor do capital estrangeiro no governo de Juscelino Kubitschek. O crescente quadro de industrialização passa a exigir uma maior qualificação da mão de obra, contribuindo para que o Ensino Técnico ganhe maior dimensão no território brasileiro.

A tendência tecnicista resulta da tentativa de inserção do modelo de educação empresarial na escola, pautado na racionalização do sistema de produção capitalista, objetivando adequar o ambiente escolar às exigências da sociedade industrial e tecnológica. Nessa linha, compreende-se que a implantação da tendência tecnicista no Brasil tem sintonia com o próprio sistema do capitalismo internacional, que trata a educação como capital humano e possibilidade de crescimento econômico.

Aranha (2020) esclarece que, no período da Ditadura Militar, especificamente nas décadas de 1960 e 1970, o tecnicismo tem uma atuação prejudicial sobretudo às escolas públicas, uma vez que as instituições particulares contornam as exigências, mantendo o currículo tradicional. Essa tendência provoca excessiva burocratização do ensino, desprezando o processo pedagógico ao permitir a separação entre concepção e execução do trabalho.

Considerando a realidade de vida dos operários e trabalhadores do campo no contexto brasileiro, são discutidas, sobretudo ao final da Ditadura Militar, nos anos 1980, diversas propostas de educação para a nova Constituição de 1988 e a posterior LDB. Os pesquisadores e educadores se deparam com a seguinte questão: “se o trabalho pode ser alienante e embrutecedor, como pode ser princípio educativo, humanizador, de formação humana?” (CIAVATTA, 2008, p. 410).

O conceito da evolução histórica como um processo das lutas de classe revela, com efeito, que a educação tem sido o foco das classes dominantes para o preparo da mentalidade e da conduta das crianças. Sendo assim, conforme expõe Ponce (2015, p. 210) em seu estudo sobre a educação e luta de classes, “para formar trabalhadores conscientes de uma sociedade

em que desapareceram a dominação e submissão, é preciso criar uma escola que fixe com extraordinária precisão o propósito imediato que lhe corresponde”.

Na atual conjuntura da EPT, compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura também significa entender o trabalho como princípio educativo. O reconhecimento do trabalho como princípio educativo é equivalente ao entendimento de que “o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade” (MOURA, GARCIA; RAMOS, 2007, p. 45). Nesse aspecto, entende-se que o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

Ciavatta (2008) rememora que, ao longo da história, o homem utiliza-se dos bens da natureza por meio do trabalho, produzindo, desse modo, os meios de sobrevivência e conhecimento. Com o advento de novas formas de produção e organização social, o trabalho ganha sentido ambivalente, ao passo que, em determinados contextos, representa fadiga e sofrimento, em outros, é sinônimo de riqueza e produtividade.

Partindo do pressuposto da integração entre trabalho, ciência e cultura, o processo educativo de formação profissional se opõe ao simples preparo para o mercado de trabalho. Busca-se uma abordagem que enfoca o trabalho como princípio educativo, no intuito de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, por meio de uma formação de trabalhadores que sejam capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (CIAVATTA, 2012). Essa integração visa contribuir para a formação de sujeitos autônomos e críticos que compreendam as dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas.

Ciavatta (2008) argumenta que a Educação Profissional, tendo por fundamento as exigências do sistema capitalista e produtivo, modela-se por uma visão que reduz a formação ao treinamento para o trabalho simples ou especializado para os trabalhadores e seus filhos. A inserção do trabalho como princípio educativo na formação profissional supõe resgatar para todos a dimensão do conhecimento científico-tecnológico da escola unitária e politécnica, introduzindo nos currículos a crítica ao trabalho no contexto capitalista, refletindo sobre os direitos e o sentido das lutas históricas no trabalho.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para EPT reconhecem o papel dessa modalidade no desenvolvimento do mundo do trabalho e na concepção da formação integral do cidadão trabalhador. Essa perspectiva educacional, portanto, deve conduzir à superação da clássica divisão, historicamente consagrada pela divisão social do trabalho, entre os trabalhadores comprometidos com a ação de executar e aqueles comprometidos com a ação de pensar, dirigir,

planejar e controlar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à sociedade (BRASIL, 2012).

Segundo Araújo e Frigotto (2015, p. 77), “a articulação entre trabalho e ensino deve servir para formar homens omnilaterais, ou seja, promover e desenvolver amplas capacidades humanas, intelectuais e práticas”. Assim, o trabalho configura-se como princípio educativo quando compreendido na ótica da revolução social.

Frigotto (2008) ressalta que o trabalho como princípio educativo não é uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político, pois é muito comum reduzir esse princípio educativo à ideia didática ou pedagógica do “aprender fazendo”. Esse entendimento não apaga a experiência concreta do trabalho como uma base sobre a qual se desenvolvem processos pedagógicos ou atividade prática como método pedagógico.

O trabalho enquanto princípio educativo na Educação Profissional contribui para a superação de uma formação dos estudantes pautada nos ditames econômicos e mercadológicos, que visa, prioritariamente, a manutenção da força de trabalho. Em contraposição às exigências do sistema capitalista, esse princípio fundamenta o resgate para todos de uma educação comprometida com a formação humana integral, transpondo o modelo de educação que reforça a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

### **2.3 A prática profissional como princípio pedagógico: uma perspectiva da Didática Profissional**

A DP surge na França, nos anos 1990, tendo como objetivo analisar o trabalho como finalidade de formação de competências profissionais, a partir de três correntes teóricas: a Psicologia do Desenvolvimento, a Ergonomia Cognitiva e a Didática, apoiando-se, sobretudo, na teoria da conceituação na ação de inspiração piagetiana (PASTRÉ; MAYEN; VERGNAUD, 2019).

A DP tem inspiração na didática das disciplinas escolares, com ênfase na atividade profissional e no desenvolvimento de competências. O termo é utilizado pela primeira vez por Ginsbourger, em 1992, ao comentar sobre o trabalho de Pastré em uma revista sobre adultos com baixa qualificação profissional. Segundo Allain *et al.* (2023), os estudos de Ginsbourger sugerem uma articulação mais orgânica entre formação e trabalho, favorecendo a explicitação das competências profissionais adquiridas e sua reutilização entre os adultos pouco qualificados.

Pastré (2017) reforça que, na origem dessa abordagem, encontram-se duas correntes: a Psicologia do Trabalho, a partir de Faverge e Leplat, que evidencia a dimensão cognitiva existente em qualquer trabalho; e a Psicologia do Desenvolvimento, com base em Piaget, Vygotsky e Vergnaud, que enfatiza o papel da conceitualização na ação. Para o desenvolvimento desse tópico, observa-se o par situação-atividade, com fundamento nos estudos de Vergnaud, bem como na análise realizada por Pastré aplicada às situações de trabalho no contexto da DP.

O teórico Vergnaud atribui significativa importância à conceitualização, sobretudo à linguagem. Para ele, o conhecimento organiza-se em campos conceituais, cujo domínio manifestado pelo sujeito, ocorre ao longo de um vasto período de tempo (MOREIRA, 2003). Nesse sentido, a conceitualização é base da cognição, por isso, torna-se relevante todos os aspectos de assimilação e a análise conceitual das situações para as quais os estudantes desenvolvem os seus esquemas de aprendizagens.

Na teoria dos campos conceituais, Vergnaud aborda a conceitualização do real, que é marcado pela existência de situações, invariantes operatórios e representações, que retratam aspectos cognitivos da aprendizagem mobilizados na ação, na medida em que o sujeito atua sobre um dado objeto ou desenvolve determinada atividade ou tarefa, seja ela no contexto profissional ou não (FONTENELE; ALVES, 2021a).

Segundo Vergnaud (1985, p. 1), o conceito de representação “é essencial para analisar a formação dos conhecimentos operatórios e para analisar os processos de transmissão dos conhecimentos”. A representação, em sua perspectiva, é funcional e imprescindível ao tratamento, pelo sujeito, de numerosas situações. No entanto, a representação não se refere apenas ao uso pelo sujeito de sistemas de significantes sociais linguísticos ou não-linguísticos, pois existem outros critérios. Vergnaud cita, por exemplo, o da emergência em situação de uma conduta nova, apoiada sobre a descoberta e a utilização pelo indivíduo, de uma propriedade ou de uma relação pertinente.

Vergnaud define “conceito” a partir de três conjuntos: um conjunto de situações que dão sentido ao conceito; um conjunto de invariantes que podem ser reconhecidos e usados pelos sujeitos para analisar e dominar as situações; e por fim, um conjunto de representações simbólicas, inclusive a linguagem, que podem ser utilizadas para indicar e representar essas invariantes e, conseqüentemente, expressar as situações e os procedimentos para lidar com elas. As situações dão sentido ao conceito e os esquemas dão sentido às situações (MOREIRA, 2003).

Vergnaud retoma o conceito piagetiano de esquema, interpretando-o como a “organização invariante do comportamento para uma determinada classe de situações”; em

outras palavras, o esquema é a forma estrutural da atividade. Configura-se como a organização invariante da conduta do sujeito frente a uma classe de situações e, por sua vez, contém conhecimentos-em-ação (MOREIRA, 2003).

No contexto da conceituação na ação, Vergnaud (1985, p. 9) propõe uma nova abordagem para a noção de esquema. Para ele, o “esquema é uma totalidade dinâmica, organizada”. Nesse sentido, são os esquemas que explicam a organização da atividade do sujeito em uma dada situação. Com isso, se uma situação pertence a uma classe de situações bem dominada pelo aluno, o esquema pode ser definido como a organização invariante do comportamento para essa classe de situações. Se ao contrário, o aluno terá que procurar relações entre a nova situação e aquelas que lhe são familiares (ALLAIN *et al.*, 2023).

Vergnaud (1985, p. 11) aponta que “os discursos teóricos e as condutas práticas que são constitutivas dos conhecimentos não se deixam descrever facilmente, muito menos sua interação. Entretanto, é nesta interação entre o fazer e o dizer que o sujeito aprende”. É a partir da análise do esquema e do conceito que ele esclarece a interação.

Pastré, em seu estudo acerca da DP, busca confirmar se o quadro teórico desenvolvido por Vergnaud pode ser aplicado em sua análise das situações de trabalho, objetivando explicar como se constroem as competências profissionais. Para Pastré, não há atividade sem aprendizagem, pois toda aprendizagem trata-se de uma mobilização de uma atividade. Sendo assim, parte da hipótese de que o ensino corresponde a uma estrutura conceitual e recomenda a articulação da análise da tarefa e da atividade, começando pela reconstituição de episódios críticos na interação entre o professor e o aluno, concebendo a atividade de ensino mediante a ideia de organização da atividade, de natureza conceitual, pautada no par sujeito-ações (ALLAIN *et al.*, 2023).

A partir da abordagem da conceitualização na ação de Vergnaud, Pastré explica a atividade de ensino, tendo o cuidado de considerar as especificidades dessa atividade. Assim, destaca duas especificidades: a atividade de um professor não pode ser dissociada da atividade de seus alunos; e a ação do professor se dirige a um objeto a ser transformado que não é diretamente observável, pois se trata das representações dos alunos sobre um saber adquirido. Pastré destaca que essa atividade de ensino também é organizada de forma hierárquica e engloba diferentes níveis de organização (ALLAIN *et al.*, 2023).

Segundo Pastré (2017), Vergnaud fornece, com sua teoria dos campos conceituais, o elo para a adaptação do quadro teórico da conceituação na ação à DP. Contudo, Pastré alerta que a análise do trabalho em DP se assemelha ao espírito da escada, pois nela, encontra-se o essencial quase sempre a posteriori. Em sua concepção, o que não se consegue fazer no decorrer da ação,

pode ser alcançado posteriormente, quando finalmente se compreende o sentido do que é feito e de todos os possíveis erros.

No desenvolvimento teórico da DP, Pastré, Mayen e Vergnaud (2019) embasam estudos sobre a melhor forma de preparar os trabalhadores para o exercício de suas profissões. Na perspectiva desses autores, os objetos de conhecimento técnico-profissional estão estruturados nas situações de trabalho que servem de base para o ensino.

Observa-se, portanto, na essência da DP, que a análise do trabalho assume um papel fundamental. Pastré (2017, p. 626) evidencia que em DP, a “análise do trabalho responde por um duplo objetivo – construir conteúdos de formação correspondentes à situação profissional de referência e utilizar as situações do trabalho como suporte para a formação de competências”. Assim, na expressão francesa, trata-se de aprender das situações.

Pastré, Mayen e Vergnaud (2019, p. 24) destacam que a DP “corresponde à vontade de estudar a aprendizagem no coração mesmo da atividade e, portanto, de não dissociar a atividade da aprendizagem, a análise da atividade da análise da aprendizagem”. Os autores evidenciam que o termo aprendizagem apresenta dois sentidos, referindo-se a uma aprendizagem incidente (não-intencional) ou intencional. A aprendizagem não-intencional manifesta-se no fazer ou por imersão, cujo sujeito aprende por meio da ação. Contudo, não se pode agir sem a construção da experiência, portanto, sem aprender.

Sendo assim, o sujeito, ao agir, transforma o real (atividade produtiva). E, ao transformar o real, modifica a si mesmo (atividade construtiva). Assim, evidencia-se que as atividades produtiva e construtiva são indissociáveis (PASTRÉ; MAYEN; VERGNAUD, 2019). Com isso, a DP enfatiza a análise da atividade construtiva que acompanha a atividade produtiva.

Ainda com relação à DP, destaca-se que:

A Didática Profissional busca articular fortemente duas dimensões que não necessariamente estão associadas: a dimensão teórica e a dimensão operatória. A dimensão teórica é muito importante, pois é graças a ela que se busca evitar um discurso empírico que se contentaria em relatar um certo número de operações exitosas de análise, sem denotar nem os fundamentos nem os limites destas. Mas a dimensão operatória é tão essencial quanto: se a Didática Profissional se liga, de um ponto de vista teórico, à corrente da conceituação na ação, ela precisa apresentar as ferramentas, os conceitos, os métodos, que devem permitir aos usuários apropriarem-se destes instrumentos e utilizá-los de modo eficiente (PASTRÉ; MAYEN; VERGNAUD, 2019, p. 18).

Na DP, prioriza-se essa articulação entre as dimensões teórica e operatória, partindo da ação para a análise da aprendizagem. Nessa perspectiva, esse formato de aprendizado adquire

conhecimento por meio da realização da atividade, ou seja, da aplicação das capacidades de um sujeito frente a uma determinada situação.

No Brasil, a DP tem sido discutida pelos autores Gruber, Allain e Wollinger (2019) e Allain *et al.* (2023). Nesse contexto, também estão os autores Fontenele e Alves (2021a, 2021b), que apontam as contribuições da DP para a formação docente em Ciências e Matemática.

A DP ultrapassou as fronteiras de seu país de origem. E mesmo diante das diferenças entre os contextos educacionais da França e do Brasil, o contato com o arcabouço teórico e metodológico da DP prefigura contribuições para a EPT brasileira.

Sob a ótica das diferenças, no primeiro momento, vem à mente a distância entre a formação profissional e o trabalho que constitui a formação técnica ou mesmo superior no Brasil, pois é comum que os estudantes só experimentem um contato real com o mundo profissional ao final do curso, no período de realização do estágio, quando está inserido na formação. Além disso, há a cultura epistemológica da formação profissional, que, por vezes, é sustentada por uma tradição generalista e propedêutica, impondo limites na compreensão dos conhecimentos profissionais e técnicos, bem como na construção de referenciais teóricos e metodológicos capazes de analisar o desenvolvimento profissional fora dos muros da escola (ALLAIN *et al.*, 2023).

Allain *et al.* (2023) evidenciam que, na França, há uma relação mais próxima entre a formação e o ambiente profissional, formação e conhecimentos técnicos, concepção e conhecimento sobre o local de trabalho, sendo refletida essa constância em seus currículos e conteúdos. Já no Brasil, existem poucas formações com alternâncias entre os contextos acadêmicos e profissionais. Segundo os autores, a ideia de alternância integradora consiste em uma proposta pedagógica coerente no sistema de formação, permitindo o estabelecimento de uma verdadeira dialética entre as contribuições feitas nas instituições de ensino e as experiências em ambientes profissionais.

Fontenele e Alves (2021b) enfatizam, em seus estudos, que, além das profissões operárias, agrícolas e técnicas, a DP também investiga os professores do Ensino Médio, Superior e da Educação Profissional. Assim, compreendem que a DP pode contribuir para formação e desenvolvimento de competências, especialmente do professor de Matemática, mediante a construção de conteúdos formativos, utilizando as situações de trabalho como cenário e suporte.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) destaca que há uma especificidade que distingue a formação de docentes para a Educação Básica, em geral, da formação de docentes para a Educação Profissional, mesmo considerando a forma do EMI. O diferencial entre um e

outro profissional é que, especialmente, “o professor da Educação Profissional deve estar apto para preparar o cidadão em relação ao desenvolvimento de seu saber trabalhar em um contexto profissional cada vez mais complexo e exigente” (CNE, 2012, p. 55).

Nesse sentido, espera-se do professor da Educação Profissional, o domínio dos saberes específicos do setor produtivo do respectivo eixo tecnológico ou área profissional na qual atua (CNE, 2012). Para atendimento desse desafio, compreende-se que a DP é a abordagem teórica capaz de estabelecer vínculos com o mundo do trabalho na prática docente.

A DP compreende que a análise do trabalho é fundamental para a realização do planejamento de formações. Sendo assim, constitui-se em uma importante ferramenta de aprendizagem para os profissionais, tendo como princípios as distinções, a partir de Vergnaud, entre os conhecimentos científicos e técnicos, que referem-se à forma enunciativa do conhecimento, e os saberes da ação e da experiência, que são relacionados à forma operatória do conhecimento. Assim, quando o sujeito opera e age sobre a realidade, ele mobiliza saberes que se referem à forma operatória (ALLAIN *et al.*, 2023).

As formas predicativa e operatória se distinguem, pois a primeira necessita da linguagem para se expressar, sendo essencialmente discursiva. Já a segunda relaciona-se aos saberes postos em prática. Contudo, Allain *et al.* (2023), com base nos estudos de Pastré, Mayen e Vergnaud (2019), destacam que as duas formas compartilham a mesma estrutura cognitiva e, por esse motivo, há na aprendizagem uma circulação permanente entre operatórios e predicativos.

No contexto exposto, compreende-se que a DP não se reduz à análise do trabalho conduzida para a formação e à utilização de situações de trabalhos visando a aprendizagem. Considerando a sua base conceitual pautada na ação, a DP deve permitir uma outra perspectiva sobre o trabalho e o próprio desenvolvimento pelo e no trabalho.

Na corrente da DP, coloca-se o sujeito diante das tarefas, desafios e dilemas que exigem dele a adaptação e a antecipação, dois conceitos essenciais do campo da ação, que, por sua vez, ultrapassam a ideia de aprendizagem como assimilação de conceitos abstratos formalizados, tornando esse trabalhador cognitivamente ativo e criativo (ALLAIN; GRUBER; WOLLINGER, 2020).

Tanto o educador quanto os aprendizes devem experimentar as diferentes técnicas existentes no campo da DP no ambiente de trabalho. A utilização das técnicas possibilitam o conhecimento profundo do ambiente de trabalho no qual o estudante é inserido para realização da sua atividade, bem como a própria natureza da atividade visada no processo formativo. O

método de observação possibilita duas situações possíveis: a seleção dos elementos relevantes a serem observados e o registro em um roteiro de observação planejado (ALLAIN *et al.*, 2023).

Araújo e Frigotto (2015, p. 71) destacam que:

No atual debate acerca da Educação Profissional e, especificamente, acerca de uma Didática da Educação Profissional, tem sido muito presente a visão dicotômica que pode ser entendida, por exemplo, na separação e distinção entre profissionalização e escolarização (visão dissociativa) ou como a “soma” da profissionalização com a escolarização. Essa visão dicotômica também se revela na separação entre as disciplinas teóricas e as disciplinas práticas, entre os saberes que desenvolveriam o pensar e outros que desenvolveriam as capacidades de fazer. Outra perspectiva, fundada na ideia de unidade, pressupõe a indissolubilidade entre teoria e prática.

Por conseguinte, uma perspectiva integradora da DP deve pressupor: o compromisso com o processo formativo amplo e duradouro; a ideia de práxis como referência às ações formativas; a teoria e a prática educativas constituindo o núcleo articulador da formação profissional; a teoria sendo sempre revigorada pela prática educativa; a prática educacional sendo o ponto de partida e de chegada; a ação docente se revelando na prática concreta e na realidade social (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015).

A indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional constitui-se, portanto, em um importante princípio para a EPT. Para sua efetivação, faz-se necessária a utilização de estratégias educacionais que possibilitem a contextualização, o diálogo, a reflexão e o estímulo à autonomia dos estudantes frente ao processo de construção do conhecimento e de formação profissional.

#### **2.4 A integração entre o pensar e o fazer profissional no estágio supervisionado**

A LDB, ao tratar sobre os estágios supervisionados, define que os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio sob sua jurisdição, observando a lei federal que versa sobre a matéria. Atualmente, o estágio de estudantes de Ensino Superior, Educação Profissional, Ensino Médio, Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, é regulamentado pela Lei nº 11.788/2008.

O currículo contemplado em cada PPC é prerrogativa e atribuição da instituição e da rede de ensino, seja pública ou privada. Desse modo, a organização curricular deve explicitar orientações metodológicas flexíveis, incluindo estratégias de execução, presencial ou a distância, prática profissional e estágio supervisionado (BRASIL, 2021).

O estágio supervisionado apresenta-se como proposta para vivência de prática profissional em situação real de trabalho, nos termos da Lei nº 11.788/2008, configurando-se como ato educativo, quando previsto pela instituição de ensino ou obrigatório em função da natureza da ocupação (BRASIL, 2021).

A Lei nº 11.788/2008 aponta que o estágio visa o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, além da contextualização curricular, tendo como objetivo o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008). Desse modo, o estágio compreendido como ato educativo escolar deve ser realizado em ambiente de trabalho e ter o acompanhamento do professor orientador da instituição de ensino e do supervisor da parte concedente do estágio, visando, sobretudo, à formação cultural e profissional do educando.

O estágio pode ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes de cada etapa, modalidade e área de ensino, bem como a previsão do PPC. Ressalta-se que a Lei nº 11.788/2008 indica que o estágio faz parte do PPC, integrando o itinerário formativo do estudante, e destaca que a carga horária de estágio obrigatório definido é requisito para a aprovação e obtenção do diploma.

A Lei nº 11.788/2008 também chama a atenção dos educadores para uma necessidade fundamental no processo formativo dos estudantes, que é a de integração mediante a celebração de termo de compromisso entre a instituição de ensino e as empresas ou organizações concedentes de estágio, visando à contextualização curricular e ao desenvolvimento de saberes próprios da atividade profissional e para a vida cidadã.

Segundo Colombo e Ballão (2014), o estágio torna-se proveitoso com a interação entre o aluno, a empresa e a escola, visto que o aporte teórico da sala de aula encontra a situação concreta do cotidiano, ou seja, o mundo econômico real. O encontro com essa realidade prática contribui dialeticamente com o repensar de algumas teses ou teorias, que podem ser refutadas ou rearranjadas, ou ainda, a aprendizagem é reforçada pela adequação entre teoria e prática.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ao enumerar os princípios norteadores dessa modalidade de ensino, apontam a relação e a articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante. Enfatiza, ainda, a indissociabilidade entre a teoria e a prática no processo de ensino-aprendizagem.

No plano teórico, essas Diretrizes apontam sobre a necessidade da promoção de uma educação que seja capaz de propiciar aos trabalhadores o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências que os habilitem efetivamente para analisar, questionar e entender os

fatos do cotidiano com maior propriedade, dotando-os de capacidade investigativa diante da vida, de forma mais criativa e crítica (BRASIL, 2012).

Essa perspectiva teórica apresentada nas Diretrizes em discussão implica, sobretudo, no compromisso de um confronto com as teorias do capital humano e suas variantes presentes na sociedade, dentre elas, as que apontam para a centralidade do capital social em detrimento das necessidades humanas, demonstrando a sua incapacidade de contribuir “com a elaboração de políticas públicas de trabalho, emprego e renda que, de fato, tenham condições de incluir, de forma cidadã, milhões de pessoas no mundo do trabalho” (BRASIL, 2012, p. 10).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no contexto do desenvolvimento dos saberes profissionais, apontam o estágio supervisionado como uma das estratégias responsáveis pela integração entre os conhecimentos e o desenvolvimento de níveis de raciocínio cada vez mais complexos, destacando que:

Neste contexto, o estágio profissional supervisionado, obrigatório ou não, quando previsto e assumido intencionalmente pela escola como ato educativo e atividade curricular de sua responsabilidade, presente na sua proposta pedagógica e nos instrumentos de planejamento curricular do curso, é uma das estratégias de integração teórico-prática, intencionalmente integrada com o currículo do curso, nos termos da legislação específica e das normas vigentes sobre a matéria, cuja carga horária, como regra geral, deve ser adicionada aos mínimos exigidos para a respectiva habilitação profissional (BRASIL, 2012, p. 49).

O estágio, numa perspectiva transformadora, não deve perseguir apenas a preparação para o mundo do trabalho. Este componente curricular deve propiciar a associação entre a teoria e a prática, tornando-se um momento privilegiado para formação integral do estudante, possibilitando o desenvolvimento de competências e saberes provenientes de vivências práticas do trabalho, contribuindo, com isso, para a transformação da sociedade e construção de novos conhecimentos.

Segundo Cordão e Moraes (2017, p. 199), “os estágios profissionais supervisionados são essenciais para uma boa transição entre os estudos e o ingresso efetivo no mundo do trabalho em ocupação ou profissão correspondente”. Assim, o estágio possibilita maior foco na aprendizagem prática em contextos relevantes e apropriados ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos.

O conceito de estágio é alterado ao longo da evolução da legislação educacional brasileira, passando por desafios e avanços até a previsão de sua inserção, no formato obrigatório ou não-obrigatório, nos PPC, tornando-o componente curricular no itinerário formativo do educando. Colombo e Ballão (2014, p. 172) afirmam que:

Os debates em torno de uma nova legislação sobre estágio ocorrida no Congresso Nacional Brasileiro, a partir da primeira década do século XXI, demonstraram a existência de um confronto entre aqueles que defendiam o estágio com foco no interesse da escola e os que focavam o interesse das empresas.

A prática do estágio supervisionado não pode ser confundida como mão de obra barata. A Lei nº 11.788/2008 vincula o estágio ao processo educativo. Os estágios não são obrigatórios para as empresas e também não geram vínculo empregatício. Entretanto, eles representam para os estudantes uma primeira oportunidade de ingresso no mundo do trabalho, bem como facilitam o acesso ao primeiro emprego, com ampliação de chances de permanência e progressão profissional (CORDÃO; MORAES, 2017).

Ao manter relação com o setor produtivo, o estágio funciona como uma vitrine de oportunidades e porta de entrada para integração, inovação e troca de experiências profissionais e pedagógicas. Nesse sentido, a gestão do estágio precisa assegurar o aspecto legal e pedagógico, mediante a identificação de oportunidades, cadastro, ajustes de condições para realização, acompanhamento e garantia de execução das atividades compatíveis com a programação curricular do curso.

A gestão do estágio deve viabilizar processos educacionais simples e efetivos, otimizando as relações para que projetos de parcerias sejam fomentadas com empresas e órgãos públicos e privados, organizações não-governamentais e outras instituições que assumam a parceria para essa ação educacional curricular, com o apoio e a orientação do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 2012).

Colombo e Ballão (2014) destacam que o saber construído durante o período escolar ou acadêmico pode ser medido pela execução prática de uma tarefa, a qual, dialeticamente, impõe a necessidade de arranjos e revisões na construção teórico-intelectual do educando. O saber e o fazer se complementam, embora sejam ações que, conceitualmente, possam ser antagônicas. É nessa complementaridade que a importância do estágio fica em evidência tanto para a Educação Profissional quanto para o Ensino Superior.

No contexto do estágio supervisionado, os professores podem propor aos estudantes a realização de pesquisas a partir da análise de uma situação específica em uma empresa ou instituição, apoiando-se nos rastros do trabalho, mediante a coleta de dados através de gravações, vídeos, áudios ou observações de situações com o auxílio de roteiros. Esse processo possibilita a inclusão de um problema a ser resolvido ou um diagnóstico que exige adaptações ou ajustes às características da situação vivenciada e não apenas a execução de procedimentos simples (ALLAIN *et al.*, 2023).

O contato dos estudantes com a realidade do trabalho, por meio do estágio, favorece não apenas a construção de sua identidade profissional, mas também o surgimento de diversos questionamentos e reflexões acerca da realização das atividades laborais, permitindo a troca de saberes e experiências com os trabalhadores, bem como a própria redefinição dessas atividades pelos aprendentes e o fortalecimento da ação pedagógica da escola.

O estágio, enquanto ação pedagógica, manifesta-se como processo transformador na preparação de profissionais, ao tempo em que são criados elos e reforço mútuo entre a escola, o currículo e o setor produtivo (COLOMBO; BALLÃO, 2014). Faz-se necessária a participação ativa dos sujeitos para sua eficácia pedagógica, evitando a perda da qualidade das atividades desenvolvidas no estágio supervisionado. A troca de saberes assegura que o estágio seja, de fato, um ato educativo complementar à formação do estudante conforme preconiza a legislação.

Diante do exposto, entende-se que é de suma importância o reconhecimento e a valorização do estágio supervisionado, bem como suas implicações no processo formativo dos estudantes, sobretudo, em sua contribuição efetiva para articulação entre a teoria e a prática. Além disso, o alinhamento do estágio ao arcabouço teórico e conceitual da EPT possibilita que essa atividade curricular se torne um importante campo de formação e reflexão, contribuindo para a efetivação da concepção de educativa integrada, omnilateral e politécnica.

### **3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFCE: DISCUTINDO OS ACHADOS DA PESQUISA**

#### **3.1 O estágio supervisionado no IFCE**

O estágio supervisionado no âmbito do IFCE é regulamentado pela Resolução do Conselho Superior (CONSUP) nº 108, de 08 de setembro de 2023, que revogou, por sua vez, a Resolução CONSUP/IFCE nº 28, de 08 de agosto de 2014.

A Resolução vigente tem como finalidade a apresentação de regras e orientações sobre os estágios realizados pelos alunos do IFCE, brasileiros ou estrangeiros, devidamente matriculados em cursos de nível médio, graduação e pós-graduação, cujo estágio não se configure como disciplina obrigatória do curso (IFCE, 2023).

Nesse documento, o estágio é reconhecido como ato educativo que deve ser desenvolvido em ambiente de trabalho pelos estudantes do IFCE, coadunando, desse modo, com a definição e concepção de estágio estabelecida na Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes no território nacional.

Segundo o regulamento do IFCE, o estágio supervisionado tem por objetivos o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, a contextualização curricular, a preparação para o trabalho produtivo e o desenvolvimento do educando para o trabalho e a vida cidadã. Nesse sentido, constata-se que também são reproduzidos os mesmos objetivos presentes na Lei de Estágio.

No IFCE, “toda e qualquer atividade de estágio será curricular e supervisionada, devendo estar vinculada a áreas teóricas e práticas constantes do projeto pedagógico dos cursos” (IFCE, 2023, p. 1). Além disso, o regulamento destaca as duas modalidades de estágio supervisionado: obrigatório, quando realizado como parte da prática profissional, conforme definição no PPC, sendo sua carga horária mínima prevista na matriz curricular, tornando-se como requisito para aprovação e obtenção do diploma; e não-obrigatório, quando desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso.

Nota-se o reconhecimento da vinculação entre a teoria e a prática, mediante o estágio supervisionado, como fator constante no projeto pedagógico dos cursos da instituição. Ademais, aponta a distinção entre o estágio obrigatório e não-obrigatório. Sobre esse aspecto, a Lei de Estágio frisa que essa distinção decorre da determinação das diretrizes curriculares de cada etapa, modalidade e área de ensino e do PPC.

No tocante ao projeto do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, Campus Acopiara, o estágio é opcional ao aluno, logo, configura-se como não-obrigatório. Mesmo o estágio sendo de caráter facultativo, entende-se, no documento, que “a interação com o mercado de trabalho acrescenta aos estudantes benefícios, conhecimentos e experiências na função de técnico em Informática” (IFCE, 2019, p. 46). Nesse sentido, possibilita ao aluno do Curso, a realização do estágio a partir do segundo semestre, com carga horária de 200 horas.

No PPC, consta a concepção do estágio supervisionado “como procedimento didático-pedagógico e ato educativo” (IFCE, 2019, p. 46). Dessa forma, o estágio é recepcionado como uma atividade curricular de competência da instituição, devendo integrar a proposta pedagógica e os instrumentos de planejamento curricular do Curso, mediante o planejamento, a execução e a avaliação em conformidade com os objetivos propostos.

O referido PPC apresenta o estágio supervisionado na relação das atividades de prática profissional, que têm por finalidade a troca de experiências e aprendizado com os profissionais atuantes no mercado (IFCE, 2019). Cordão e Moraes (2017) destacam que a empresa ou organização que recebe o estagiário exerce o papel de agente educacional, devendo desenvolver o maior foco na aprendizagem vivencial ou prática em contextos produtivos para o aprimoramento acadêmico e profissional dos estudantes.

Conforme o PPC, as práticas de estágio devem ser executadas de acordo com as necessidades e possibilidades dos estudantes matriculados no Curso. Nesse aspecto, convém destacar que a Resolução CONSUP/IFCE nº 108/2023 afirma que compete ao IFCE, sobretudo à Pró-Reitoria de Extensão, a elaboração da política de estágio, bem como a divulgação da instituição, visando a identificação de oportunidades de estágio e empregos, celebração de convênios com instituições públicas e privadas e orientação dos *campi* quanto a esse ato.

Ao órgão de extensão do campus, compete a elaboração da política de estágio local e a integração aos diversos segmentos empresariais, públicos e comunitários da sociedade, objetivando a intensificação da política de parceria e ampliação de oportunidades de vagas de estágio para os estudantes (IFCE, 2023). Compreende-se que a atuação do órgão de extensão do campus é um importante mecanismo de estímulo e consolidação das práticas de estágio supervisionado.

Ainda no projeto do Curso Técnico Integrado em Informática, salienta-se que o campus é responsável pela organização do plano de estágio curricular supervisionado, tendo como base o Art. 7º, parágrafo único da Lei nº 11.788/2008, a partir dos seguintes registros: acompanhamento, controle e avaliação; justificativa; objetivos; competências e habilidades; responsabilidade pela supervisão de estágio; e estabelecimento do tempo de duração com o detalhamento da carga horária diária e total.

Com relação à supervisão da instituição, o PPC determina que, caso o estudante opte pela realização do estágio, deve ser acompanhado por um professor orientador, em função da área de atuação e das condições de disponibilidade de carga horária, apontando como mecanismos de acompanhamento: plano de estágio aprovado pelo professor orientador e pelo professor da disciplina de campo de estágio; reuniões com o aluno estagiário; visitas à escola, sempre que necessário; relatório técnico do estágio supervisionado; e avaliação da prática profissional realizada. Raulino (2021) enfatiza que é fundamental a figura do orientador para o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários, garantindo as situações de aprendizagens.

O PPC ampara-se, portanto, na Lei nº 11.788/2008, que determina diversas obrigações para a instituição de ensino em relação aos estágios de seus educandos, dentre elas, a indicação do professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio, com a finalidade de acompanhamento e avaliação das atividades realizadas pelos estagiários (BRASIL, 2008).

A Resolução CONSUP/IFCE nº 108/2023 ressalta que cabe ao professor orientador: colaborar com a elaboração e implementação da política de estágio do campus; instruir o discente estagiário quanto ao disposto no regulamento institucional; informar ao órgão de acompanhamento de estágios sobre potenciais concedentes de vagas de estágios que desenvolvam atividades teóricas e/ou práticas em consonância com áreas específicas dos cursos ofertados pela instituição; verificar a compatibilidade do estágio supervisionado obrigatório e não-obrigatório a ser realizado como proposta pedagógica do curso, à etapa, modalidade de formação escolar do discente, ao horário e calendário escolar; participar na elaboração do plano de atividades de estágio; orientar o discente sobre o correto preenchimento dos documentos de estágio; acompanhar o desenvolvimento das atividades de estágio por meio de avaliações do local de estágio, de análises dos documentos de estágio e da interação com o discente estagiário e com o supervisor de estágio; e avaliar o estágio com emissão de parecer e apresentação da documentação de estágio para finalização no sistema do IFCE.

O projeto do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE destaca que, na impossibilidade de realização da prática profissional da forma indicada, deve-se atender aos procedimentos de planejamento, acompanhamento e avaliação do projeto de prática profissional, sendo composto pelos seguintes itens: apresentação de um plano de atividades, aprovado pelo orientador; reuniões periódicas do aluno com o orientador; elaboração e apresentação de um relatório técnico; e avaliação da prática profissional realizada. Santana (2020) destaca que os relatórios das atividades de estágio, que constam como obrigatórios na Lei nº 11.788/2008, são utilizados para materializar o processo de estágio.

Por sua vez, o PPC evidencia a importância do estágio supervisionado ao indicar esse componente curricular como parte integrante das ações pedagógicas, constituindo-se como um dos indicadores para avaliação do Curso, com o objetivo de “legitimar as ações de implantação e as mudanças e melhorias aplicadas” (IFCE, 2019, p. 49). Nesse contexto, também pontua que a taxa de alunos matriculados no estágio supervisionado configura-se como uma política institucional no âmbito do Curso em consonância com os indicadores de desempenho e metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE.

Portanto, ao constatar a relevância do estágio supervisionado nos documentos institucionais analisados, ainda que presente de forma opcional no projeto do Curso Técnico Integrado em Informática do Campus Acopiara, torna-se fundamental para a proposta desse estudo, conhecer as concepções dos professores e alunos matriculados acerca desse componente curricular, bem como suas implicações e contribuições no processo formativo.

### **3.2 Concepções dos professores do IFCE sobre o estágio supervisionado**

Na construção desse subtópico, registram-se as informações obtidas mediante transcrição da entrevista semiestruturada realizada com dois professores da área específica do Curso Técnico Integrado em Informática do Campus Acopiara. Os professores estão identificados como P1 e P2, com a finalidade de preservar o anonimato e a garantia de integridade das respostas. As informações são apresentadas a seguir, por meio de gráficos e quadros, articuladas à luz dos autores e documentos apontados no referencial teórico.

Com relação à identificação dos participantes, os dois professores entrevistados são pertencentes à carreira de magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), desenvolvendo suas atividades no IFCE, Campus Acopiara. No que diz respeito à subárea de atuação, ambos são da Informática, com menos de dois anos de efetivo exercício no cargo.

A partir das informações declaradas na seção de identificação dos entrevistados, observa-se que os professores cumprem os requisitos estabelecidos pelo PPC, sobretudo, no que consiste aos ditames legais acerca da habilitação para assunção da orientação e acompanhamento das atividades dos alunos estagiários do Curso Técnico Integrado em Informática, visto que a escolha do professor orientador decorre em função da área de atuação no estágio (BRASIL, 2008; IFCE, 2019).

Quando perguntado sobre o entendimento a respeito do estágio supervisionado, visando a identificação do conceito e percepção dos participantes da pesquisa sobre essa atividade curricular e a relação com as concepções apresentadas na legislação e no projeto do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, Campus Acopiara, a resposta dos professores é a que segue:

Eu já fui estagiário como aluno. Na minha opinião, foi algo crucial na minha formação. Eu sei que tem um professor responsável por todo o meu processo de aprendizado na empresa. A minha experiência foi na área de Informática [...]. (P1)

Estágio supervisionado é o momento em que os alunos põem em prática o conhecimento adquirido no decorrer do curso. É fundamental, acredito que não tem outra palavra mais forte que essa, é fundamental para o desenvolvimento do aluno em si, para que ele consiga pôr em prática o conhecimento que ele adquiriu e também consiga ver como ele pode aplicar e como o mercado pode absorver ele. (P2)

Em relação ao conceito e percepção acerca do estágio supervisionado, os professores entrevistados evidenciam esse componente curricular como ato educativo e que, portanto, é essencial para a formação dos estudantes, sendo considerado um momento imprescindível para prática e constatação dos conhecimentos adquiridos ao longo do processo formativo, além de ser uma oportunidade para sondagem sobre as demandas e funcionamento do setor produtivo. Chama-se atenção para o entendimento do estágio supervisionado como prática pós-teoria apontado pelo entrevistado P2, contrapondo a premissa de que teoria e prática são indissociáveis tanto no ambiente escolar quanto no ambiente produtivo. Nesse aspecto, Colombo e Ballão (2014, p. 173) destacam que:

O saber e o fazer se complementam, embora sejam ações que possam ser antagônicas conceitualmente. Esta complementaridade evidencia a importância do estágio no Ensino Técnico, Tecnológico e Superior. Trata-se de uma oportunidade educativa de reforço mútuo entre a teoria e a prática.

Corroborando com o entendimento de que o estágio supervisionado é um componente curricular que integra a teoria e a prática, bem como um campo de aprendizagens próprias no trabalho, Raulino (2021) frisa que o seu reconhecimento enquanto instrumento pedagógico de formação complementar é fundamental para sua execução enquanto etapa de aprendizagem capaz de proporcionar a compreensão do mundo do trabalho em sua complexidade, desenvolvendo uma práxis emancipadora.

Zabalza (2015) aponta que, seja na universidade ou em instituições escolares, o tipo mais indicado de estágio para formação é o orientado para integração de conhecimentos teóricos e práticos, complementando as aprendizagens e experiências acadêmicas com outros conhecimentos que são produzidos no campo profissional. Nesse sentido, essa concepção de estágio é a alternativa mais coerente para formação profissional.

Allain *et al.* (2023) discutem que a DP deve construir pontes entre as duas entidades, teoria e prática, que são desnecessariamente separadas no processo de formação dos trabalhadores; a superação dessa dualidade tem como objetivo promover o desenvolvimento individual e coletivo dos profissionais.

Araújo e Frigotto (2015, p. 71) destacam ainda que “a didática pode ser entendida enquanto ação de articulação entre a teoria e a prática”. Na ótica da unidade, a teoria e a prática são tidos como dois elementos indissolúveis da “práxis”, definida como atividade teórico-prática. Essa perspectiva de unidade da relação entre teoria e prática deve orientar os projetos de ensino integrado.

Frigotto (2012) afirma que a concepção de EMI consiste na assunção do seu papel enquanto mediação fecunda para construção de um projeto de desenvolvimento pautado na justiça social e efetiva igualdade, contribuindo com a democracia e a cidadania, sendo essa modalidade de ensino capaz de responder aos imperativos dos meios de produção, preparando os estudantes para o trabalho complexo.

O contato com o setor produtivo durante o processo formativo, mediante as distintas práticas profissionais presentes ao longo da EPT, sobretudo, mediante a vivência do estágio supervisionado, não se trata de uma relação linear, mas mediada a partir da articulação com a cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho, possibilitando o acompanhamento e as transformações no mundo do trabalho.

Na sequência, os entrevistados apontam elementos que evidenciam a importância do estágio supervisionado para o processo formativo dos estudantes no EMI, visto que esse projeto educacional propõe uma educação no e para o trabalho. Seguem as respostas:

Para mim foi crucial, porque a gente aprende muita coisa durante os três anos de técnico, mas na prática, você estava lá, frente a frente com cliente, a pessoa que está precisando do seu serviço, era crucial. E no meu estágio que tinha muito a ver com ensino, eu tinha que viabilizar datashow e som, você entrar na sala, se não consegue usar o datashow não tem aula, entendeu? Então, era uma pressão muito grande pôr em prática o que eu aprendi e são aprendizados que eu levo para a vida, porque foi ali que eu fundamentei o meu aprendizado, a teoria na prática. (P1)

A importância é fundamental, é gigante, porque o estágio supervisionado [...] vai permitir que os alunos possam absorver e aplicar o conhecimento adquirido durante todo o seu processo de formação. O estágio supervisionado é aquela etapa em que ele vai conseguir, de fato, ver que o conhecimento adquirido, seja em partes teóricas ou em partes práticas, vão ser aplicadas e ele poderá ter aquela visão ampla de que, de fato, o curso técnico tem essa vantagem. (P2)

Os entrevistados enfatizam o estágio como um momento privilegiado do fazer, reforçando a ideia de separação entre teoria e prática. Santana (2020) alerta que o EMI deve ser orientado na perspectiva da unidade entre teoria e prática como dois elementos indissolúveis da práxis, definida como atividade teórico-prática, pressupondo a dependência dos dois termos.

Na pergunta seguinte, abordam-se dados sobre a demanda de estágio em Informática ofertada pelas empresas ou instituições na Região Centro-Sul do Estado do Ceará, que engloba 14 municípios do sertão cearense, dentre eles, o município de Acopiara, considerando que a parceria entre a escola e a empresa é fundamental para o êxito dos estudantes na realização do estágio supervisionado. Os entrevistados assim se pronunciam:

Em Acopiara, não tenho muito conhecimento, mas como estou aqui e não vejo nenhum estágio dos alunos, não sei informar. (P1)

Com relação a essa pergunta, é uma pergunta até interessante, porque a gente sabe [...] que a Informática é fundamental. Hoje, ela é uma área meio para muitas outras áreas, mas como é que a gente vê atualmente o estágio aqui? Simplesmente não tem, ainda não conseguimos fazer com que o estágio chegue na instituição. Talvez esse seja um desafio muito grande que está sendo atacado, que a gente acredita que, mais na frente, devido a sua importância, ela vai ser de fato atingida. (P2)

Considerando a ausência do estágio supervisionado no contexto apresentado pelos entrevistados, torna-se imprescindível o estímulo ao desenvolvimento dessa atividade curricular, mediante o contato com as instituições/empresas que ofertam vagas na Região. Esse contato contribui com a formação dos estudantes, ampliando a possibilidade de troca de conhecimentos, qualidade na realização das atividades, reflexão sobre os desafios laborais, contratação e desenvolvimento social local. Nesse sentido, o PE vinculado a essa dissertação dialoga com os desafios dessa realidade, buscando ampliar a interlocução dos estudantes com as empresas que atuam na área de formação.

Colombo e Ballão (2014) enfatizam que a função do estágio é reforçar o aprendizado profissional do educando mediante a experiência com o trabalho. Com isso, essa atividade se torna mais relevante quando está ligada à realidade econômica em que a escola está inserida, pois, segundo os autores, com a interação entre o aluno, a empresa e a escola, há um ganho pedagógico para todos, visto que grande parte da bagagem teórica atende à situação concreta e do cotidiano, sobretudo, presente no mundo econômico real.

Convém ressaltar que essa relação estabelecida entre a escola e a empresa, e conseqüentemente, entre o aluno e o mundo do trabalho, não se configura como vínculo empregatício. Segundo Cordão e Moraes (2017), a proposta dessa relação é estimular que as empresas e outras organizações assumam seu papel educacional em relação aos jovens estudantes. Entretanto, como parte das atividades desenvolvidas pelos estagiários são similares às que caracterizam o trabalho dos profissionais empregados, faz-se necessária a indicação de objetivos e caracterização do plano de estágio com o apoio da instituição de ensino, de modo que seja evitada a abertura legal para exploração dos estudantes.

Quando consultados sobre o contexto do estágio supervisionado do Curso Técnico em Informática do IFCE, Campus Acopiara, os entrevistados registram que as vagas ofertadas aos estudantes não são suficientes, sendo apontada como possível solução para essa carência, a promoção de outras atividades que oportunizem aos estudantes a vivência de experiências práticas no percurso formativo. As respostas são as que seguem:

Por enquanto, não tem o estágio. Eles complementam com prática profissional: cursos, eventos, minicursos que eles possam ministrar, entre outras coisas. Não é o estágio em si. (P1)

Atualmente os estágios não são suficientes, alguns estágios que temos são ofertados pelo próprio campus, e como foi mencionado, é fundamental que todos os alunos possam ter essa experiência, para pôr em prática, de fato, os conhecimentos adquiridos durante sua formação. Dentro desse contexto, na Informática, principalmente, como é uma área meio, acredito que ela deveria ser expandida para poder permitir todo esse poder que ela tem junto aos alunos, acho que isso é fundamental. (P2)

Os entrevistados destacam que os alunos desenvolvem outras práticas ao longo do processo formativo e que as vagas limitadas de estágio ocorrem no próprio campus. A Lei nº 11.788/2008 alerta que as atividades de extensão, monitoria e iniciação científica, desenvolvidas pelo estudante, não se equiparam ao estágio, a não ser que haja previsão no PPC.

Ao campus, compete uma política de integração com os diversos segmentos empresariais, públicos e comunitários da sociedade, visando a intensificação das parcerias e ampliação das vagas de estágio (IFCE, 2023), oportunizando aos estudantes o aprendizado de competências profissionais mediante o contato com os profissionais em situações concretas de trabalho. Uma alternativa para as instituições de ensino, apontada pela legislação, é recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado (BRASIL, 2008).

A realização do estágio durante o processo formativo contribui para todos os sujeitos envolvidos nesse processo, pois favorece a reflexão sobre os conceitos trabalhados em sala de aula, a adequação entre teoria e prática e a aquisição de novos conhecimentos mediante a vivência de situações próximas da realidade profissional (COLOMBO; BALLÃO, 2014).

Quanto à percepção dos professores sobre a oferta do estágio não-obrigatório no PPC, os entrevistados pontuam que para esse componente curricular tornar-se obrigatório, seria necessário a instituição viabilizar vagas para os estudantes durante o período de formação. Nesse sentido, a realidade do estágio obrigatório é percebido como um desafio, visto que na região ainda não há uma cultura de oferta de oportunidades de estágio para os estudantes da instituição:

Eu acredito que não é obrigatório porque para se tornar obrigatório a instituição tem que oferecer as vagas, e isso não é uma realidade que temos ainda. (P1)

Exatamente pela complexidade que é conseguir moldar toda a região para poder conseguir ter essas vagas de estágio, é um desafio muito grande. Acredito que esse desafio precisa ter muitas cabeças pensantes para conseguir ser contornada. É muito difícil atualmente, mas é fundamental que se tenha o estágio supervisionado. (P2)

O reconhecimento do estágio supervisionado como um elemento fundamental para o processo formativo dos estudantes é um caminho necessário, mas não suficiente para sua concretude no Curso. A Lei nº 11.788/2008 destaca que sua previsão, como obrigatório ou não-obrigatório, deve atender às determinações das diretrizes curriculares de cada etapa, modalidade e área de ensino, bem como do PPC (BRASIL, 2008).

O projeto do Curso Técnico em Informática do Campus Acopiara recebe o estágio supervisionado como opcional, embora reconheça sua contribuição enquanto prática profissional, sobretudo, com a finalidade de trocar experiências e aprender com os profissionais atuantes no mundo do trabalho. No entanto, coloca a execução dessa atividade curricular a partir da necessidade e disponibilidade dos estudantes (IFCE, 2019). Apesar dessa realidade, busca-se com o desenvolvimento do PE, evidenciar possibilidades de realização do estágio supervisionado, contribuindo para aproximação dos estudantes com o mundo do trabalho, dando sentido e ferramentas para atuação e transformação dos espaços produtivos submissos ao modo de produção capitalista.

Considerando que o PPC concentra no discente o processo decisório sobre a realização do estágio supervisionado durante o percurso formativo, registra-se o questionamento aos entrevistados se o fato dessa atividade curricular ser opcional no Curso Técnico em Informática dificulta a adesão por parte dos estudantes, ao que seguem as respostas:

Infelizmente sim. Eu já ouvi alunos do fundamental que queriam ir para o técnico perguntar: Como é o IFCE? Tem estágio? E eu disse não, não tem estágio. Eles optaram por outro colégio da região que tem estágio. O estágio é algo decisivo para o aluno, querendo ou não, ele almeja o dinheiro lá no final. (P1)

Com toda certeza. Essa é uma demanda que [...] quando entram no curso, muitos alunos perguntam: Onde nós vamos estagiar? Onde vai ser o estágio? Tem estágio? E infelizmente não temos essa resposta para eles. Então, esse daí com certeza é um dos grandes problemas de absorção de alunos, porque eles querem estagiar, eles querem dar um passo além da educação e sua formação inicial. (P2)

Os entrevistados apontam que o caráter opcional do estágio supervisionado no Curso Técnico Integrado em Informática configura-se como um elemento que repercute no interesse e na efetivação da matrícula dos estudantes. Além disso, há uma nítida expectativa pela realização do estágio por parte dos alunos no momento do ingresso no Curso, pois compreendem sua contribuição na formação inicial.

Frigotto (2012) pontua que, em razão da contingência de milhares de jovens que necessitam, precocemente, buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas, torna-se pertinente que se faculte aos mesmos a realização de um Ensino Médio que, ao mesmo tempo em que conserva a qualidade de Educação Básica, possa situá-los em uma área técnica ou tecnológica.

Quando questionados sobre o acompanhamento dos estudantes na realização do estágio supervisionado, os entrevistados afirmam não ter recebido nenhuma formação ou orientação sobre essa atividade curricular, visto que não tiveram ainda a oportunidade de orientar nenhum estudante no curso Técnico Integrado em Informática do Campus Acopiara:

Aqui na instituição não, já que não tem. (P1)

Como professor formado em bacharelado, minha formação é muito mais científica, então a formação em si eu não tenho, mas eu fiz acompanhamento em nível de mestrado e doutorado, inclusive eu participava como *header* dos laboratórios. Claro, não posso dizer que é igual ao estágio, porque todos são mais independentes, mas é uma experiência parecida. Não fui preparado para isso. Posso responder dessa forma. (P2)

Segundo o CNE (2012), os saberes pedagógicos, o conjunto dos conhecimentos que integram a base científica e tecnológica da atividade profissional e o cultivo dos saberes do trabalho, traduzidos em termos de vivência profissional e experiência de trabalho constituem os três eixos estruturadores fundamentais da formação de docentes para a Educação Profissional.

O CNE frisa ainda que os professores necessitam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus discentes nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais.

A formação inicial para a docência na Educação Profissional ocorre em cursos e programas de licenciatura ou em outras formas, atendendo a legislação e as normas específicas que regem a temática, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) definidas pelo CNE. Contudo, a formação inicial não esgota o desenvolvimento dos professores na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, “cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada” (CNE, 2012, p. 56).

A DP demonstra interesse em preparar os futuros trabalhadores para o exercício de sua profissão, seja pela via da formação profissional ou nos locais de trabalho, como no caso de estágios (GRUBER; ALLAIN; WOLLINGER, 2019). Assim, em Educação Profissional, é imprescindível contar com professores que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso.

Na sequência, há a indagação aos professores entrevistados sobre o regulamento institucional do estágio, documento que foi atualizado durante o desenvolvimento dessa pesquisa pela Resolução CONSUP/IFCE nº 108/2023. O novo documento regulamenta o estágio supervisionado no IFCE. As respostas são as seguintes:

Nunca teve estágio aqui, então é um documento que eu nunca fui atrás. (P1)

Não conheço o documento, sendo sincero. E acredito que provavelmente não, devido não ser amplamente discutido, ou talvez seja, mas está precisando ser trazido de forma mais ampla para o pessoal que forma a equipe técnica do curso. (P2)

O IFCE, por meio do regulamento do estágio supervisionado, apresenta o detalhamento dos documentos obrigatórios utilizados no processo de celebração de parcerias com as instituições concedentes de vagas de estágio, definição e comprovação das atividades, início, acompanhamento e finalização ou encerramento do estágio. Nesse aspecto, Colombo e Ballão (2014) destacam que, para ter oferta de estágio e assegurar que seja, de fato, um ato educativo complementar à formação dos estudantes conforme a legislação preconiza, faz-se necessário que a instituição educacional viabilize um processo simples, mas formal. Não é recomendável a preocupação com regulações extensas e burocráticas, mas prever, pelo menos, formulários de simples preenchimento, contratação de seguro e ter um bom modelo de termo de compromisso.

Os autores ainda afirmam que a aplicação da norma legal, o conhecimento de suas implicações e a gestão adequada do estágio por parte das instituições de ensino, ajudam a evitar que essa atividade curricular se torne uma forma de precarização nas relações de trabalho. A cartilha, que integra o PE, reflete esse arcabouço legal, buscando ampliar o entendimento e o repertório dos professores e alunos sobre o processo de formalização e acompanhamento das atividades de estágio no âmbito do IFCE.

No tocante à contribuição do estágio supervisionado na articulação entre a teoria e a prática dos conhecimentos profissionais produzidos ao longo do processo formativo dos estudantes, os professores evidenciam que essa integração é crucial, sobretudo pelo contato com o mundo do trabalho. Seguem as respostas:

Com certeza. É crucial haver o estágio, porque aquilo que a gente ensina na sala de aula eles irão pôr na prática. E é totalmente diferente a questão de fazer, né? Aquela responsabilidade de que você não pode danificar um equipamento porque é do uso do Estado ou do cliente. (P1)

Esse é meu entendimento sobre o estágio supervisionado: casamento da teoria e a prática. É onde, de fato, eles vão conseguir pôr em prática o que foi conhecido, o que eles aprenderam e também vão ter o contato com o mercado de trabalho. Então, é fundamental. (P2)

O reconhecimento da relevância do estágio supervisionado na articulação entre teoria e prática envolve sua compreensão enquanto etapa de aprendizagem no contexto da Educação Profissional, especialmente na proposta de currículo integrado que parte de uma perspectiva de formação humana integral e emancipatória, assumindo o trabalho como princípio educativo.

Ciavatta (2012) ressalta que, no caso da formação integrada ou do EMI, almeja-se que a educação geral se torne parte inseparável da Educação Profissional em todos os contextos onde se dá a preparação para o trabalho. O enfoque no trabalho como princípio educativo busca a superação da dicotomia entre o trabalho manual/trabalho intelectual, a incorporação da dimensão intelectual ao trabalho produtivo e a formação de trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

O estágio, nessa perspectiva do EMI, configura-se como componente curricular estratégico de integração entre teoria e prática, possibilitando, segundo Colombo e Ballão (2014), o reforço do aprendizado profissional dos estudantes por meio da complementação entre o saber e o fazer. Além disso, o estágio contribui para a compreensão do mundo do trabalho em suas dimensões e complexidades, viabilizando uma ação consciente dos sujeitos.

Por fim, os professores entrevistados evidenciam sobre o possível impacto no desempenho do exercício profissional em razão da não realização do estágio supervisionado por parte do estudante. Nesse contexto, os professores consideram que o estágio é um fator a mais na formação dos estudantes, pois possibilita experiência profissional:

Eu acredito que o estágio é algo a mais. Não vai dizer que o aluno, por não estagiar, não vai conseguir realizar a atividade dele, mas é crucial. É um a mais, eu considero. Mas claro, se o aluno se empenhou nos seus três anos aqui, conseguiu recolher o máximo de conhecimento possível, ele é um ótimo profissional lá fora. Têm muitas vagas fora do estágio em si. (P1)

Totalmente. Vou fazer uma comparação. Assim como o mercado de trabalho sempre pesquisa quando vai procurar um novo profissional, ele quer saber se a pessoa tem experiência, aqui não é diferente. O aluno sai e, com o estágio supervisionado, ele ganha um diferencial. Ele já foi testado, já foi avaliado, já conseguiu aprender, conseguiu pôr em prática. Ao não ter o estágio supervisionado durante o seu curso, com certeza ele sai com menos vantagem em relação aos demais alunos que têm essa experiência. (P2)

Moura, Garcia e Ramos (2007) apontam que as instituições de ensino devem considerar, no momento de elaboração do PPC do EMI, a necessidade de criação coletiva de estratégias acadêmico-científicas de integração, articulando o geral e o específico, a teoria e a prática dos conteúdos, inclusive com o aproveitamento de aprendizagens que os ambientes de trabalho podem proporcionar, tais como visitas e estágios.

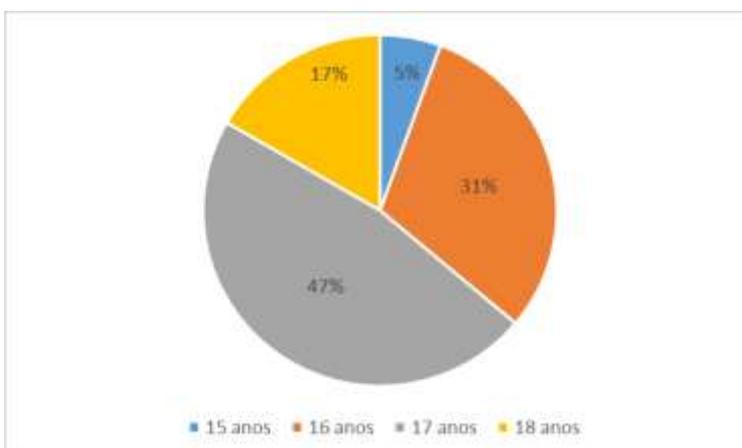
Segundo Ciavatta (2012), o dualismo presente no sistema educacional brasileiro compromete a educação integrada do conhecimento que embasa a técnica e as tecnologias, promovendo uma política equivocada do ponto de vista da educação omnilateral. Nesse sentido, a Educação Profissional não pode ser reduzida aos ditames do mercado de trabalho, tampouco, alheia às suas necessidades de sobrevivência e às exigências da produção econômica. Em consequência, os contextos locais e a identificação de oportunidades ocupacionais integram o processo educativo.

O estágio supervisionado no EMI constitui-se em um importante instrumento de aprendizagem, por meio do desenvolvimento de experiências profissionais relevantes, visto que oportuniza aos estudantes estagiários a compreensão do mundo do trabalho em sua complexidade e a articulação da teoria com a ação consciente frente às diversas situações que permeiam o ambiente laboral.

### 3.3 Concepções dos estudantes do IFCE sobre o estágio supervisionado

Na escrita desse subtópico, consta a análise dos dados obtidos por meio da aplicação de questionário com os estudantes do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, Campus Acopiara. As respostas às questões objetivas estão compiladas e apresentadas em formato de gráficos. Já as análises das questões subjetivas estão registradas com o auxílio do *software* Iramuteq por meio da nuvem de palavras. No processo de identificação dos participantes, há o questionamento sobre a idade. No universo pesquisado, a maior faixa etária dos estudantes participantes do questionário corresponde à idade de 17 anos (47%), seguida de 16 anos (31%), conforme exposto no Gráfico 1.

Gráfico 1 — Identificação dos participantes



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Salienta-se que a Lei nº 11.788/2008 não estabelece idade mínima para realização do estágio supervisionado. O estágio integra o itinerário formativo dos educandos que estejam frequentando o ensino regular nos níveis, etapas e modalidades exigidas na legislação, podendo ser vivenciado de forma obrigatória e não-obrigatória, conforme determinação das diretrizes curriculares e do PPC.

Partindo do elementar, considerando o contexto e os princípios da EPT, bem como os objetivos e proposta dessa pesquisa, visando identificar o grau de aproximação com a temática para introdução das demais questões, os participantes expressam o conhecimento sobre o conceito do estágio supervisionado. O maior percentual (72%) dos estudantes participantes do questionário sabem do que se trata o estágio supervisionado, conforme o registro do Gráfico 2.

Gráfico 2 — Você sabe o que é o estágio supervisionado?



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ressalta-se que o PPC apresenta, na estrutura curricular, um tópico destinado ao detalhamento sobre o estágio supervisionado, especialmente o não-obrigatório. Buscando facilitar o conhecimento sobre a temática, a cartilha, produto dessa pesquisa, apresenta o conceito de estágio supervisionado com base na legislação e documentos oficiais da instituição.

A partir do reconhecimento do grau de aproximação dos estudantes com a temática, a definição do estágio supervisionado pelo grupo dos participantes que responderam positivamente à pergunta anterior está expressa nas respostas agrupadas em palavras, conforme a Figura 1.

Figura 1 — Nuvem de palavras indicativa do conceito do estágio supervisionado



Fonte: Elaborado pelo autor com o auxílio do software Iramuteq (2024).

Têm-se em evidência as palavras “conhecimento”, “prático”, “supervisionar” e “determinado”. Pode-se relacionar o termo “conhecimento” à noção do estágio enquanto ato educativo e formativo apontado pela própria legislação e documentos normativos. Já o termo “supervisionar” agrupa-se com as palavras “orientar” e “supervisão”, destacando que essa atividade curricular é realizada sob o acompanhamento da instituição de ensino, mediante o professor orientador.

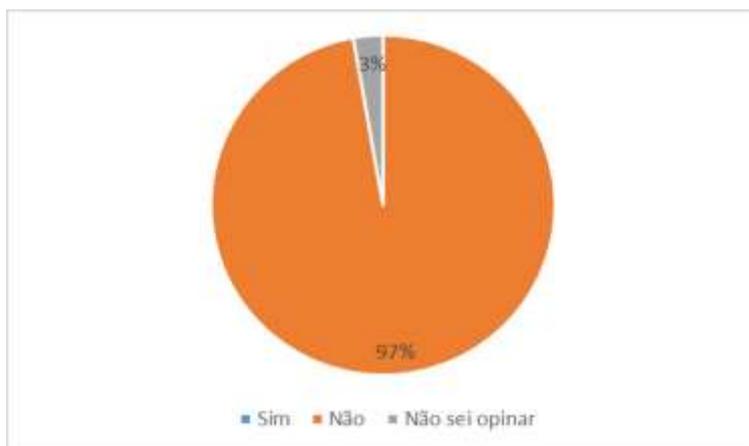
Observa-se também que os estudantes participantes relacionam o conceito de estágio supervisionado à realização de atividades práticas durante um período “determinado” pelo “aluno”. Nota-se, mediante a incidência das palavras “prático” e “pôr”, a vinculação dessa atividade curricular à aplicação dos conhecimentos adquiridos no Curso em contextos práticos.

Os conceitos apresentados pelos participantes refletem o estágio supervisionado como uma oportunidade de aprendizagem obtida a partir da realização de atividades fundamentadas no trabalho. Nesse sentido, convergem para o conceito de estágio disposto da Lei nº 11.788/2008, que vincula sua efetivação no ambiente de trabalho, sob supervisão da parte concedente do estágio e acompanhamento de professor orientador da instituição de ensino.

Entretanto, constata-se a partir das palavras em destaque, com exceção da palavra conhecimento, a ausência de termos que relacionam o estágio como um elemento de integração dos conhecimentos teóricos e práticos. Partindo do pressuposto que essa concepção é a mais coerente para a formação profissional, sobretudo, no arcabouço teórico dessa pesquisa, torna-se fundamental refletir e criar espaços para compreensão do estágio enquanto ato educativo de integração entre teoria e prática.

Considerando as contribuições do estágio no processo de formação e aprendizagem dos estudantes, também na perspectiva de aproximação com o campo de trabalho e construção da identidade profissional, há o questionamento se algum deles já realizou essa atividade curricular prevista no PPC (Gráfico 3).

Gráfico 3 — Você já realizou o estágio supervisionado previsto no Projeto Pedagógico do Curso?



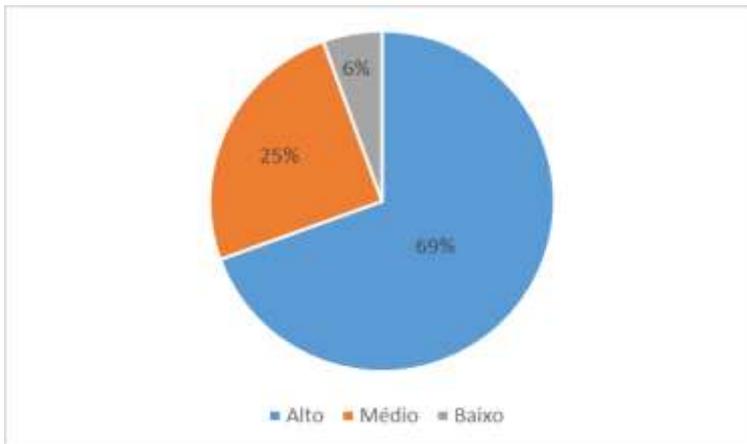
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Conforme exposto no Gráfico 3, 97% dos participantes afirmam que ainda não realizaram o estágio supervisionado. Considerando que, no contexto do Curso Técnico Integrado em Informática, o estágio supervisionado configura-se como opcional, compreende-se que a realização dessa atividade curricular fica em segundo plano na concepção dos discentes.

Machado (2006) frisa que a matriz curricular de um projeto pedagógico deve possibilitar uma base sólida de conhecimentos científicos e tecnológicos, levando ainda em consideração diversos aspectos, dentre eles, a colaboração com empresas e instituições para a realização de estágios curriculares. Esse aspecto concretiza a prática profissional e se articula com as disciplinas do núcleo comum, da parte diversificada e da formação profissional do curso.

Buscando ainda compreender o contexto dos estudantes sem a experiência do estágio supervisionado ao longo do processo formativo, registra-se o grau de interesse na vivência dessa atividade curricular. Nessa questão, 69% dos discentes declaram ter alto interesse em realizar o estágio supervisionado, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 — Se ainda não cumpriu o estágio supervisionado, qual o seu grau de interesse em realizar essa atividade curricular?



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

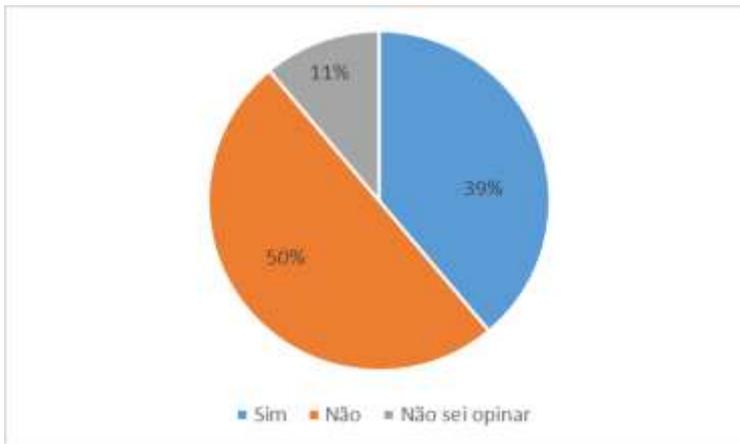
Evidenciando a importância do estágio curricular, Ramos (2014, p. 98) destaca que:

O estágio é valorizado não só pelo seu aspecto formal, mas, principalmente, por seu caráter pedagógico. Afinal, trata-se de um dos mais importantes momentos de integração dos conhecimentos trabalhados na escola a partir da prática.

Mesmo ocorrendo no ambiente de trabalho, o estágio é uma atividade curricular de formação orientada e supervisionada, possibilitando a interação entre o estagiário, o professor orientador da instituição de ensino e o supervisor da parte concedente do estágio. Nesse sentido, caracteriza-se pela oportunidade educacional de contextualização curricular por meio da articulação entre a teoria e a prática.

No tocante à identificação das contribuições da instituição de ensino na divulgação de informações a respeito da possibilidade de realização do estágio supervisionado, 50% dos alunos participantes do questionário sinalizam não ter recebido quaisquer orientações (Gráfico 5).

Gráfico 5 — Você já recebeu alguma orientação da instituição ao longo do curso sobre a possibilidade de realização do estágio supervisionado?

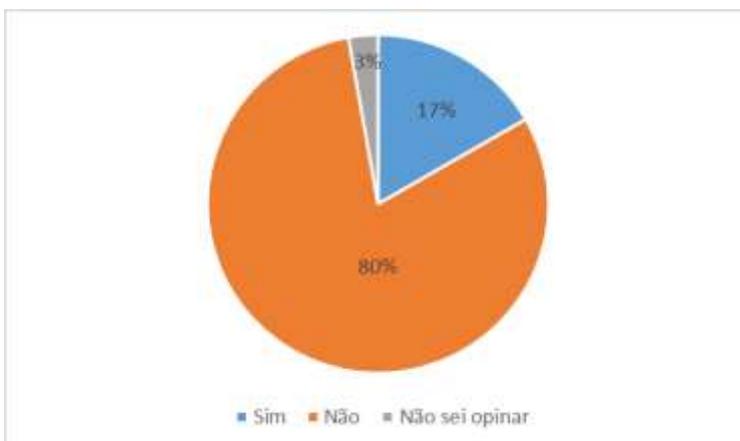


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os dados expostos evidenciam que pelo menos metade dos entrevistados estão desassistidos de informações relacionadas ao estágio supervisionado na instituição. Faz-se necessária a superação das barreiras comunicacionais que dificultam a operacionalização dessa atividade curricular no contexto do curso pesquisado.

No que diz respeito ao contato com a Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio supervisionado, 80% dos entrevistados afirmam não ter conhecimento sobre a referida Lei, conforme apresentado no Gráfico 6.

Gráfico 6 — Você tem conhecimento da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Lei de Estágio?

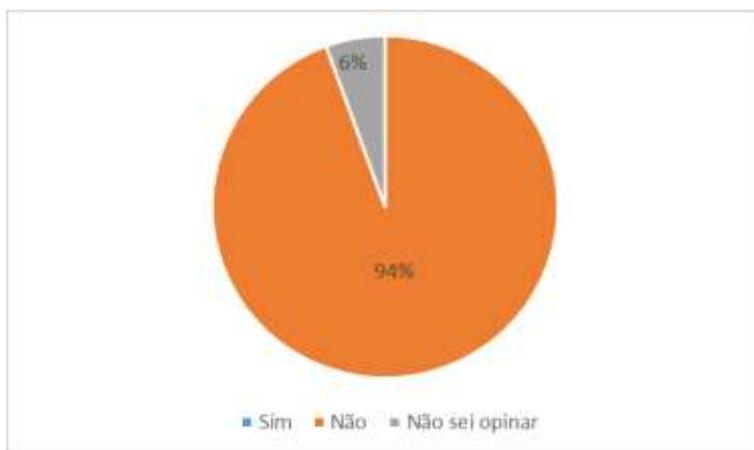


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ramos (2014) reforça que a Lei nº 11.788/2008 trata exclusivamente do estágio como “ato educativo supervisionado”. Nesse caso, restringe-se ao estágio previsto como componente curricular de uma dada formação. Desse modo, o estágio não se confunde com o *training* ofertado por empresa, nem com o trabalho social voluntário. Ou seja, o estágio não pode ser confundido com emprego e, necessariamente, deve estar previsto no projeto do curso.

Sobre o regulamento do estágio do IFCE, atualizado pela Resolução CONSUP/IFCE nº 108, de 08 de setembro de 2023, que detalha a operacionalização do estágio no âmbito da instituição, 95% dos estudantes destacam nunca ter tido contato com o documento, em consonância com o Gráfico 7.

Gráfico 7 — Você já teve contato com o Manual de Estágio do IFCE?

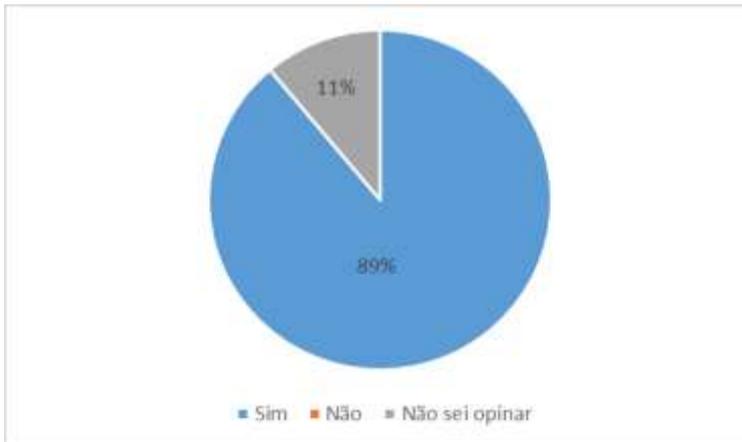


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O conhecimento sobre o funcionamento do estágio é fator determinante na adesão por parte dos estudantes. Colombo e Ballão (2014) reforçam a necessária gestão do estágio por parte das instituições de ensino, de modo que ele permaneça vinculado ao processo educativo, evitando sua precarização nas relações de trabalho.

Em sequência, ao serem indagados sobre a possibilidade de tornar o estágio obrigatório no curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, 89% dos estudantes afirmam concordar com a proposição. As respostas dos discentes convergem para o reconhecimento da importância do estágio supervisionado no percurso formativo, segundo o Gráfico 8.

Gráfico 8 — Você acha que o estágio supervisionado deveria ser obrigatório em seu curso?

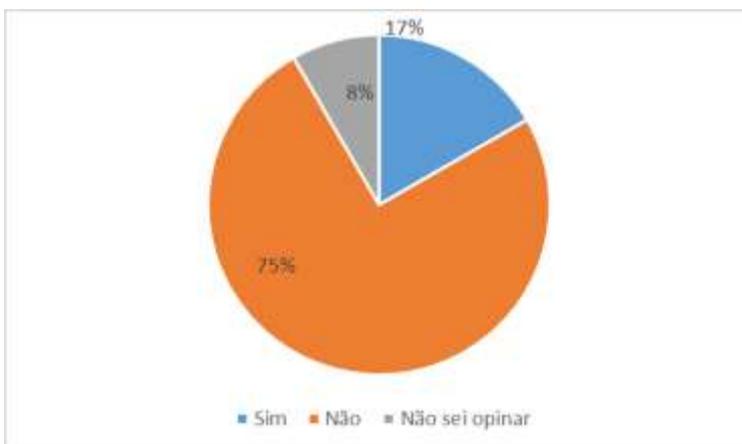


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Segundo a Lei nº 11.788/2008, o que determina a obrigatoriedade ou não do estágio é o disposto nas diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e o PPC. Com isso, se não há obrigatoriedade expressa nas diretrizes curriculares, a instituição não precisa prever nos projetos pedagógicos de seus cursos o estágio como componente curricular. Contudo, partindo do pressuposto que o estágio aproxima o estudante do contexto real do trabalho, torna-se relevante a sua vivência na EPT.

Quando questionados sobre os procedimentos necessários para formalização e realização do estágio curricular no âmbito do IFCE, 75% dos estudantes afirmam desconhecer o rito (Gráfico 9).

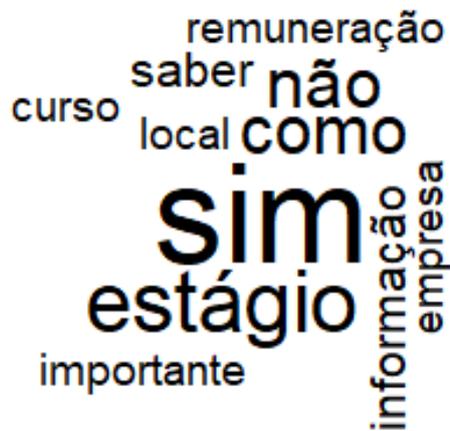
Gráfico 9 — Você sabe quais os procedimentos necessários para realização do estágio?



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Mais uma vez, observa-se um percentual significativo de estudantes, até o momento de aplicação do questionário, sem contato com orientações necessárias para o conhecimento e possível realização do estágio. Esse indicativo de ausência de informações básicas a respeito do tema também se materializa na nuvem de palavras a seguir (Figura 2).

Figura 2 — Nuvem de palavras indicativa da necessidade de obtenção de maiores informações sobre o estágio supervisionado



Fonte: Elaborado pelo autor com o auxílio do software Iramuteq (2024).

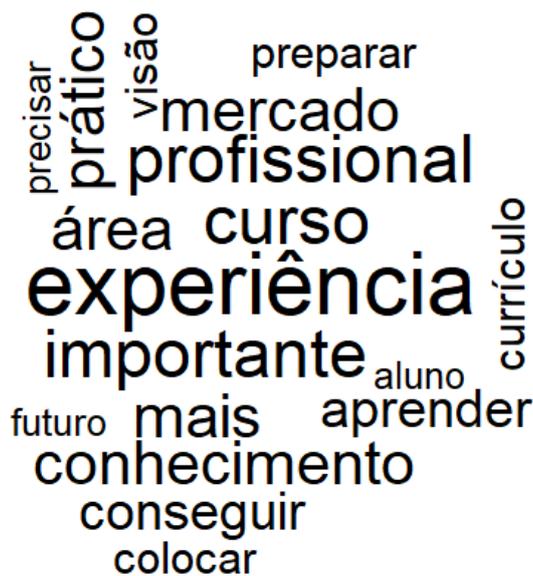
Observa-se mediante o destaque das palavras “estágio,” “informação,” “empresa,” e “importante”, que os estudantes desejam obter maiores informações sobre o funcionamento e dinâmica dessa atividade curricular. Ressalta-se a necessidade do desenvolvimento de uma cultura institucional de valorização da prática profissional articulada aos princípios da EPT.

O trabalho como princípio educativo deve pautar um projeto de Educação Profissional comprometido com a formação humana integral, “concluindo que a Educação Profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas” (RAMOS, 2014, p. 85).

Evidencia-se, também, as contribuições da Didática Profissional, considerando a necessidade de inserção de situações reais no trabalho como base para os fenômenos de aprendizagem e a incorporação de saberes situacionais ao longo do processo formativo dos aprendentes (PASTRÉ, 2017).

De acordo com a nuvem de palavras produzida na Figura 3, os estudantes apontam o estágio como um importante momento de “experiência,” capaz de propiciar e “colocar” em “prática,” o “conhecimento,” reverberando no “preparo” e no contato com o “mercado” de trabalho e melhoria do “currículo”.

Figura 3 — Nuvem de palavras indicativa da importância do estágio no percurso formativo



Fonte: Elaborado pelo autor com o auxílio do software Iramuteq (2024).

Os estudantes também evidenciam a concepção do estágio associado ao momento de experiência prática, ou seja, ao fazer como estratégia para aquisição de conhecimento e contato com o “mercado” de trabalho. Tal visão se distancia da concepção apresentada nesse trabalho, que parte da defesa de que o estágio é uma atividade curricular que integra a teoria e a prática, no contexto de uma educação com aporte na formação humana integral.

Moura (2013) destaca que, para superação das contradições do sistema capitalista que permeia a sociedade, faz-se necessária a realização da travessia em direção à escola unitária, laica, politécnica, universal, pública e gratuita, por meio de escolas técnicas (teóricas e práticas). A articulação entre a teoria e a prática possibilita à classe trabalhadora conhecer e transformar os contextos e processos de trabalho e não apenas executar as atividades.

Sobre a contextualização dos saberes aprendidos durante o Curso em um ambiente real de trabalho, 100% dos estudantes reconhecem a necessidade dessa vivência durante o percurso formativo. Nessa perspectiva, concorda-se com Ramos (2014), quando problematiza a necessidade de participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo, visando sua transformação.

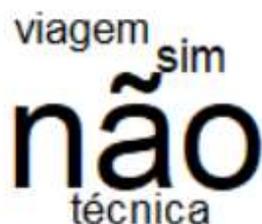
Pastré, Mayen e Vergnaud (2019) discutem que a maioria dos empregos comporta tarefas que se exercem para ou com os outros, tais como relações de serviço, conselho, ajuda, acompanhamento, ensino, formação, cooperação dentro de grupos de trabalho e supervisão. No entanto, a importância dessas tarefas são subestimadas na formação dos sujeitos.

Na perspectiva estrutural, estas atividades são muito distantes do modelo da atividade homem-máquina. Na interação entre os humanos, “o outro age e reage segundo seus próprios objetivos e motivos, sua compreensão da situação, seu investimento, sua relação com o interlocutor, com o quadro e o objeto da interação” (PASTRÉ; MAYEN; VERGNAUD, 2019, p. 510). Sendo assim, o ambiente de trabalho comporta diversas aprendizagens e competências que ultrapassam a natureza técnica de uma determinada atividade profissional.

As práticas pedagógicas articuladas ao projeto de ensino integrado devem convergir para uma ação didática integradora que resulte na valorização do trabalho coletivo, na problematização e auto-organização como estratégias principais para a formação dos sujeitos solidários, críticos e autônomos (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015). O contato com o ambiente real de trabalho deve contribuir com o desenvolvimento de atitude humana transformadora, bem como o compromisso político com a sociedade dos trabalhadores.

Ainda sobre a importância do contato com empresas, instituições ou campo de trabalho ao longo da formação profissional, os estudantes revelam, mediante a nuvem de palavras, que a interação entre o aprendente e o ambiente laboral só tem ocorrido por meio de visita técnica, conforme exposto na Figura 4.

Figura 4 — Nuvem de palavras indicativa do contato dos estudantes com empresa, instituição ou campo de trabalho ao longo da formação

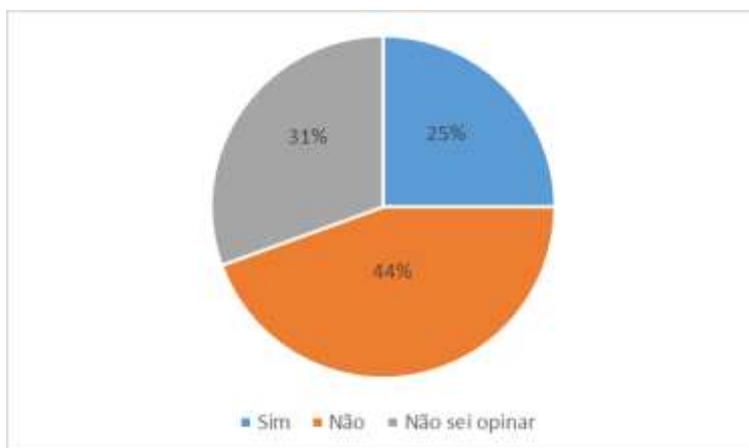


Fonte: Elaborado pelo autor com o auxílio do software Iramuteq (2024).

A visita técnica no contexto da EPT tem como finalidade a aproximação do aprendiz discente com as competências próprias da atividade profissional, potencializando os conhecimentos já desenvolvidos durante o curso com novas aprendizagens oriundas do meio de atuação. No entanto, a visita técnica apresenta caráter esporádico, pois envolve financiamento e planejamento docente e institucional. A interação dos estudantes com o mundo do trabalho não pode se limitar apenas ao contexto de visitas ou viagens técnicas.

Quando perguntado aos discentes se eles acham suficiente a prática profissional desenvolvida ao longo do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, 44% apontam que não acham a prática vivenciada suficiente (Gráfico 10).

Gráfico 10 — Você acha suficiente a prática profissional desenvolvida ao longo do curso?



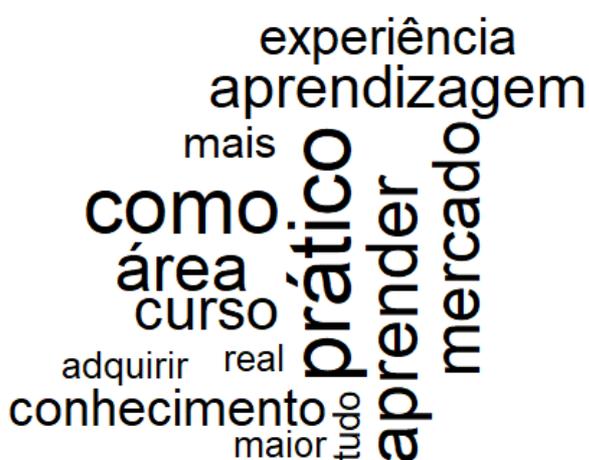
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para EPT destacam que a prática profissional é intrínseca ao currículo, devendo ser desenvolvida em vários ambientes de aprendizagem, tais como experimentos, atividades específicas em ambientes especiais, bem como por meio da investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações (BRASIL, 2021).

As Diretrizes destacam ainda que a prática profissional deve estar vinculada aos fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo, que possibilita ao educando o preparo para o enfrentamento do desafio do desenvolvimento permanente da aprendizagem. A prática profissional supervisionada pode ser desenvolvida com o apoio dos diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios, salas e ambientes na própria instituição de ensino ou entidade parceira. O estágio supervisionado também é apontado como um elemento integrante da organização curricular destinado à vivência da prática profissional em situação real de trabalho.

Por último, os estudantes apresentam suas concepções a respeito das possíveis aprendizagens adquiridas durante a realização do estágio supervisionado no percurso formativo. Mediante a utilização da nuvem de palavras, têm-se como destaque os termos “prático”, “aprender”, “mercado”, “experiência”, “aprendizagem”, “área”, “curso” e “conhecimento”, conforme Figura 5.

Figura 5 — Nuvem de palavras indicativa de concepções sobre as aprendizagens adquiridas com a realização do estágio supervisionado



Os estudantes apresentam palavras que relacionam o estágio supervisionado como ato educativo, a partir do reconhecimento do seu aspecto prático e formativo. Evidencia-se durante todo o referencial teórico, que o estágio supervisionado deve ser desenvolvido em situação real de trabalho, possibilitando aos estudantes a integração de saberes e a efetiva preparação para o mundo do trabalho.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio reconhecem como princípio a indissociabilidade da teoria e da prática no processo de aprendizagem (BRASIL, 2012). Uma vez que o estágio supervisionado é ato educativo de responsabilidade da instituição de ensino, em parceria com organizações do mundo do trabalho, torna-se necessária a utilização de estratégias educacionais favoráveis à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, especialmente quanto ao estímulo e à viabilização de estágios em consonância com as Diretrizes e princípios norteadores da EPT.

## 4 PRODUTO EDUCACIONAL

### 4.1 Elaboração

No PROFEPT, o mestrando precisa desenvolver um PE, que deve ser aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, configurando-se em formato artesanal ou em protótipo. Esse PE pode ser:

(...) uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (BRASIL, 2019a, p. 15).

Desse modo, considera-se como PE na área de Ensino “o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa” (RIZZATTI *et al.*, 2020, p. 4). O PE, resultado de um processo criativo gerado de uma atividade de pesquisa, pode ser desenvolvido de forma individual ou em grupo e deve ser elaborado com a finalidade de responder a uma pergunta ou problema decorrente do campo de prática profissional. Ressalta-se que a descrição e especificações técnicas do PE contribuem para que ele seja compartilhado ou registrado.

O PE vinculado a essa pesquisa consiste numa vitrine de estágio na área de Informática, com acesso disponível no *link* <https://vitrineestagio.wixsite.com/alex>, contendo a catalogação de instituições e empresas que oferecem oportunidades para realização do estágio supervisionado, sendo passível de atualizações, por meio do canal “fale conosco” para o recebimento de novas propostas e vagas de estágio. Além disso, a vitrine está acompanhada de uma cartilha contendo o passo a passo para realização do estágio supervisionado no âmbito do IFCE. Essa cartilha tem como base a legislação do IFCE que regulamenta as atividades de estágio dos alunos na instituição.

A vitrine de estágio acompanhada da cartilha situa-se na categoria “desenvolvimento de material didático e instrucional”, pois define-se esse tipo de material como “produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais” (BRASIL, 2019b, p. 43).

Rizzatti *et al.* (2020, p. 5) complementa a categoria material didático/instrucional com a seguinte definição:

Material didático/instrucional: são propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de

intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros.

Assim, o desenvolvimento do material instrucional busca incentivar a adesão ao componente curricular do estágio supervisionado no IFCE, compreendendo que a ampliação da integração entre o pensar e o fazer e do contato com o mundo do trabalho acrescenta aos estudantes conhecimentos, habilidades e experiências fundamentais para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Quanto ao conteúdo, o PE tem a finalidade de ampliar a identificação de campos de estágio e a compreensão da regulamentação das atividades do componente curricular em estudo, por meio da etapa de catalogação das instituições e empresas regionais que ofertam vagas na área de formação do Curso Técnico Integrado em Informática. Por meio da coleta de dados com os professores orientadores e alunos, registram-se as principais dúvidas na execução do estágio para realização de uma compilação das informações disponíveis na Lei de Estágio e na Resolução interna que regulamenta o desenvolvimento dessa atividade pelos alunos da instituição para composição da cartilha, contendo conteúdo leve e dinâmico. Por fim, a vitrine *web* resulta da criação de uma página de internet para divulgação das instituições e empresas catalogadas e disponibilização da cartilha contendo o passo a passo para realização do estágio supervisionado no âmbito do IFCE.

A escolha pelo formato de vitrine *web* justifica-se, considerando a natureza do curso pesquisado, pela finalidade de contribuir e aproximar os estudantes das unidades concedentes de estágio, demonstrando as possibilidades de realização das atividades do componente curricular no formato remoto, por meio da oferta de vagas em empresas regionais e nacionais.

A elaboração da vitrine *web*, denominada de “vitrine de estágio,” consta no site Wix.com, uma plataforma com versão gratuita on-line de criação e edição de *sites* em HTML5 e *Mobile*. Na composição do *template* e personalização, são utilizados elementos da área da Informática, bem como a disponibilização de uma barra de *menu* interativo contendo os seguintes itens: início, com a indicação de dados básicos sobre o PE; apresentação, contendo a contextualização da pesquisa; cartilha, elaborada com base na legislação e documentos que regulamentam o estágio supervisionado no âmbito do IFCE; vitrine, mediante indicação das empresas catalogadas que ofertam vagas de estágio; e o canal “fale conosco” para interação com os usuários mediante envio de mensagens.

Segundo Leite (2018, p. 334), com relação ao eixo comunicacional, faz-se necessário observar “formato, diagramação e linguagem empregada no material educativo”. Sendo assim, a cartilha apresenta formato digital e está hospedada na vitrine *web*, contendo capa com visual atrativo, texto com linguagem adaptada ao público, imagens e/ou ilustrações com detalhamento dos principais conceitos e fluxos apresentados pelos instrumentos que regulamentam o estágio supervisionado, podendo ser utilizada não apenas no contexto do curso Técnico Integrado em Informática do IFCE.

A partir de diálogo com o programador visual Alberto Leal, elementos que englobam o estágio supervisionado são selecionados para composição da cartilha, dentre eles, a proposição da criação de avatares para representação dos sujeitos que integram essa atividade curricular, conforme Figura 6.

Figura 6 — Sujeitos do estágio supervisionado



Fonte: Cartilha Conhecendo o estágio supervisionado no IFCE (2024).

Na cartilha também consta um espaço denominado “Saiba +,” destinado à apresentação de informações adicionais sobre o estágio supervisionado, objetivando enriquecer o repertório dos professores e alunos acerca dos principais conceitos e curiosidades envolvendo o tema, como apresentado na Figura 7.

Figura 7 — Apresentação do Espaço Saiba +



Fonte: Cartilha Conhecendo o estágio supervisionado no IFCE (2024).

Registra-se a elaboração da cartilha em documento do *Microsoft Word*, utilizando imagens e elementos do *Adobe Stock*, sendo apresentada em arquivo *Portable Document Format* (PDF). O produto está vinculado a essa dissertação, sendo disponibilizado na plataforma EDUCAPES para uso não comercial e compartilhado nos canais oficiais do IFCE como instrumento de auxílio para os futuros estagiários e professores orientadores de estágio.

## 4.2 Aplicação

Após a etapa de elaboração, registra-se a apresentação do PE aos participantes da pesquisa do Campus Acopiara do IFCE, no dia 29 de fevereiro de 2024, observando o desenvolvimento dos seguintes passos: 1) apresentação do produto aos estudantes e professores orientadores de estágio do Curso Técnico Integrado em Informática; 2) aplicação de questionário para avaliação do PE; 3) coleta das avaliações após envio das respostas mediante o formulário eletrônico *Google Forms*.

Salienta-se, no momento da apresentação, a ênfase no detalhamento das funcionalidades da vitrine, assim como a indicação do fluxo para realização do estágio no âmbito do IFCE presente na cartilha. 44 sujeitos participam da avaliação do PE, sendo 42 estudantes oriundos do segundo e terceiro anos do Curso Técnico Integrado em Informática e 2 professores orientadores de estágio do referido Curso.

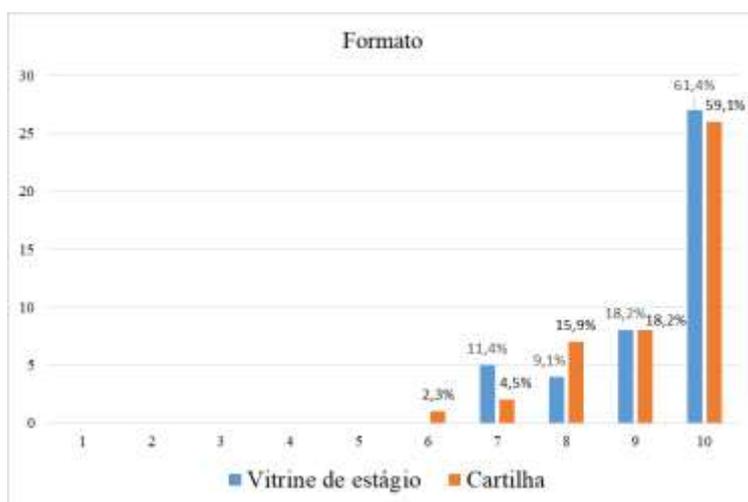
### 4.3 Avaliação

A avaliação do material didático/instrucional produzido acontece por meio de um questionário único para os estudantes e professores do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, Campus Acopiara, visando coletar as percepções e sugestões para aprovação ou aprimoramento do PE.

Nesse sentido, o questionário contém perguntas fechadas e abertas, tendo como base os eixos e descritores propostos por Leite (2018): estética e organização; capítulos; estilo de escrita; conteúdo; propostas didáticas; e criticidade do material educativo. Para facilitar o atendimento dessa estrutura, as perguntas objetivas (questões de 1 a 14) são agrupadas em seis eixos: formato, atratividade, conteúdo, acesso, utilidade e criticidade do PE. A avaliação pontua de 1 a 10, sendo o maior grau de satisfação perto do 10 e maior grau de insatisfação perto do 1. Já as perguntas abertas (questões de 15 a 19) têm o objetivo de captar as contribuições dos avaliadores para melhoria e aprimoramento do PE.

Sintetiza-se a avaliação a partir das respostas das duas categorias participantes, professores orientadores, correspondendo ao percentual de 4,5% das respostas, e alunos, com o total de 95,5%. Quanto ao primeiro eixo, envolvendo o formato do PE, englobando a estética, organização e apresentação do material, no que diz respeito à vitrine, 61,4% registram o maior grau de satisfação. Já na cartilha, 59,1% dos avaliadores indicam nota máxima, conforme o Gráfico 11.

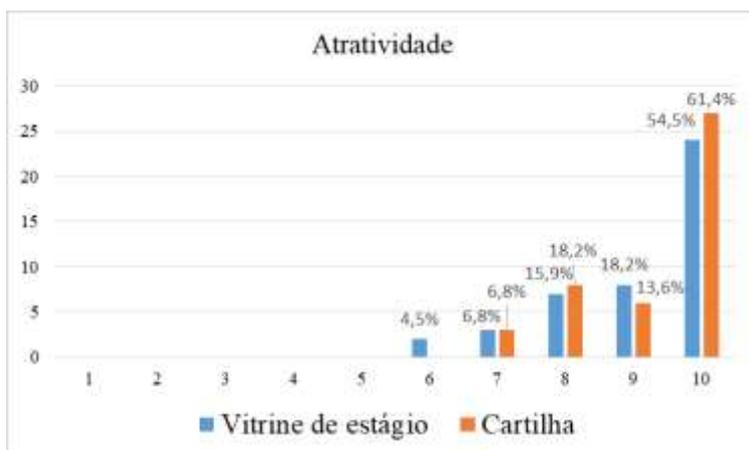
Gráfico 11 — Avaliação do formato da vitrine de estágio e cartilha



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quanto ao eixo da atratividade, que contempla o que Leite (2018) denomina de “estilo de escrita”, abarcando a diversidade linguística e os conceitos abordados no material produzido, 54,5% dos avaliadores atribuem maior grau de satisfação para vitrine e 61,4% apontam o registro máximo para cartilha (Gráfico 12).

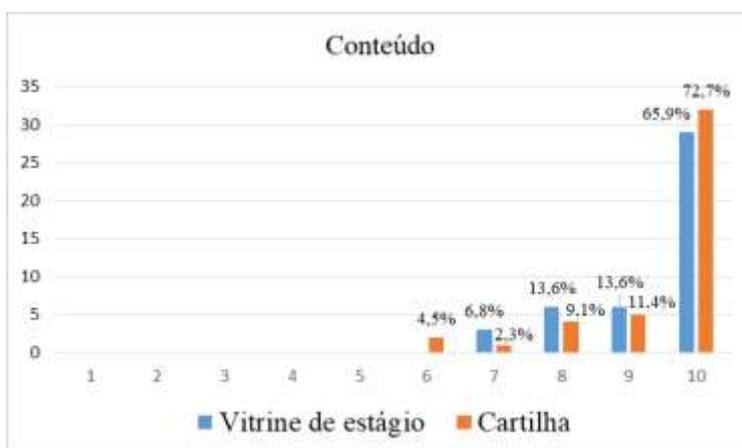
Gráfico 12 — Avaliação da atratividade da vitrine de estágio e cartilha



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Sobre o eixo do conteúdo apresentado no material educativo, considerando o emprego de referencial claro e de fácil entendimento, com proporcionalidade na distribuição das informações técnicas e didáticas, bem como o emprego de diversidade linguística, tais como textos, figuras e infográficos, 65,9% dos avaliadores manifestam maior grau de satisfação para vitrine e 72,7% para cartilha (Gráfico 13).

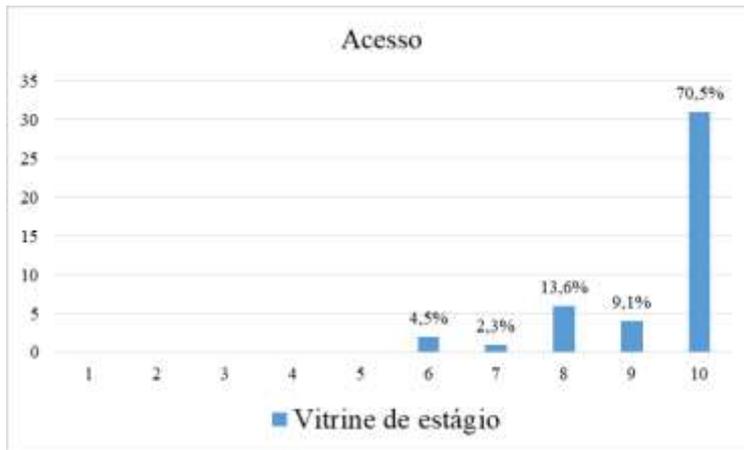
Gráfico 13 — Avaliação do conteúdo da vitrine de estágio e cartilha



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Com relação ao acesso, sobretudo direcionado ao *site* utilizado para criação e armazenamento da vitrine de estágio acompanhada da cartilha, 70,5% dos avaliadores manifestam grau máximo de satisfação, apontando boa aceitação da plataforma Wix.com (Gráfico 14).

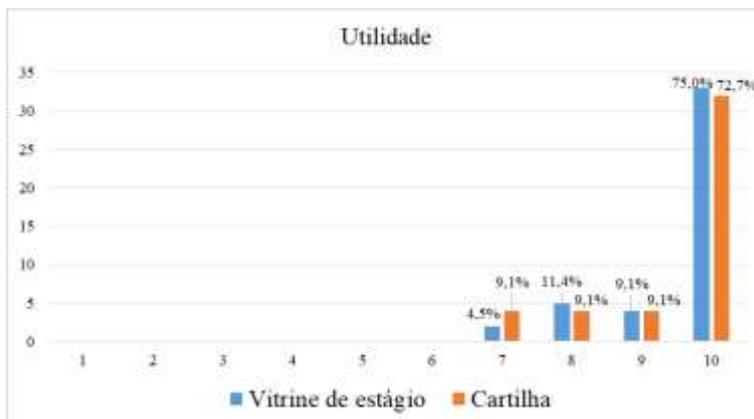
Gráfico 14 — Avaliação do acesso à vitrine de estágio



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quanto à utilidade do PE, partindo da convergência do enquadramento do perfil e realidade dos interessados (professores e alunos) com a possibilidade de uso do material no processo formativo, 75% dos participantes conferem grau máximo de satisfação para vitrine e 72,7% para cartilha (Gráfico 15).

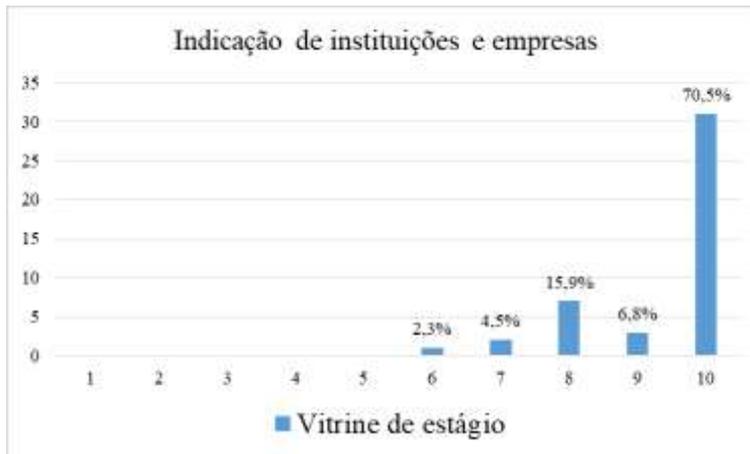
Gráfico 15 — Avaliação da utilidade da vitrine de estágio e cartilha



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No que diz respeito à proposta didática, com relação à indicação de instituições e empresas que atuam no ramo da Informática na Região de abrangência da instituição pesquisada e que ofertam vagas de estágio na vitrine, 70,5% dos participantes atestam o grau máximo de satisfação, em conformidade com o Gráfico 16.

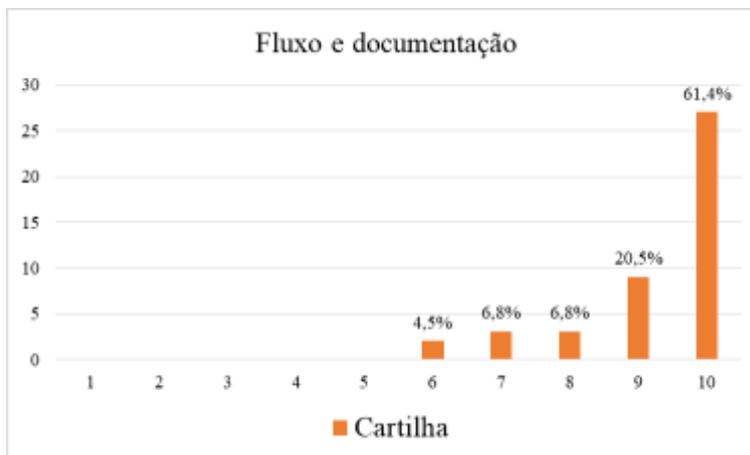
Gráfico 16 — Avaliação da indicação de instituições e empresas na vitrine de estágio



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Sobre a contribuição da cartilha para o entendimento do fluxo e dos documentos obrigatórios utilizados no âmbito institucional no processo de formalização e acompanhamento das atividades de estágio, 61,4% dos avaliadores registram o maior indicador de satisfação, conforme exposto no Gráfico 17.

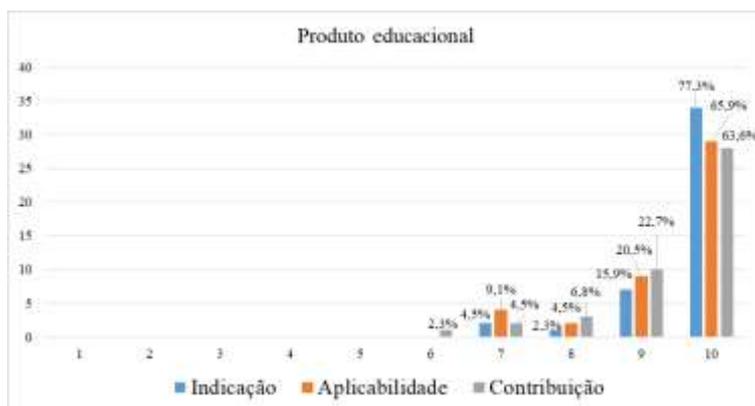
Gráfico 17 — Avaliação da contribuição da cartilha para o entendimento do fluxo e documentação de estágio



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quanto à indicação do PE (vitrine e cartilha), 77,3% dos avaliadores imputam o maior indicador de satisfação. Na aplicabilidade, 65,9% registram maior nota. E, na contribuição do PE para compreensão do processo de estágio na instituição, 63,6% manifestam grau máximo, segundo o Gráfico 18.

Gráfico 18 — Avaliação da indicação, aplicabilidade e contribuição do produto educacional



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No atendimento dos eixos propostos por Leite (2018), nas questões objetivas, registra-se a avaliação positiva do PE, visto que o maior percentual de satisfação se concentra no grau 10 em todas as perguntas, evidenciando que o produto atende à finalidade de sua idealização. Com relação às perguntas abertas, os avaliadores destacam elementos presentes na vitrine e cartilha que reforçam o atendimento da estética, organização, escrita, conteúdo, proposta didática e criticidade. Também apontam sugestões acolhidas para melhoria da versão final do produto, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 — Registro de observações apresentadas nas perguntas abertas do formulário de avaliação do produto educacional

Perguntas	Registro de observações apresentadas nas perguntas abertas
15. O que mais chamou atenção na vitrine?	“A forma clara como as informações foram passadas.”
	“As imagens e os textos e desenvolvimento do site.”
	“Eu gostei, ficou muito boa, muito fácil de procurar as informações, e bastante organizada.”
16. O que mais chamou atenção na cartilha?	“Os desenhos, as cores, as informações bem completas, a explicação de tudo que a gente precisa saber.”

	“Bem informativa, fácil de entender.”
	“Gostei da facilidade, em forma de passo a passo, facilitando e removendo muitas das dúvidas, criando uma imensa facilidade de imersão a quem deseja adentrar em um estágio, em sua formação acadêmica do curso.”
17. Quais suas sugestões para melhoria da vitrine?	“Não melhoraria nada.”
	“Mais cores, algo que chame mais atenção de forma visual.”
	“Disponibilizar conteúdos frequentes no Instagram para engajar os alunos mais novos que vivem nas redes sociais.”
18. Quais suas sugestões para melhoria da cartilha?	“Não tenho sugestões, na minha opinião ficou muito boa.”
	“Os documentos de anexo para iniciar o estágio.”
	“Não tenho nenhuma recomendação. A cartilha está muito atrativa.”
19. Na condição de professor(a) orientador(a) ou aluno(a) estagiário(a), descreva de que forma você utilizará os conhecimentos e informações apresentadas na vitrine e cartilha?	“Para saber mais sobre as oportunidades de estágio e compreender como funciona.”
	“Como estagiária, eu irei usar da melhor forma as informações, tendo em vista que está muito completo, tem tudo que a gente precisa saber, ajuda muito pra quem realmente quer fazer o estágio.”
	“Como professor orientador, utilizarei os conhecimentos e informações apresentados na vitrine e cartilha para enriquecer a troca de informações, promovendo discussões e reflexões sobre o tema do estágio. Além disso, utilizarei os materiais como suporte para orientar os alunos. Ambas, vitrine e cartilha, tornam a coleta de informações centralizada e fácil de analisar. Assim, alunos e professores adquirem uma ferramenta adicional para a tomada de decisão quanto ao rumo dos estágios.”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Com base nas sugestões dos estudantes e professores avaliadores, registra-se a melhoria na vitrine, sobretudo na adequação das cores, buscando inspiração na cartilha para harmonização do PE. Quanto ao registro de sugestão para criação de página no Instagram para ampliação do alcance do PE, compreende-se que essa sugestão pode ser contemplada após a conclusão do mestrado, com a autorização da instituição para divulgação do PE nos canais institucionais.

Quanto à ideia de inserção de anexos contendo os documentos utilizados no processo de formalização e realização do estágio, consta na versão final da cartilha o *link* para acesso à página oficial da instituição, que armazena os modelos para uso, evitando com isso o volume

de informações no material educativo e a necessidade de alterações, caso os documentos sejam atualizados.

As considerações dos avaliadores convergem com o objetivo do PE desenvolvido, que é o de contribuir com os sujeitos envolvidos na execução das atividades de estágio, mediante o acesso às informações sobre essa atividade curricular, possibilitando o desenvolvimento de uma cultura institucional de valorização da prática profissional articulada aos princípios da EPT.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo analisa o estágio supervisionado no currículo do EMI, com base nas concepções de trabalho como princípio educativo e de prática profissional como princípio pedagógico na formação integral dos estudantes do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, Campus Acopiara, visando, ao final, a construção de uma vitrine de estágio acompanhada de cartilha de orientação voltada para os sujeitos que integram essa atividade curricular, como forma de estímulo e promoção da interação entre o pensar e o fazer na EPT.

Portanto, a pesquisa foca na concepção do estágio supervisionado enquanto ato educativo, a partir da concretude de uma práxis curricular capaz de articular a teoria e a prática no contexto da EPT, favorecendo aos estudantes a interação com a realidade da profissão, o contato com os trabalhadores e a compreensão do mundo do trabalho em sua complexidade, sob a ótica dos avanços, dos desafios e da necessidade de transformação da sociedade capitalista.

Considerando que a dicotomia teoria-prática é uma das contradições inerentes do capitalismo, o que acarreta a separação entre o trabalho manual e intelectual, impactando negativamente na construção dos currículos escolares e na formação fragmentada dos alunos, e consequentemente dos trabalhadores, tem-se o foco na forma como o trabalho assumido como princípio educativo e a prática profissional como princípio pedagógico contribuem para formação humana e integral na EPT.

A partir dos estudos, registra-se uma contextualização do EMI, considerando que essa proposta educativa tem aproximação com o modelo de educação integral, politécnica e omnilateral, contraponto uma realidade educacional subordinada aos interesses do capital, que tem como principal finalidade a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, pautado pela produção neoliberal que provoca o desemprego e a precarização do trabalho.

Constata-se que, no EMI, a partir das bases conceituais da EPT, o trabalho assume o princípio educativo, buscando a incorporação da dimensão intelectual ao trabalho produtivo, formando trabalhadores capazes de assumir diferentes posições e papéis na sociedade. O trabalho como princípio educativo configura-se na perspectiva de que todos devem contribuir na produção de bens materiais e culturais essenciais à vida humana, mediante a ação consciente e transformadora no meio social.

Verifica-se também que a DP colabora com a prática pedagógica ao fornecer ferramentas conceituais e metodológicas que permitem a identificação de recursos frente às situações do ambiente de trabalho, especialmente quando apresentam problemas, com vistas à

aprendizagem e ao desenvolvimento profissional, contribuindo para a superação do dualismo teoria-prática, a partir do reconhecimento da ação e de sua ocupação no dinâmica do trabalho.

Nessas circunstâncias, o estágio supervisionado torna-se uma atividade curricular potencializadora da integração entre teoria e prática, possibilitando aos sujeitos o acesso a uma educação emancipadora e transformadora da sociedade, mediante uma formação crítica dos estudantes, em especial, os filhos da classe trabalhadora.

A concepção do estágio supervisionado presente nos documentos oficiais do IFCE vincula esse componente ao ato educativo desenvolvido em ambiente de trabalho, reconhecendo sua contribuição no desenvolvimento de aprendizagens próprias da atividade profissional, na contextualização curricular, bem como no preparo para o mundo do trabalho e para a vida cidadã.

No PPC analisado, o estágio curricular é recepcionado de forma não-obrigatória, tendo como objetivo a troca de experiências e aprendizado com os profissionais que atuam no mundo do trabalho, impactando na adesão e na concepção dos professores e alunos sobre o seu conceito e papel formativo. Para os professores, o estágio supervisionado caracteriza-se como uma atividade formativa essencial e um momento de aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, aproximando os estudantes do campo de atuação profissional. Para os estudantes, o estágio curricular é percebido como uma atividade prática de aprendizagem realizada sob supervisão, que possibilita a aquisição de experiência para o “mercado” de trabalho.

Tanto os professores quanto os alunos reconhecem a importância do ambiente de trabalho para a construção de conhecimentos, sobretudo relacionados à atividade profissional. No entanto, os participantes reforçam a noção do estágio como o momento privilegiado de aprendizagem prática do itinerário formativo, contrapondo a concepção de que essa atividade curricular integra a dimensão teórica e prática fundamentada no trabalho. Ressalta-se que essa dualidade na compreensão e operacionalização do estágio supervisionado é presente não apenas no EMI, mas percorre também o Ensino Superior, visto que constitui um cenário formativo no qual se inter cruzam muitos elementos e desafios.

O reconhecimento da importância do estágio supervisionado e de suas contribuições no processo formativo dos estudantes devem convergir para a organização do currículo do EMI, de modo que haja a superação da dicotomia teoria-prática, compreendendo que a formação integra todos os saberes (gerais e específicos), materializando-se na construção de novos conhecimentos no processo de investigação e compreensão das relações estabelecidas pelos homens com a natureza e entre si.

Como proposta de integração e estímulo ao desenvolvimento de uma cultura institucional de valorização da prática profissional articulada à teoria e aos princípios da EPT, apresenta-se à comunidade acadêmica o PE denominado “vitrine de estágio”, acompanhado de uma cartilha contendo a concepção de estágio enquanto ato educativo e o fluxograma para a realização de quaisquer estágios (obrigatório e não-obrigatório) no âmbito do IFCE.

A vitrine de estágio mostra-se relevante para os professores e alunos, visto que, no momento de sua aplicação, não registra-se qualquer catalogação de campo de estágio na área de abrangência do campus, dificultando o vislumbre e o planejamento de atividades de estágio no contexto do Curso Técnico Integrado em Informática. Nesse sentido, as empresas e instituições parceiras passam a ter conhecimento da existência do Curso e das possibilidades de contribuições dos estudantes nas atividades desenvolvidas.

Integrada à vitrine, a cartilha apresenta potencial para utilização em quaisquer cursos da instituição, considerando que, até o momento, não há material educativo institucional com a finalidade de esclarecer dúvidas sobre o estágio supervisionado. O conteúdo integra informações tanto para os alunos quanto para os professores que conduzem o processo de orientação e acompanhamento das atividades de estágio no IFCE.

Com este PE, busca-se ampliar as possibilidades para realização do estágio no âmbito do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, facilitando o contato dos professores e alunos com as principais informações sobre a temática, bem como a interação com as empresas e instituições que ofertam vagas de estágio, contribuindo para construção de propostas integradoras do currículo.

Nesse sentido, compreende-se o alcance dos objetivos propostos nessa pesquisa, refletindo a importância do estágio supervisionado enquanto ato educativo, contextualizando-o na perspectiva educacional que contempla a integralidade do ser humano e sua relação com o trabalho em sua natureza ontocriativa, possibilitando aos sujeitos não apenas o cumprimento dessa atividade curricular, mas também elementos para sua formação integral e crítica.

Ainda que a pesquisa e o PE não sejam suficientes para uma realidade curricular que contemple total integração entre a teoria e a prática na instituição estudada e uma mudança no tratamento dispensado ao estágio supervisionado, esse trabalho vincula-se a uma concepção de currículo integrado, sendo o estágio parte integrante dessa proposta, e aponta caminhos, por meio de um sólido referencial teórico e do material educativo produzido, que se alinham à visão de uma EPT pautada na centralidade do ser humano e no enfrentamento da realidade imposta pelo capitalismo.

## REFERÊNCIAS

ALLAIN, Olivier *et al.* **Didática profissional**: um guia para educadores. Recife: Pipa Comunicação, 2023.

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. O que avaliar em educação profissional? Princípios epistemológicos da formação de trabalhadores. *In*: MORAES, Gustavo Henrique *et al.* **Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica**: um campo em construção. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**: geral e Brasil. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 set. 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área** – Ensino. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL, CAPES. **Grupo de trabalho Produção Técnica**. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1 de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2021; Disponível em: [https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578?fbclid=IwAR1cguC7vHF27D0foope\\_s3a68oiqVPd56KayaTGSkrWd6Ey8IWTkl12CHg](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578?fbclid=IwAR1cguC7vHF27D0foope_s3a68oiqVPd56KayaTGSkrWd6Ey8IWTkl12CHg). Acesso em: 27 ago. 2022.
- CASTRO, Mariana Soares. **Estágio supervisionado**: espaço de formação do estudante da educação profissional e tecnológica. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Rio Pomba, 2020.
- CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil.; LIMA, Júlio César França. (Org.) **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008, p. 408-115. Disponível em: <http://www.epsvj.fiocruz.br/sites/default/files/143.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada: escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.
- CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnicidade e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 27 ago. 2022.
- CNE/CEB. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **PARECER CNE/CEB Nº: 11/2012**. Publicado no D.O.U. de 4/9/2012, Seção 1, p. 98. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_PAR\\_CNECEBN112012.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECEBN112012.pdf). Acesso em: 18 dez. 2023.
- COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em revista**, Curitiba, n. 53, p.171-186, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/kKhXcCMp56LZ5R54fsL4PFq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 ago. 2022.
- CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação profissional no Brasil**: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- ENGELS, Friedrich. **Dialética da Natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v. 12, n. 26, p. 635-46, jul./set. 2008.
- FONSECA, João José Saraiva da Fonseca. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

FONTENELE, Francisca Cláudia Fernandes; ALVES, Francisco Régis Vieira. A atividade docente na perspectiva do licenciando em Matemática: contribuições da Didática Profissional para a formação do professor. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 1–18, 2021a. Disponível em:

<https://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/rencima/article/view/2760/1476>. Acesso em: 18 dez. 2023.

FONTENELE, Francisca Cláudia Fernandes; ALVES, Francisco Régis Vieira. Didática profissional e formação do professor de matemática: uma revisão sistemática das pesquisas desenvolvidas no Brasil. **Indagatio Didactica**, v. 13, n. 2, p.133-150, jun. 2021b. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/id/article/view/25524/18393>. Acesso em: 07 dez. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 57-82.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil.; LIMA, Júlio César França. (Org.) **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008, p. 399-404. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l43.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

GATTI, Bernadete Angelina. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**, vol. 01. Tradução: Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. **Homens ou máquinas?** escritos de 1916 a 1920. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo. (org.). **Didática profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Lei nº 13.415 e as alterações na carga horária e no currículo do Ensino Médio. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p.579-598, jul./set. 2020.

IFCE. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Informática**. Acopiara-CE, 2019.

IFCE. **Resolução CONSUP/IFCE nº 108, de 08 de setembro de 2023**. Fortaleza-CE, 2023.  
KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrado educacionais na área de ensino: Uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Atas - Investigação Qualitativa em Educação**, v. 1, p. 330-339, 2018. Disponível em: [https://moodle.ead.ifsc.edu.br/pluginfile.php/225609/mod\\_forum/intro/1656-Texto%20Artigo-6472-1-10-20180621%20%281%29.pdf](https://moodle.ead.ifsc.edu.br/pluginfile.php/225609/mod_forum/intro/1656-Texto%20Artigo-6472-1-10-20180621%20%281%29.pdf). Acesso em: 26 ago. 2022.

MACHADO, Lucília. Ensino Médio e Técnico com Currículos Integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. *In*: BRASIL. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Brasília, MEC, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim\\_salto07.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto07.pdf). Acesso em: 27 ago. 2022.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2007.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, educação e escola unitária. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, e226099, 2021.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. 4 reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital [Livro I]: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich: **Manifesto do partido comunista**. Tradução: Antonio Carlos Braga. São Paulo: Lafonte, 2018.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Marco Antonio. Linguagem e aprendizagem significativa. IV Encontro Internacional sobre Aprendizagem Significativa, Maragogi, AL, Brasil, 8 a 12 de setembro de 2003. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/~moreira/linguagem.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação Pesquisa**, v. 39, n. 3, p. 705–720, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

MOURA, Dante Henrique; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira; RAMOS, Marise Nogueira. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: documento-**

base. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 27 ago. 2022.

PASTRÉ, Pierre. A análise do trabalho em didática profissional. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/rzzTncfcxTyX6Xyx6PmpmKJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick; VERGNAUD, Gérard. A didática profissional. *In*: GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo. (org.). **Didática profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 24. ed. Tradução: José Severo de Camargo Pereira. São Paulo, Cortez, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. [Recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RAULINO, Cíntia Grazielle de Souza. **Podcast sobre estágio supervisionado: uma proposta de orientação para estudantes da Federal de Mato Grosso do Sul Campus Campo Grande**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

RIZZATTI, Ivanise Maria *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657/7658>. Acesso em: 24 ago. 2022.

SANTANA, Eudes Neves da Silva. **Estágio supervisionado e o trabalho como princípio educativo: um estudo de caso no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO – Campus Porto Velho**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Porto Velho, 2020.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

SILVA, Monica Ribeiro da. **Currículos e competências: a formação administrada**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. 12. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, Editora 2020.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In: Métodos de pesquisa*. GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

VERGNAUD, Gérard. Conceitos e esquemas em uma teoria operatória da representação. *Psychologie Française*, 30, 245-252, 1985. Tradução: Maria Lucia Faria Moro. Disponível em: <https://vergnaudbrasil.com/wp-content/uploads/2021/03/2.1-CONCEITOS-E-ESQUEMAS-EM-UMA-TEORIA-OPERATORIA-DA-REPRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ZABALZA, Miguel Angel. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

## APÊNDICE A - TCLE - PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Professor(a) Orientador(a) de Estágio,

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar desta pesquisa intitulada: **Estágio supervisionado: o pensar e o fazer no Ensino Médio Integrado em Informática do IFCE**, desenvolvida pelo pesquisador Alex de Oliveira Silva, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, Campus João Pessoa, sob a orientação da Profa. Dra. Deyse Morgana das Neves Correia.

O trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar o estágio supervisionado no currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, com base nas concepções de trabalho como princípio educativo e de prática profissional como princípio pedagógico na formação integral dos estudantes.

As entrevistas serão registradas por meio de gravação de áudio seguindo um roteiro de perguntas com os professores de Informática, que atuam como supervisores de Estágio no Curso Técnico Integrado ao Médio do Instituto Federal do Ceará – IFCE, Campus Acopiara. A finalidade deste trabalho é contribuir para os sujeitos envolvidos na execução das atividades de estágio no âmbito do Ensino Médio Integrado do IFCE – Campus Acopiara, estimulando o desenvolvimento de uma cultura institucional de valorização da prática profissional articulada aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica – EPT.

Nesse sentido, sua participação é fundamental para o êxito da nossa pesquisa. Assim, solicitamos sua colaboração e autorização para apresentar os resultados em produção acadêmica, mantendo o anonimato.

Informamos que você **não** deve participar deste estudo se se sentir constrangido em responder a qualquer dos itens presentes na pesquisa, caso esse constrangimento possa lhe acarretar maiores transtornos. Esta pesquisa oferece minimamente alguns riscos e apesar das questões não serem invasivas, podendo acarretar alguma consequência de ordem psicológica e ou emocional, segundo nosso entendimento, sendo os riscos possíveis: cansaço, constrangimento, incômodo, sensação de impotência ou de incompetência em sua prática, irritação por se sentir despreparado para o trabalho, por ocasião das respostas para entrevista.

Os riscos serão mitigados por meio da realização de entrevista com o emprego de linguagem clara e acessível, em sala reservada que garanta a sua liberdade para não responder quaisquer perguntas ou ações constrangedoras, bem como a concessão de tempo adequado para reflexão e respostas. O pesquisador também estará atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantindo a suspensão imediata da entrevista, caso seja percebido algum risco ou dano a sua saúde.

O entrevistado poderá interromper a entrevista ou se negar a responder quaisquer das perguntas. Ademais, respeitando as recomendações da Resolução 510/2016/CNS, caso ocorra alguma intercorrência mais séria, pedimos que o participante procure um serviço público de saúde caso venha a necessitar de cuidados comprovadamente relacionados à entrevista e de sua participação na pesquisa.

Desse modo, nos comprometemos, dentro das nossas condições, a prestar apoio. Por isso, colocamos à disposição nosso e-mail (alex.silva.1@academico.ifpb.edu.br) e o número de nosso telefone (87) 99109-8329 para que possa conversar conosco, caso necessite, para juntos encontrarmos uma solução para promover o seu bem estar.

Com a sua participação nessa pesquisa, você não terá benefício pessoal direto e imediato. Os benefícios da pesquisa situam-se na melhoria da execução do estágio supervisionado no IFCE, a partir do acesso ao resultado do estudo e da vitrine de estágio na área, acompanhada de cartilha com orientações e fluxograma disponibilizados em canais institucionais.

Após a conclusão da pesquisa, os resultados e o produto educacional serão divulgados aos participantes e à comunidade acadêmica em evento no IFCE - Campus Acopiara, além de publicação em eventos de cunho acadêmico ou científico. No entanto, fica garantida a não divulgação dos dados para fins diversos à pesquisa, além do anonimato dos indivíduos participantes.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, seguindo as orientações da Resolução 510/2016, que prevê no seu Art. 9 os seguintes direitos do participante:

Art. 9º São direitos dos participantes:

- I - ser informado sobre a pesquisa;
- II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III - ter sua privacidade respeitada;
- IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;

V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;

VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei;

VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Portanto, se o(a) senhor(a) necessitar de maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB, no endereço indicado ao final do termo.

Sua participação é voluntária e, portanto, não está obrigado(a) a fornecer as informações e ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir da participação, não sofrerá nenhum dano em sua atuação docente e sua entrevista será descartada da coleta de dados.

Os pesquisadores estarão à sua disposição para quaisquer esclarecimentos que julgar necessários. Assim como prestar assistência e tomar os encaminhamentos necessários, relacionados a intercorrências relacionadas ao desenvolvimento desta pesquisa.

Ao consentir em participar desta pesquisa, o(a) senhor(a) receberá uma via deste documento devidamente assinada pelo pesquisador e poderá optar por receber em seu e-mail uma cópia do áudio da entrevista.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido e aos possíveis e decorrentes riscos da minha participação. Sendo assim:

(  ) Eu aceito participar do estudo (  ) Eu não aceito participar do estudo

**Contato com o pesquisador responsável:**

E-mail: alex.silva.1@academico.ifpb.edu.br

Telefones: (87) 99109-8329

**Contato com o Comitê de Ética do IFPB:**

Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

---

Assinatura do pesquisador responsável

---

Assinatura do(a) participante

## APÊNDICE B - TCLE - ESTUDANTE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Estudante,

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar desta pesquisa intitulada: **“Estágio supervisionado: o pensar e o fazer no Ensino Médio Integrado em Informática do IFCE”** desenvolvida pelo pesquisador Alex de Oliveira Silva, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, Campus João Pessoa, sob a orientação da Profa. Dra. Deyse Morgana das Neves Correia.

O trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar o estágio supervisionado no currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, com base nas concepções de trabalho como princípio educativo e de prática profissional como princípio pedagógico na formação integral dos estudantes.

O questionário será aplicado com os alunos matriculados no Curso Técnico Integrado ao Médio do Instituto Federal do Ceará – IFCE, Campus Acopiara, contendo perguntas acerca da temática, em sala reservada do Campus Acopiara, com o acompanhamento do pesquisador responsável.

A finalidade deste trabalho é contribuir para os sujeitos envolvidos na execução das atividades de estágio no âmbito do Ensino Médio Integrado do IFCE – Campus Acopiara, estimulando o desenvolvimento de uma cultura institucional de valorização da prática profissional articulada aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica – EPT.

Nesse sentido, sua participação é fundamental para o êxito da nossa pesquisa. Assim, solicitamos sua colaboração e autorização para apresentar os resultados em produção acadêmica, mantendo o anonimato.

Informamos que você **não** deve participar deste estudo se se sentir constrangido em responder a qualquer dos itens presentes na pesquisa, caso esse constrangimento possa lhe acarretar maiores transtornos. Esta pesquisa oferece minimamente alguns riscos e apesar das questões não serem invasivas, podendo acarretar alguma consequência de ordem psicológica e ou emocional, segundo nosso entendimento, sendo os riscos possíveis: cansaço, constrangimento, incômodo, sensação de impotência ou de incompetência em sua prática,

irritação por se sentir despreparado para o trabalho, por ocasião das respostas para o questionário.

Os riscos serão mitigados por meio da aplicação de questionário com o emprego de linguagem clara e acessível, em sala reservada que garanta a sua liberdade para não responder quaisquer perguntas ou ações constrangedoras, bem como a concessão de tempo adequado para o devido preenchimento. O pesquisador também estará atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantindo a suspensão imediata da aplicação do questionário, caso seja percebido algum risco ou dano à sua saúde.

O participante poderá interromper o preenchimento do questionário ou se negar a responder quaisquer das perguntas. Ademais, respeitando as recomendações da Resolução 510/2016/CNS, caso ocorra alguma intercorrência mais séria, pedimos que o participante procure um serviço público de saúde caso venha a necessitar de cuidados comprovadamente relacionados ao questionário e de sua participação na pesquisa. Desse modo, nos comprometemos, dentro das nossas condições, a prestar apoio. Por isso, colocamos à disposição nosso e-mail (alex.silva.1@academico.ifpb.edu.br) e o número de nosso telefone (87) 99109-8329 para que possa conversar conosco, caso necessite, para juntos encontrarmos uma solução para promover o seu bem estar.

Com a sua participação nessa pesquisa, você não terá benefício pessoal direto e imediato. Contudo, os benefícios da pesquisa situam-se na melhoria da execução do estágio supervisionado no IFCE, a partir do acesso ao resultado do estudo e da vitrine de estágio na área, acompanhada de cartilha com orientações e fluxograma disponibilizados em canais institucionais, ampliando, por sua vez, a possibilidade de conhecimento e contato de empresas que ofertam vagas para estagiários.

Após a conclusão da pesquisa, os resultados e o produto educacional serão divulgados aos participantes e à comunidade acadêmica em evento no IFCE - Campus Acopiara, além de publicação em eventos de cunho acadêmico ou científico. No entanto, fica garantida a não divulgação dos dados para fins diversos à pesquisa, além do anonimato dos participantes.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, seguindo as orientações da Resolução 510/2016, que prevê no seu Art. 9 os seguintes direitos do participante:

Art. 9º São direitos dos participantes:

- I - ser informado sobre a pesquisa;
- II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III - ter sua privacidade respeitada;

- IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei;
- VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Portanto, se você necessitar de maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB, no endereço indicado ao final do termo.

Sua participação é voluntária e, portanto, não está obrigado(a) a fornecer as informações e ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir da participação, não sofrerá nenhum dano em sua atuação docente e seu questionário será descartado da coleta de dados.

Os pesquisadores estarão à sua disposição para quaisquer esclarecimentos que julgar necessários. Assim como prestar assistência e tomar os encaminhamentos necessários, relacionados a intercorrências relacionadas ao desenvolvimento desta pesquisa.

Ao consentir em participar desta pesquisa, você receberá uma via deste documento devidamente assinada pelo pesquisador e poderá optar por receber em seu e-mail uma cópia do questionário preenchido.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido e aos possíveis e decorrentes riscos da minha participação. Sendo assim:

( ) Eu aceito participar do estudo ( ) Eu não aceito participar do estudo

**Contato com o pesquisador responsável:**

E-mail: alex.silva.1@academico.ifpb.edu.br

Telefones: (87) 9109-8329

**Contato com o Comitê de Ética do IFPB:**

Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

---

Assinatura do pesquisador responsável

---

Assinatura do(a) participante

## **APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DIRECIONADO AOS PAIS/RESPONSÁVEIS**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DIRECIONADO AOS PAIS/RESPONSÁVEIS**

Prezado/a pai, mãe ou responsável,

Esta pesquisa é sobre o estágio supervisionado no currículo da Educação Profissional, que tem como título **“Estágio supervisionado: o pensar e o fazer no Ensino Médio Integrado em Informática do IFCE”**. A pesquisa está sendo desenvolvida por Alex de Oliveira Silva sob a orientação da Profa. Dra. Deyse Morgana das Neves Correia, como parte das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.

O objetivo do estudo é analisar o estágio supervisionado no currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com base nas concepções do trabalho como princípio educativo e de prática profissional como princípio pedagógico na formação integral dos estudantes.

A finalidade deste trabalho é contribuir para os sujeitos envolvidos na execução das atividades de estágio, estimulando o desenvolvimento de uma cultura institucional de valorização da prática profissional articulada aos princípios da educação profissional e tecnológica - EPT.

Para tanto, gostaríamos de sua autorização para que o(a) aluno(a) \_\_\_\_\_ possa participar da pesquisa submetendo-se ao preenchimento de questionário contendo perguntas acerca da temática, em sala reservada do Campus Acopiara, com o acompanhamento do pesquisador responsável.

Informamos que esta pesquisa oferece minimamente alguns riscos, podendo acarretar alguma consequência de ordem psicológica e ou emocional, segundo nosso entendimento, sendo os riscos possíveis: cansaço, constrangimento, incômodo, sensação de impotência ou de incompetência, por ocasião das respostas para o questionário.

Os riscos serão mitigados por meio da aplicação de questionário com o emprego de linguagem clara e acessível, em sala reservada que garanta a liberdade do(a) participante para

não responder quaisquer perguntas ou ações constrangedoras, bem como a concessão de tempo adequado para o devido preenchimento. O pesquisador também estará atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantindo a suspensão imediata da aplicação do questionário, caso seja percebido algum risco ou dano à saúde do(a) participante.

O participante não terá benefício pessoal direto e imediato. Contudo, os benefícios da pesquisa situam-se na melhoria da execução do estágio supervisionado no IFCE, a partir do acesso ao resultado do estudo e da vitrine de estágio na área, acompanhada de cartilha com orientações e fluxograma disponibilizados em canais institucionais, ampliando, por sua vez, a possibilidade de conhecimento e contato do(a) participante de empresas que ofertam vagas para estagiários.

Após a conclusão da pesquisa, os resultados e o produto educacional serão divulgados aos participantes e à comunidade acadêmica em evento no IFCE - Campus Acopiara, além de publicação em eventos de cunho acadêmico ou científico. No entanto, fica garantida a não divulgação dos dados para fins diversos à pesquisa, além do anonimato dos participantes.

Ao consentir, o(a) senhora(a) e o pesquisador responsável assinarão este termo em duas vias, de modo que uma via seja destinada ao participante e a outra via fique de posse do pesquisador. Solicitamos que o(a) senhora(a) devolva uma via assinada, através do(a) aluno(a), para que ele(a) apresente ao pesquisador responsável e possa, então, participar da pesquisa.

Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a autorizar a colaboração do/a aluno/a. O pesquisador estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Para tanto, esclarecemos ainda que você terá:

- a) garantia de plena liberdade, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;
- b) garantia de manutenção do sigilo e de sua privacidade durante todas as fases da pesquisa;
- c) garantia de que receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ;
- d) devidamente assinada pelo pesquisador responsável e por você;
- e) garantia de que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a pesquisa estão de acordo com o que preconiza a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde;
- f) garantia de ressarcimento e cobertura de eventuais despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes;
- g) garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa;

- h) garantia de que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo;
- i) garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos pesquisadores, bem como, fica assegurado que poderá haver divulgação dos resultados finais em órgãos de divulgação científica em que a mesma seja aceita; e
- j) garantia de que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda dos pesquisadores, podendo ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para o(a) aluno(a) \_\_\_\_\_ participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Acopiara-CE, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Pai/Mãe ou Responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

**Contato com a Pesquisador Responsável:**

E-mail: alex.silva.1@academico.ifpb.edu.br

Telefones: (87) 99109-8329

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB, o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB.

Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB

Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

## APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### **TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE (Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012/Resolução 510/2016) (Para menores com idade entre 12 a 17 anos)**

Prezado(a) estudante,

Você está sendo convidado a participar como voluntário do projeto de pesquisa intitulado “**Estágio Supervisionado: o pensar e o fazer no Ensino Médio Integrado em Informática do IFCE**”, sob responsabilidade do pesquisador Alex de Oliveira Silva, com orientação da Profa. Dra. Deyse Morgana das Neves Correia.

O estudo será realizado através da aplicação de um questionário, impresso, distribuído presencialmente em sala de aula do Instituto Federal do Ceará, Campus Acopiara. O trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar o estágio supervisionado no currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, com base nas concepções de trabalho como princípio educativo e de prática profissional como princípio pedagógico na formação integral dos estudantes.

Caso deseje participar, você precisará da autorização de seus pais por meio do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Direcionado aos Pais/Responsáveis. Você não precisa se identificar e está livre para participar ou não. Caso inicialmente você deseje participar, posteriormente você também está livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa. O responsável por você também poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Informamos que você **não** deve participar deste estudo se se sentir constrangido em responder a qualquer dos itens presentes na pesquisa, caso esse constrangimento possa lhe acarretar maiores transtornos. Esta pesquisa oferece minimamente alguns riscos e apesar das questões não serem invasivas, podendo acarretar alguma consequência de ordem psicológica e ou emocional, segundo nosso entendimento, sendo os riscos possíveis: cansaço, constrangimento, incômodo, sensação de impotência ou de incompetência em sua prática, irritação por se sentir despreparado para o trabalho, por ocasião das respostas para o questionário.

Os riscos serão mitigados por meio da aplicação de questionário com o emprego de linguagem clara e acessível, em sala reservada que garanta a sua liberdade para não responder

quaisquer perguntas ou ações constrangedoras, bem como a concessão de tempo adequado para o devido preenchimento. O pesquisador também estará atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantindo a suspensão imediata da aplicação do questionário, caso seja percebido algum risco ou dano à sua saúde.

O participante poderá interromper o preenchimento do questionário ou se negar a responder quaisquer das perguntas. Desse modo, nos comprometemos, dentro das nossas condições, a manter contato com o seu responsável e a prestar apoio. Por isso, colocamos à disposição nosso e-mail (alex.silva.1@academico.ifpb.edu.br) e o número de nosso telefone (87) 99109-8329 para que possa conversar conosco, caso necessite, para juntos encontrarmos uma solução para promover o seu bem estar.

Você não terá nenhum custo e poderá consultar o pesquisador responsável em qualquer momento, pessoalmente ou pelo telefone da instituição, para esclarecimento de qualquer dúvida.

Com a sua participação nessa pesquisa, você não terá benefício pessoal direto e imediato. Contudo, os benefícios da pesquisa situam-se na melhoria da execução do estágio supervisionado no IFCE, a partir do acesso ao resultado do estudo e da vitrine de estágio na área, acompanhada de cartilha com orientações e fluxograma disponibilizados em canais institucionais, ampliando, por sua vez, a possibilidade de conhecimento e o contato de empresas que ofertam vagas para estagiários.

Após a conclusão da pesquisa, os resultados e o produto educacional serão divulgados aos participantes e à comunidade acadêmica em evento no IFCE - Campus Acopiara, além de publicação em eventos de cunho acadêmico ou científico. No entanto, fica garantida a não divulgação dos dados para fins diversos à pesquisa, além do anonimato dos participantes.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, seguindo as orientações da Resolução 510/2016, que prevê no seu Art. 9 os seguintes direitos do participante:

Art. 9º São direitos dos participantes:

- I - ser informado sobre a pesquisa;
- II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III - ter sua privacidade respeitada;
- IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei;

VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Portanto, se você necessitar de maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB, no endereço indicado ao final do termo.

Este estudo é relevante porque seus resultados fornecerão informações para embasamento na construção de uma vitrine de estágio na área de Informática acompanhada de cartilha de orientação voltada para os sujeitos que integram essa atividade curricular (professores e alunos), estimulando o desenvolvimento de uma cultura institucional de valorização da prática profissional articulada aos princípios da educação profissional e tecnológica.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail alex.silva.1@academico.ifpb.edu.br e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (87) 99109-8329, Alex de Oliveira Silva.

Nome: \_\_\_\_\_ R.G. \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

---

Participante

---

Pesquisador responsável

**OBS.: Termo apresenta duas vias, uma destinada ao participante e a outra ao pesquisador**

**Contato com o pesquisador responsável:**

E-mail: alex.silva.1@academico.ifpb.edu.br

Telefones: (87) 9109-8329

**Contato com o Comitê de Ética do IFPB:**

Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725

E-mail: [eticaempesquisa@ifpb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@ifpb.edu.br)

## APÊNDICE E - ENTREVISTA

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### I - Identificação

Cargo/Subárea:

Tempo de serviço na instituição:

#### II - Perguntas

1. Qual o seu entendimento sobre o estágio supervisionado?
2. Qual a importância do estágio supervisionado para o processo formativo dos estudantes no Ensino Médio Integrado?
3. Como você avalia a demanda de estágio em informática ofertada pelas empresas ou instituições na região?
4. Como você analisa o estágio supervisionado no contexto do curso Técnico em Informática do IFCE - Campus Acopiara?
5. No seu entendimento, por que o estágio supervisionado configura-se como não obrigatório no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática do IFCE - Campus Acopiara?
6. Na sua concepção, o fato do estágio supervisionado ser opcional no curso Técnico em Informática do IFCE - Campus Acopiara dificulta a adesão por parte dos estudantes?
7. Você recebeu alguma formação ou orientação para acompanhar os estudantes na realização do estágio supervisionado?
8. Você considera o Manual de Estágio do IFCE um documento de fácil entendimento?
9. No tocante a documentação de estágio, você tem alguma dificuldade no processo de orientação e apoio no preenchimento?
10. Você acha que o estágio supervisionado contribui para integração da teoria com a prática no contexto da educação profissional?
11. Você acredita que a não realização do estágio supervisionado por parte do estudante pode comprometer o seu desempenho no exercício profissional?

**APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO****ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO****I - Identificação**

Idade: \_\_\_\_\_

**II - Perguntas**

1. Você sabe o que é o estágio supervisionado?

- Sim  
 Não  
 Não sei opinar

**Só responda a pergunta 2, caso a resposta da pergunta 1 tenha sido “SIM.”**

2. Como você define o estágio supervisionado?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Você já realizou o estágio supervisionado previsto no Projeto Pedagógico do Curso?

- Sim  
 Não  
 Não sei opinar

**Só responda a pergunta 4, caso a resposta da pergunta 3 tenha sido “SIM.”**

4. Se já cumpriu o estágio, como você avalia a experiência?

- Excelente  
 Bom  
 Regular  
 Ruim  
 Péssimo

**Só responda a pergunta 5, caso a resposta da pergunta 3 tenha sido “NÃO.”**

5. Se ainda não cumpriu o estágio supervisionado, qual o seu grau de interesse em realizar o estágio supervisionado?

- Alto  
 Médio  
 baixo

6. Você recebeu alguma orientação da instituição ao longo do curso sobre a possibilidade de realização do estágio supervisionado?

- Sim  
 Não  
 Não sei opinar

7. Você tem conhecimento da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Lei do Estágio?

- Sim
- Não
- Não sei opinar

8. Você já teve contato com o Manual de Estágio do IFCE?

- Sim
- Não
- Não sei opinar

9. Você acha que o estágio supervisionado deveria ser obrigatório no seu curso?

- Sim
- Não
- Não sei opinar

10. Você sabe quais os procedimentos necessários para realização do estágio?

- Sim
- Não
- Não sei opinar

11. Você sente a necessidade de obter maiores informações sobre o estágio supervisionado? Quais?

---

---

12. Na sua concepção, qual a importância do estágio supervisionado para o seu percurso formativo?

---

---

13. Você acha importante integrar os saberes aprendidos no durante o curso em um ambiente real de trabalho?

- Sim
- Não
- Não sei opinar

14. Você teve contato com alguma empresa, instituição ou campo de trabalho ao longo da formação? Você lembra em qual situação?

---

---

15. Você acha suficiente a prática profissional desenvolvida ao longo do curso?

- Sim
- Não
- Não sei opinar

16. Quais aprendizagens você acredita adquirir com a realização do estágio supervisionado?

---

---

## APÊNDICE G - AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

### AVALIAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL - VITRINE E CARTILHA

#### I - Identificação

Categoria: ( ) Professor(a) Orientador(a) ( ) Aluno(a) Estagiário(a)

#### II - Vitrine e Cartilha

Com relação a vitrine e cartilha apresentadas pelo pesquisador, apresente sua avaliação atribuindo pontuação de 1 a 10, sendo que o maior grau de insatisfação é manifestado perto do 1 e maior grau de satisfação perto do 10.

##### 1. Formato da vitrine

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

##### 2. Atratividade da vitrine

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

##### 3. Conteúdo da vitrine

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

##### 4. Acesso a vitrine

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

##### 5. Utilidade da vitrine

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

##### 6. Formato da cartilha

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

##### 7. Atratividade da cartilha

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

## 8. Conteúdo da cartilha

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

## 9. Utilidade da cartilha

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

10. Você acredita que a indicação de instituições e empresas que ofertam vagas na área do curso na vitrine facilita o desenvolvimento do estágio?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

11. Você acredita que a cartilha apresentada colabora para o entendimento do fluxo e da documentação do estágio supervisionado no âmbito do IFCE?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

12. Você indicaria a vitrine e a cartilha para outras pessoas?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

13. Como você avalia a aplicabilidade da vitrine e da cartilha?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

14. Qual a contribuição da vitrine e da cartilha para compreensão do processo de estágio na instituição?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

15. O que mais chamou atenção na vitrine?

16. O que mais chamou atenção na cartilha?

17. Quais suas sugestões para melhoria da vitrine?

18. Quais suas sugestões para melhoria da cartilha?

19. Na condição de professor(a) orientador(a) ou aluno(a) estagiário(a), descreva de que forma você utilizará os conhecimentos e informações apresentadas na vitrine e cartilha?

## ANEXO A - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

22/11/2022 16:39

SE/IFCE - 4337511 - Autorização



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ  
 ROD CE 060 KM 332, S/N, Bairro VILA MARTINS - CEP 63560-000 - Acopiara - CE - www.ifce.edu.br

### AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, KELVIO FELIPE DOS SANTOS, matrícula SIAPE 2042966, na qualidade de Diretor-Geral do "INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – CAMPUS ACOPIARA," autorizo a realização da pesquisa intitulada "Estágio supervisionado: o pensar e o fazer no Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE – Campus Acopiara," a ser conduzida sob a responsabilidade dos pesquisadores ALEX DE OLIVEIRA SILVA e DEYSE MORGANA DAS NEVES CORREIA; e DECLARO que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta declaração é válida apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética para a referida pesquisa.

Acopiara-CE, 22 de novembro de 2022.

**Kelvio Felipe dos Santos**  
 Diretor-Geral  
 IFCE – Campus Acopiara



Documento assinado eletronicamente por **Kelvio Felipe dos Santos, Diretor-Geral do Campus Acopiara**, em 22/11/2022, às 16:20, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

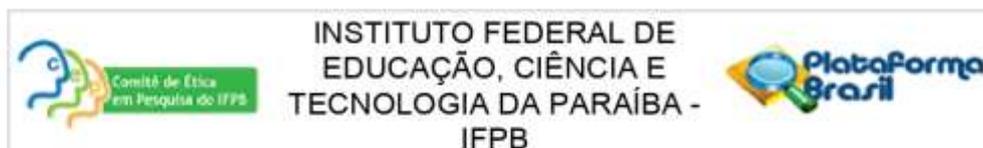


A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4337511** e o código CRC **D6216ED6**.

23848.001233/2022-87

4337511v4

## ANEXO B - CERTIFICAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE APRECIÇÃO ÉTICA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Estágio supervisionado: o pensar e o fazer no Ensino Médio Integrado em Informática do IFCE

**Pesquisador:** ALEX DE OLIVEIRA SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 67175622.1.0000.5185

**Instituição Proponente:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.982.254

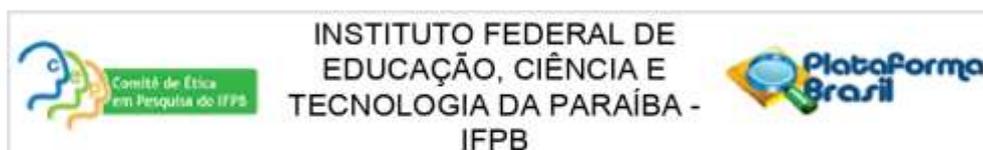
#### Apresentação do Projeto:

A pesquisa intitulada "Estágio supervisionado: o pensar e o fazer no Ensino Médio Integrado em Informática do IFCE", vinculada ao programa de Pós-Graduação ProfEPT, tem como objetivo primário "Analisar o estágio supervisionado no currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com base nas concepções do trabalho como princípio educativo e de prática profissional como princípio pedagógico na formação integral dos estudantes". A pesquisa tem previsão de desenvolvimento de produto educacional - construção de uma vitrine de campos de estágio na área de Informática acompanhada de cartilha de orientação voltada para os sujeitos que integram essa atividade curricular (professores e alunos). Trata-se de uma pesquisa empírica, exploratória e de abordagem quali-quantitativa. Será aplicado um questionário a 36 (trinta e seis) estudantes e será realizadas entrevistas com 2 (dois) professores/orientadores do estágio supervisionado. Pretende-se, assim, contar com 38 (trinta e oito) participantes vinculados ao curso Técnico Integrado em Informática do IFCE, que também responderão a uma avaliação referente ao produto educacional proposto.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

**Endereço:** Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo;  
**Beirro:** Jaguaribe **CEP:** 58.015-020  
**UF:** PB **Município:** JOÃO PESSOA  
**Telefone:** (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.982.254

Analisar o estágio supervisionado no currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com base nas concepções do trabalho como princípio educativo e de prática profissional como princípio pedagógico na formação integral dos estudantes.

Objetivos Secundários:

- Discutir as concepções de estágio supervisionado no currículo da Educação Profissional, em especial, no âmbito do Curso Técnico Integrado em Informática do IFCE – Campus Acopiara;
- Abordar o trabalho como princípio educativo e a prática profissional como trabalho pedagógico na proposta de integração entre o pensar e o fazer no estágio supervisionado, evidenciando alternativa remota para realização da atividade curricular;
- Construir uma vitrine de campos de estágio na área de Informática acompanhada de cartilha de orientação voltada para os sujeitos que integram essa atividade curricular.

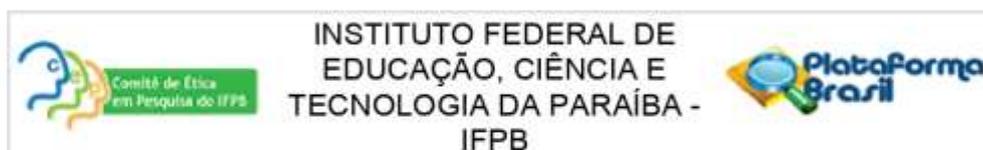
**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Segundo os pesquisadores "A pesquisa oferece minimamente alguns riscos, podendo acarretar alguma consequência de ordem psicológica e ou emocional, segundo nosso entendimento, sendo os riscos possíveis: cansaço, constrangimento, incômodo, sensação de impotência ou de incompetência, por ocasião das respostas para a entrevista e questionário. Os riscos serão mitigados por meio da realização de entrevista e aplicação de questionário com o emprego de linguagem clara e acessível, em sala reservada que garanta a liberdade dos participantes para não responder quaisquer perguntas ou ações constrangedoras, bem como a concessão de tempo adequado para reflexão e respostas. O pesquisador também estará atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantindo a suspensão imediata da entrevista, caso seja percebido algum risco ou dano à saúde dos participantes.

Benefícios:

**Endereço:** Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo;  
**Bairro:** Jaguaribe **CEP:** 58.015-020  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.982.254

Segundo os pesquisadores "Os benefícios da pesquisa situam-se na melhoria da execução do estágio supervisionado no IFCE, a partir do acesso ao resultado do estudo e da vitrine de campos de estágio na área, acompanhada de cartilha com orientações e fluxograma disponibilizados em canais institucionais. Além disso, os estudantes estagiários terão conhecimento e o contato de empresas que ofertam vagas para estagiários [...]".

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa da área de ciências humanas. Resolução 510/2016.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Quanto aos termos de apresentação obrigatória verifica-se:

- Folha de rosto apresentada, assinada pelo Diretor Geral do Campus João Pessoa e pelo pesquisador responsável;
- Informações básicas preenchidas na Plataforma Brasil;
- Projeto detalhado apresentado;
- Cronograma de execução apresentado;
- Orçamento apresentado;
- Instrumentos de coleta de dados (Roteiro Questionário, Roteiro de Entrevista e Avaliação de Produto Educacional) apresentados;
- TCLEs apresentados;
- TALE apresentado;
- Autorização Institucional (Termo de Anuência) apresentado.

**Recomendações:**

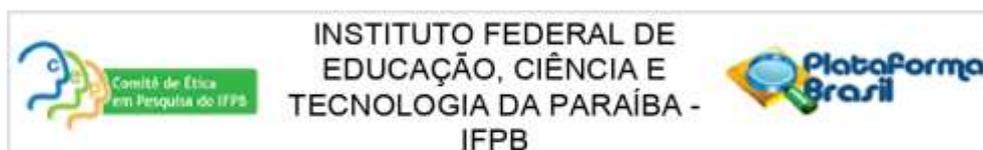
- Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator que indica aprovação e em se tratando de resposta a pendências emitidas em parecer anterior, as quais foram sanadas, bem como no intuito de não atrasar o início da pesquisa, emito na condição de Coordenadora o Parecer de Aprovado ao protocolo de pesquisa, pois este está em acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

<b>Endereço:</b> Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo;			
<b>Bairro:</b> Jaguaribe		<b>CEP:</b> 58.015-020	
<b>UF:</b> PB	<b>Município:</b> JOAO PESSOA		
<b>Telefone:</b> (83)3612-9725	<b>Fax:</b> (83)3612-9706	<b>E-mail:</b> eticaempesquisa@ifpb.edu.br	



Continuação do Parecer: 5.982.254

1- O participante da pesquisa tem o direito de desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; (Res. CNS 510/2016 – art. 9º - Item II).

2- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano ao participante.

3- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando for do tipo escrito, deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.

4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

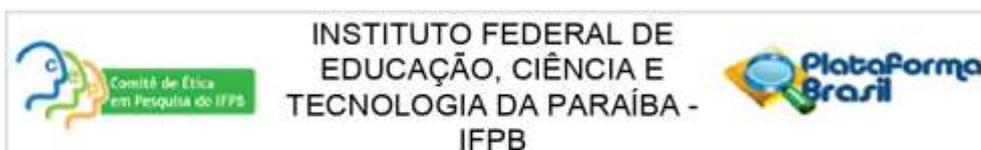
6- Deve ser apresentado, ao CEP, Relatórios Final até 31/01/2024.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2060239.pdf	20/03/2023 13:25:23		Aceito
Outros	Carta_Resposta_Parecer_Consubstanciado_do_CEP.pdf	15/03/2023 20:03:43	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	Termo_de_Assentimento_Livre_e_Esclarecido_TALE.pdf	15/03/2023 20:02:11	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito

**Endereço:** Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo;  
**Bairro:** Jaguaribe **CEP:** 58.015-020  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.982.254

Justificativa de Ausência	Termo_de_Assentimento_Livre_e_Esclarecido_TALE.pdf	15/03/2023 20:02:11	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_Estudante.pdf	15/03/2023 20:01:52	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_Professor.pdf	15/03/2023 20:01:32	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito
Outros	Avaliacao_de_Produto_Educacional_Vitrine_e_Cartilha.pdf	15/03/2023 20:01:02	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito
Outros	Questionario_Alunos.pdf	15/03/2023 19:59:35	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito
Outros	Entrevista_Professores_Orientadores.pdf	15/03/2023 19:57:21	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	08/02/2023 19:09:15	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	08/02/2023 19:07:50	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_PROFEPT.pdf	26/01/2023 11:42:19	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Pais_ou_Responsaveis.pdf	26/01/2023 11:11:58	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	22/12/2022 11:22:00	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito
Declaração de concordância	Autorizacao_institucional.pdf	20/12/2022 14:27:54	ALEX DE OLIVEIRA SILVA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

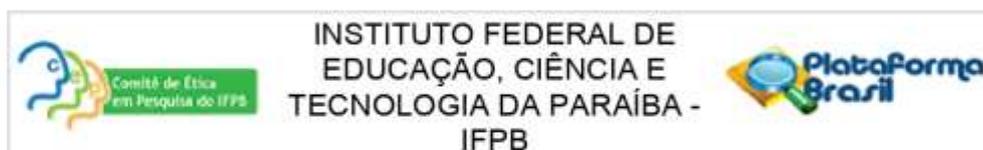
Não

JOAO PESSOA, 03 de Abril de 2023

Assinado por:

**Cecília Danielle Bezerra Oliveira**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo;  
**Bairro:** Jaguaribe **CEP:** 58.015-020  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.982.254

**Endereço:** Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo.  
**Bairro:** Jaguaribe **CEP:** 58.015-020  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br